

01 JAN 2014

# FOLHA DE S. PAULO

# Justiça estadual tem o pior resultado contra corrupção

Cortes estaduais julgaram só 40%  
da meta do CNJ para ações de improbidade

**Tribunais Regionais  
Federais e STJ também  
ficaram abaixo dos  
objetivos fixados pelo  
conselho para 2013**

DAVID LUCENA  
DE SÃO PAULO

ITALO NOGUEIRA  
DO RIO

A Justiça estadual teve o pior desempenho no cumprimento das metas fixadas pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça) com o intuito de combater a corrupção no país.

O objetivo, definido em 2012, era que todos os processos de improbidade administrativa e de crimes contra a administração pública que entraram na Justiça até dezembro de 2011 fossem julgados até o fim de 2013.

As cortes estaduais julgaram apenas 40% das ações de improbidade e 52% dos processos criminais.

Outras cortes foram ligeiramente melhores. Mas todas elas também ficaram abaixo da meta do CNJ.

Entre os Tribunais Regionais Federais, os índices foram de 56% e 77%, respectivamente. No STJ (Superior Tribunal de Justiça), os resultados foram 71% e 58%.

Somadas todas as cortes, o resultado final obtido em todo o Judiciário foi de 54%.

Apesar do baixo índice de cumprimento, o CNJ diz que a chamada meta 18 estimulou os tribunais a acelerar o trâmite desses processos.

Segundo o conselheiro Gilberto Valente Martins, responsável pelo monitoramento da meta, os processos de improbidade demoravam muito a serem julgados: "A média era de sete anos até o julgamento", afirma.

Somados os processos de improbidade e criminais, as Justiças estaduais com pior desempenho foram as do Piauí (8%) e da Bahia (10%).

Os dados são atualizados em tempo real e podem variar conforme os tribunais enviam suas informações ao CNJ.

## IRREGULARIDADES

Mas o que Martins afirma que o deixou mais preocupado foram os tribunais que se aproximaram do resultado desejado. O CNJ recebeu relatos de juízes que extinguíram ações para atingir mais rapidamente a meta. Acusados ficaram sem punição

Segundo o conselheiro, um magistrado arquivou processos alegando que o Ministério Público não tem legitimidade para propor ações de improbidade —posição considerada absurda no meio.

"Eu até prefiro que haja esse tipo de magistrado, e o Ministério Público que recorra, do que aqueles que ficam com processos na manga", diz Martins. "Esses casos devem ser denunciados."

O conselheiro disse que vai analisar os tribunais com bons resultados para saber se houve algum tipo de truque na busca por um resultado mais próximo da meta, ou identificar boas práticas que possam ser copiadas por tribunais menos eficazes.

Ele afirmou ainda que o CNJ irá propor ações de responsabilidade se for identificado que juízes trataram a meta com descaso.

Martins também criticou a oscilação dos julgamentos nos tribunais estaduais e até no STJ (Superior Tribunal de Justiça) em relação às ações de improbidade contra deputados e senadores.

Há divergências sobre se parlamentares têm direito a foro privilegiado em processos desse tipo.

**CONTINUA**

01 JAN 2014

## FOLHA DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

▪ “O próprio STJ, em algumas turmas, fica oscilando. Acho que no Brasil se julga após verificar quem está no polo passivo da ação. Se é do baixo clero, não tem foro privilegiado. Se demandar um deputado com um peso maior, sendo do alto clero, tem foro privilegiado”, disse.

Mesmo diante do descumprimento, o CNJ decidiu atualizar a meta para 2014 com os mesmos parâmetros.

Além da obrigação de julgar as ações de improbidade e crimes contra a administração que entraram na Justiça até o fim de 2011, os tribunais terão que apreciar, até dezembro de 2014, todos os processos desse tipo que chegaram ao Judiciário em 2012.

“Acreditamos que agora, mais aparelhados para julgar essas questões, teremos um êxito maior”, disse Martins.

Ele afirmou que, em 2013, o foco do CNJ foi no monitoramento da meta. Neste ano, diz, as vitórias in loco serão intensificadas.

Multas e condenações por ressarcimento atingiram R\$ 2,2 bilhões, segundo o CNJ. Mas esse valor não representa o que de fato foi pago, já que na maioria dos casos há recursos a serem julgados.

Procurados, os tribunais da Bahia e do Piauí —os piores das listas— prometeram mutirões para acelerar julgamentos em 2014.

**CONTINUA**

01 JAN 2014

# FOLHA DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

### PELA METADE

Tribunais não cumprem meta fixada pelo CNJ

### AÇÕES CIVIS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

	Cumprimento da meta (em %)	Casos julgados	Casos pendentes
AP	88,4	237	31
RO	79,8	285	72
AC	76,4	107	33
MS	72,7	392	147
AL	59,8	190	128
SP	57,1	2.996	2.252
MA	56,9	1.016	769
DF	56,0	103	81
SE	55,0	160	131
RS	54,1	301	255
MT	52,6	871	784
ES	51,0	777	747
RN	47,1	480	540
TO	46,0	476	558
SC	43,7	521	672
PB	42,3	221	302
RJ	41,6	792	1.112
RR	39,1	18	28
PA	30,2	503	1.164
AM	29,8	193	454
CE	29,8	514	1.211
PE	29,0	369	905
GO	28,9	335	824
MG	26,8	1.119	3.055
PR	24,4	283	875
PI	8,3	70	777
BA	5,8	128	2.099

  
JUSTIÇA ESTADUAL

**TOTAL** 40 13.457 20.006

### CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

	Cumprimento da meta (em %)	Casos julgados	Casos pendentes
RO	98,3	112	2
AP	96,7	498	17
SE	89,5	323	38
RJ	88,5	3.503	455
RS	81,8	45	10
DF	77,5	430	125
AL	69,7	159	69
AC	69,2	164	73
MS	67,1	544	267
RN	64,0	320	180
SC	62,3	2.230	1.352
RR	60,0	222	148
MA	59,2	366	252
ES	56,4	159	123
CE	54,3	862	725
GO	52,0	1.137	1.049
SP	51,8	3.617	3.363
PB	49,6	197	200
PE	48,0	1.022	1.108
MT	47,8	690	753
MG	43,7	7.215	9.315
TO	35,2	115	212
PA	34,5	245	465
PR	28,6	112	279
PI	20,0	1	4
AM	18,6	78	342
BA	15,3	307	1.695
<b>TOTAL</b>	52	24.673	22.621

  
JUSTIÇA ESTADUAL

Fonte: Relatório de 19.dez do CNJ (Conselho Nacional de Justiça)

# FOLHA DE S. PAULO

## FHC afirma que Barbosa não é um 'herói salvador'

Para ex-presidente, ministro do Supremo não tem traquejo para a carreira política

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso disse nesta semana que o presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), ministro Joaquim Barbosa, não deve ser visto como um herói salvador.

A declaração foi dada em entrevista ao programa Manhattan Connection, do GloboNews, na segunda-feira.

Para FHC, o ministro atuou com perseverança e clareza no julgamento do processo do mensalão, mas não é o salvador da pátria.

“Eu acho que as pessoas descreem tanto das instituições que procuram sempre heróis salvadores.”

Questionado, o ex-presidente classificou uma possível candidatura de Barbosa à presidência de “aventura” e afirmou que é difícil imaginar o ministro do STF dentro da vida partidária.

“Ele não tem o traquejo, o treinamento para isso. Uma coisa é você ter uma carreira de juiz. Outra coisa é você liderar um país”, disse FHC.

01 JAN 2014



➤ **SAMBA** O ministro do STF Joaquim Barbosa e a atriz Taís Araújo em um baile no Andaraí, no Rio, anteontem

01 JAN 2014

# FOLHA DE S. PAULO

## Por que votar em 2014

**MARCO AURÉLIO MELLO**

Havendo descontentamento,  
o voto é a forma de protesto  
social por excelência. O  
eleitor deve aceitar o desafio  
e dirigir-se às urnas

O debate sobre a obrigatoriedade do voto no Brasil ressurgiu nos meios acadêmico, político e jurídico de tempos em tempos, com ímpeto maior ou menor de vozes.

O dever de votar abrange os cidadãos de 18 a 70 anos. Os constituintes da Carta da República foram além. Permitiram o voto facultativo aos jovens de 16 e 17 anos.

Esse é um estímulo salutar e necessário à juventude. Os cidadãos dessa faixa etária podem ter participação forte, efetiva e crescente na escolha dos representantes dos Poderes Executivo e Legislativo, nas três esferas administrativas.

Já demonstrei apoio à extensão do voto facultativo a todos os eleitores. Reconheço que, para tanto, o Brasil precisa de maturação educacional, cívica e social. Mas nunca é demais lembrar: o voto, antes de representar um dever cívico, é um direito de todo cidadão e precisa ser exercido de forma eficaz.

O voto é o maior indicativo do estágio democrático de uma nação. Eis instrumento da manifestação da vontade de um povo. Deve ser genuinamente livre, refletido e resultado das convicções e expectativas de cada cidadão sobre o futuro do país. Não pode estar atrelado a cabrestos ideológicos, promessas vãs, interesses particulares e circunstanciais.

O eleitor revela-se a figura principal de uma eleição. Aprova ou rejeita a atuação do parlamentar e do administrador anteriormente eleitos. Sinaliza ao político a necessidade de agir com decoro e lisura. Tem a palavra final quanto ao país que queremos construir. Mostra-se insubstituível e precisa fazê-lo bem e com consciência de que a escolha realizada afetará a vida de todos.

Isso é o que vale cada voto: vale o Brasil inteiro!

Incumbe ao cidadão sair do marasmo, participar com responsabilidade e assumir o papel a si reservado. É necessário amadurecer e eliminar a superada ideia de que os problemas brasileiros não são nossos e não dependem, para serem solucionados, do povo, mas somente do governo.

O direito ao voto torna-se um dever em face da grandiosidade do bem jurídico que se protege — o país. Confere ao eleitor uma licença para a definição daqueles que irão ocupar cargos públicos de alta influência nos destinos nacionais.

É imprescindível o comparecimento às urnas. Os eleitos exercerão os mandatos na plenitude, inclusive sobre os que se recusarem a votar. Faz-se em jogo o Brasil, gigante em dimensões, riquezas e problemas. Se o cidadão detém nas mãos o poder de atuar no fortalecimento da democracia, do desenvolvimento, da redução das disparidades econômicas, então por que abdicar do sublime direito de votar? Havendo descontentamento com a quadra vivida, a urna é o lugar de protesto social por excelência.

Aproxima-se a hora de avançar culturalmente e deixar de lado a apatia, a acomodação.

O eleitor deve aceitar o desafio e dirigir-se às urnas, ciente do grande papel que lhe é reservado na construção de uma nação independente, desenvolvida e soberana, agindo com pureza d'alma, de modo livre e consciente. Perceba que, embora senhor de um único voto, é autor fundamental de uma obra voltada não somente ao respectivo bem-estar, como também ao das gerações futuras. Enfim, o eleitor é autor, e não vítima.

Saibam os eleitores e candidatos que a Justiça Eleitoral não se limita a viabilizar as eleições, a realizar a contagem dos votos e a proclamar os vencedores. Permanece atenta aos desvios de conduta do candidato e do ocupante do cargo público eletivo. Trabalha ininterruptamente, e não apenas no período das eleições. Afasta aqueles que, mesmo tendo obtido o mandato, transgridem a ordem jurídica. Que os olhos da nação estejam voltados às próximas eleições, escolhendo os candidatos vocacionados a servir e não a utilizarem o cargo visando o benefício pessoal. Que assim o seja na busca do Brasil sonhado!

**MARCO AURÉLIO MENDES DE FARIAS MELLO**, 67, é ministro do Supremo Tribunal Federal e presidente do Tribunal Superior Eleitoral

# 01 JAN 2014

## FOLHA DE S. PAULO

### PAINEL

**16...** Integrantes do Placalto dizem ter recebido sinais de que o julgamento do Supremo Tribunal Federal sobre a correção das cadernetas de poupança não deverá ser retomado em 2014. O plenário da corte adiou a análise do caso em novembro.

**... e cá** Membros do Judiciário, no entanto, dão como certo o julgamento no primeiro semestre e preveem, nas palavras de um interlocutor, “turbulência econômica para Dilma em ano eleitoral”.

**Para depois** Advogados que defendem os poupadores apontam que Ricardo Lewandowski, relator do caso, foi “impedido” de votar para que sua decisão não reverberasse durante o recesso do Judiciário. Desde maio de 2009, o ministro se posiciona na questão contra os bancos.

**Jurisprudência** A punição aplicada à Portuguesa no Campeonato Brasileiro virou assunto nos gabinetes do Supremo. “A decisão tem um simbolismo grande, porque parte da necessidade de se cumprir as regras vigentes”, diz Marco Aurélio Mello.



**Sem bandeira** O ministro, torcedor do Flamengo, que também foi penalizado, defendeu a aplicação do regulamento do campeonato. “Punição é punição. E tem que haver um balizamento.”

02 JAN 2014

# FOLHA DE S. PAULO

# Presidente do TJ-SP toma posse afinado com Barbosa

## Corte tentará julgar maior número de ações

### Presidente do TJ-SP de improbidade administrativa toma posse hoje

O desembargador José Renato Nalini toma posse com o intuito de fazer um levantamento dos processos de corrupção. Com isso, ele quer melhorar o aproveitamento na meta do CNJ para combater este tipo de delito. Nalini vê em seu mandato uma tentativa de aproximação com o Conselho Nacional de Justiça.

**José Renato Nalini  
prega saída negociada  
para resolver impasse  
da ocupação de salas  
pelo Ministério Público**

DAVID LUCENA  
DE SÃO PAULO

O desembargador José Renato Nalini toma posse hoje na presidência do Tribunal de Justiça de São Paulo com o intuito de fazer um levantamento dos processos de corrupção. Com isso, ele pretende melhorar o aproveitamento da corte paulista na meta estipulada pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça) para combater este tipo de delito.

O TJ-SP atingiu apenas 54% da chamada meta 18, que determinava que todos os processos de improbidade administrativa e de crimes contra a administração pública que entraram na Justiça até dezembro de 2011 deviam ser julgados até 2013.

**“ Não há  
necessidade de  
expulsão [do  
Ministério Público  
Estadual], de  
retomada de espaço**

JOSÉ RENATO NALINI  
Presidente do TJ de São Paulo

“[Os processos de improbidade e de crimes contra a administração pública] estão disseminados em primeiro e segundo grau, em 327 comarcas. Então primeiro a gente precisa ter um levantamento. Depois verificar se justificaria dar um tratamento diferenciado, já que é uma meta do CNJ. O enfrentamento é depois de ter uma noção exata de onde estão esses processos”, disse o presidente.

O mandato de Nalini, que foi eleito no dia 4 de dezembro para comandar o Judiciário paulista pelos próximos dois anos, representa uma aproximação da corte de São Paulo com o CNJ, conforme destaca o próprio presidente.

“O nosso relacionamento com o CNJ, como corregedor-geral [cargo ocupado por Nalini em 2012 e 2013], foi excelente. Então eu acho que vai continuar assim com a presidência. Basta dizer que a primeira vez que o ministro Joaquim Barbosa veio ao Tribunal de Justiça de São Paulo foi

depois da minha eleição. Isso é testemunho de que o conselho e nós vamos estar afinados”, afirmou.

Nalini diverge de Ivan Sartori —ex-presidente do TJ— em mais um ponto: a maneira como pretende resolver o impasse com o Ministério Público no que diz respeito à ocupação das salas por parte de promotores de Justiça em fóruns no interior.

Sartori levou a questão à Justiça e pediu a desocupação de centenas de salas. O caso foi parar no CNJ.

Já Nalini, que foi promotor de Justiça durante quatro anos, diz que não é preciso “despejar” os promotores e servidores do MPE e que fala diariamente com o procurador-geral, Márcio Elias Rosa.

“Não há nenhuma necessidade de expulsão, de retomada de espaço. Eu visitei todas as comarcas do Estado e vi que o convívio é muito saudável. Casos localizados têm que ser tratados topicamente. Não é assim de forma abrupta [que a situação será resolvida]”, disse.

Nalini prometeu se empenhar para conseguir mais recursos para o Judiciário. “O orçamento, embora bilionário, é insuficiente. A estrutura é gigantesca, então precisaria fazer valer a autonomia financeira e administrativa do tribunal.”

**CONTINUA**

02 JAN 2014

**FOLHA DE S. PAULO**  
CONTINUAÇÃO



O novo presidente do TJ de São Paulo, José Renato Nalini

03 JAN 2014

# FOLHA DE S. PAULO

# Servidor do TJ-SP pode ter parte do expediente em casa

Novo presidente do tribunal estuda jornada  
de dois dias em 'home office'

## Novo presidente do TJ-SP planeja trabalho em casa para servidores

O novo presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, José Renato Nalini, disse que pretende permitir que servidores trabalhem em casa até dois dias na semana.

Segundo Nalini, a medida poderá estimular a produtividade dos 55 mil funcionários e contribuir para a mobilidade urbana. A prática já é adotada por juízes —um grande número deles não vai às unidades do Judiciário às segundas e sextas.

**Especialistas dizem  
que trabalhadores  
com pouca disciplina  
tendem a deixar de lado  
tarefas profissionais**

FLÁVIO FERREIRA  
DE SÃO PAULO

O novo presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, o desembargador José Renato Nalini, anunciou ontem que os servidores do Judiciário paulista poderão trabalhar dois dos cinco dias da semana em casa.

“Os 55 mil funcionários não precisam ter bola de ferro amarrada no pé para fazer cumprir rigorosamente o horário e estar todos conjuntamente em espaços nem sempre tão confortáveis. Nós precisamos pensar em produtividade”, disse Nalini. Ele tomou posse ontem na presidência do maior Tribunal de Justiça do país.

Nalini já havia comentado em entrevistas sobre a ideia de adotar o sistema conhecido no mercado de trabalho como “home office”, mas ontem deu mais detalhes sobre seus planos. O presidente do TJ disse que a medida terá caráter experimental e haverá treinamentos para a implantação do sistema.

Nalini enfatizou que o sucesso do “home office” no TJ-SP dependerá da “transformação da cultura dos chefes” das unidades judiciárias.

Segundo o desembargador, “hoje trabalhamos com a internet e é muito fácil mandar tarefas. Não é porque ele [servidor do Judiciário] vai ficar em casa que vai deixar de produzir, ao contrário, vai economizar o tempo do deslocamento, a necessidade de se vestir adequadamente para vir ao tribunal.”

“Vai ser uma contribuição para política da mobilidade urbana que está tão caótica aqui em São Paulo”, completou Nalini.

A medida poderá oficializar para os servidores uma prática comum entre um grande número de juízes: a de não comparecer às unidades do Judiciário às segundas e sextas-feiras sob o argumento de que esses dias são usados para estudar os processos e redigir as decisões judiciais em suas casas.

Nalini terá até o final de 2015 para implantar o projeto, já que o mandato dos presidentes dos tribunais brasileiros é de dois anos.

## ASSOCIAÇÃO

Para o presidente da Associação dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de São Paulo, Carlos Alberto Marcos, a medida poderá “otimizar tarefas e resultar em uma economia financeira e de espaços físicos”.

Especialistas em recursos humanos apontam que a economia do tempo usado para chegar aos locais tradicionais de trabalho e a adoção de horários flexíveis para execução das tarefas pode permitir uma maior produtividade, mas também alertam para os riscos do sistema “home office”.

**CONTINUA**

03 JAN 2014

# FOLHA DE S. PAULO

## A CORTE PAULISTA EM NÚMEROS

Tribunal de Justiça de São Paulo tem mais de 8 mil processos para cada juiz de primeira instância

### CONTINUAÇÃO

A diminuição do tempo de convívio e comunicação com os colegas pode levar à perda de oportunidades para criação de soluções novas e discussão de questões profissionais, segundo estudiosos.

Outro problema é que trabalhadores com pouca disciplina pessoal tendem a cometer abusos e deixar de lado o comprometimento com as tarefas profissionais.

**“ Os 55 mil funcionários não precisam ter bola de ferro amarrada no pé para fazer cumprir rigorosamente o horário e estar todos conjuntamente em espaços nem sempre tão confortáveis... Hoje trabalhamos com a internet**

JOSÉ RENATO NALINI  
Presidente do TJ-SP

### SEGUNDA INSTÂNCIA



10 mil  
Funcionários terceirizados

**R\$ 8 bilhões**

É o Orçamento previsto para 2014, o equivalente a 4,23% do Orçamento do Estado de São Paulo para o mesmo período

\*Dados de novembro \*\*Dados de outubro



CONTINUA

O desembargador José Renato Nalini faz discurso de posse ao assumir o Tribunal de Justiça

# FOLHA DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

### Presidente quer levar desembargadores ao interior

O presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo José Renato Nalini disse que pretende descentralizar a corte com a criação de novas unidades de segunda instância no interior do Estado. Hoje os recursos no Judiciário só são julgados pelos desembargadores em prédios na capital.

Segundo Nalini, será realizado um levantamento sobre o número de processos em cada região para verificar onde a medida poderá surtir melhores resultados, mas a prioridade é instalar câmaras de julgamento nas cidades de Campinas, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto.

“Essas talvez sejam as regiões que mais tenham processos em segunda instância e desembargadores em número suficiente para fazer funcionar pelo menos duas câmaras”, disse.

“Não se justifica fazer todas as sessões do tribunal, com 360 desembargadores, em São Paulo. Fica muito mais fácil para o advogado e a parte local, que poderá assistir [às sessões de julgamento], e colaborará para descongestionar esse trânsito caótico da capital”, completou.

Nalini afirmou ainda que não deverá ocorrer em seu mandato a construção do novo prédio do TJ para abrigar 600 gabinetes de desembargadores no centro da capital, com custo de R\$ 1 bilhão.

“Foi assinado um convênio com um protocolo de intenções para que isso [a construção] seja fruto de uma PPP (Parceria Público Privada), mas depende de um conselho gestor que tem que analisar os impactos das grandes obras no centro”, disse.

Religioso, Nalini realizou sua posse com uma missa celebrada pelo bispo da diocese de Santo Amaro, dom Fernando Antônio Figueiredo.

03 JAN 2014

03 JAN 2014

FOLHA DE S. PAULO

# Procuradoria prioriza repatriar dólares

Ministério Público cria unidade para recuperar US\$ 2,5 bilhões desviados do país que estão bloqueados no exterior

**Procurador-geral teme que valores congelados retornem para os acusados com a prescrição dos crimes**

FREDERICO VASCONCELOS  
DE SÃO PAULO

Para agilizar a apreensão de bens oriundos de atividades criminosas e recuperar verbas públicas desviadas para paraísos fiscais no exterior, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, criou uma unidade autônoma e nomeou o procurador Vladimir Aras como Secretário de Cooperação Internacional da Procuradoria-Geral da República.

Até então essa atividade era exercida por um membro do Ministério Público sem atuação exclusiva.

Aras comandará uma equipe de nove procuradores de vários Estados, todos com experiência em cooperação internacional e recuperação de ativos. Eles trabalharão afinados com o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional, do Ministério da Justiça, e com outros órgãos.

A Procuradoria-Geral da República calcula que pelo menos US\$ 2,5 bilhões estão bloqueados no exterior a pedido do Ministério Público Federal. São recursos públicos desviados e dinheiro de corrupção, ativos identificados em operações como Satiagraha, Banestado, TRT/SP, Máfia dos Combustíveis, Propinoduto, entre outras.

## MOROSIDADE

Há o risco de que valores bloqueados retornem para os acusados, com a prescrição dos crimes, graças à morosidade da Justiça e à proliferação de recursos, sobretudo nos tribunais superiores.

O procurador Vladimir Aras foi um dos precursores dessa atividade de recuperação de ativos no Ministério Público, ao participar da força-tarefa do caso Banestado, quando trabalhou com promotores dos Estados Unidos na maior operação conjunta de combate à lavagem de dinheiro.

O caso Banestado, com 20 denunciados, está há mais de três anos no STJ (Superior Tribunal de Justiça), mas a corte extinguiu completamente a punição de sete dos 14 ex-diretores e gerentes do banco, devido à prescrição.

O combate à corrupção é a prioridade do procurador-geral Rodrigo Janot. A PGR deverá criar uma câmara para coordenar a atuação dos membros do Ministério Público em todo o país no combate à corrupção, tanto no aspecto cível quanto criminal.

A ideia da Procuradoria-Geral é manter um órgão para rastreamento e recuperação de ativos com apoio de peritos em informática, para alimentar um cadastro eletrônico de identificação dos investigados, acessível ao Ministério Público e à polícia.

A mudança de foco do Ministério Público vai além da preocupação em prender suspeitos e condenados. A ênfase será bloquear o “produto do crime”, com as inovações introduzidas pela nova lei de lavagem de dinheiro, e reduzir a economia clandestina.

**CONTINUA**

03 JAN 2014

# FOLHA DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

### CAÇA AO DINHEIRO

Ações tentam recuperar valores desviados em escândalos

#### PROPINODUTO

Esquema de lavagem de dinheiro envolvendo fiscais da Receita do Rio, entre eles **Rodrigo**

**Silveirinha**, subsecretário de Administração Tributária no governo Garotinho (1999-2002)

#### Como está

22 réus foram condenados; recursos tramitam no STJ desde 2009

 **US\$ 28 mi** bloqueados na Suíça

#### BANESTADO

Envio, nos anos 1990, de cerca de R\$ 30 bi para paraísos fiscais, fruto de corrupção e do tráfico, por meio de depósitos de doleiros e "laranjas" no Banestado

#### Como está

Ainda há recursos no STJ; vários condenados foram beneficiados pela prescrição das penas

 **R\$ 333,5 mi** bloqueados no Brasil

#### MÁFIA DOS COMBUSTÍVEIS

Operação desarticulou em MG quadrilha que adulterava combustíveis. O empresário Marcelo Junqueira Maciel Dias foi condenado por lavagem de dinheiro

#### Como está

Ação encontra-se no TRF-1, no DF

 **US\$ 6,1 mi** bloqueados na Suíça

#### SATIAGRAHA

Operação da PF para apurar suspeita de desvio de verbas públicas, corrupção e lavagem de dinheiro. Foram presos temporariamente Daniel Dantas, diretores de banco e investidores, em 2008

#### Como está

STF decidirá se provas produzidas são legais e se a ação deverá prosseguir

 **US\$ 2 bi** bloqueados

#### OPERAÇÃO ANACONDA

> Investigação sobre quadrilha que negociava decisões judiciais na Justiça Federal em SP, envolvendo o ex-juiz federal **João Carlos da Rocha Mattos**

#### Como está

Há risco de prescrição. MPF pediu preferência no julgamento de recurso que tramita no STF

 **US\$ 13 mi** do ex-juiz bloqueados na Suíça

#### OPERAÇÃO VAMPIRO

Fraudes contra o Ministério da Saúde na compra de medicamentos, em sua maioria na área de hemoderivados, entre 1990 e 2004

#### Como está

Bens foram bloqueados na Suíça

 **R\$ 2,31 bi** é o prejuízo estimado

#### ARCA DE NOÉ

Ministério Público investiga suposto desvio na Assembleia de MT. Ação levou à prisão em 2003 de João Arcanjo Ribeiro, considerado líder do crime organizado no Estado

#### Como está

Ação tramita em sigilo na Justiça Federal em MT

 **R\$ 100 mi** teriam sido desviados

#### TOTO BOLA

Processo começou em 2004, em inquérito sobre fraudes em sorteio do Toto Bola, pela TV, com uso de máquinas viciadas. A Justiça Federal no RS condenou os responsáveis

#### Como está

Réus aguardam julgamento de recurso no STJ em liberdade

 **US\$ 12 mi** bloqueados na Suíça

**CONTINUA**

# FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

## Justiça vai criar agência para ajudar juízes

03 JAN 2014

Seguindo o modelo da França, o Conselho da Justiça Federal (CJF), órgão do Poder Judiciário, vai criar uma agência para auxiliar os juízes federais na destinação e gestão dos bens apreendidos durante o curso dos processos.

O objetivo é se adequar à nova lei de lavagem de dinheiro, que prevê a alienação antecipada de bens apreendidos em razão de sua origem criminosa.

Com a entrada em vigor da legislação, o juiz não mais precisa aguardar o fim do processo (trânsito em julgado) para vender os bens. O valor apurado ficará depositado em conta judicial remunerada. Havendo condenação do réu, o depósito é convertido em renda para a União ou Estado. Se ele for absolvido, o acusado terá preservado o valor apreendido.

Com a nova agência, espera-se rapidez na repatriação de ativos bloqueados no exterior.

Em 2009, por exemplo, a Suíça bloqueou US\$ 13 milhões depositados pelo ex-juiz federal João Carlos da Rocha Mattos, preso na Operação Anaconda, em 2003. Esses valores poderão retornar para o ex-juiz em 2015, se até lá o ministro Marco Aurélio Mello, do STF, não decidir uma questão pendente desde 2008.

Segundo a Procuradoria, não há notícia de que o caso será levado a julgamento. Marco Aurélio diz que recebe 100 processos por semana e tem 180 processos liberados, na fila, aguardando julgamento.

“Não dá para liberar processos em tempo recorde. Porque há as preferências legais, regimentais, e os processos de pedidos de cautelar”, afirma. “Ficamos apagando incêndio.”

04 JAN 2014

## FOLHA DE S. PAULO

JUDICIÁRIO PAULISTA

### OAB quer debater com Tribunal de Justiça 'home office' de servidores

DE SÃO PAULO - O presidente da OAB-SP, Marcos da Costa, disse esperar que o presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, José Renato Nalini, convide a advocacia e o Ministério Público para discutir a proposta de implementar o sistema de "home office" no Judiciário.

Pelo plano que Nalini quer pôr em prática, os servidores trabalhariam dois dos cinco dias da semana em casa.

Costa afirma que, como a OAB e a Promotoria seriam os órgãos mais afetados, a expectativa é que o Tribunal de Justiça convide as entidades para discutir a proposta.

O presidente da Apamagis (Associação Paulista de Magistrados), Jayme Martins de Oliveira Neto, também disse que a discussão é válida.

O TJ-SP informou que o plano ainda está em fase inicial e que todo o processo será feito com base no diálogo.

### PAINEL DO LEITOR

#### Tribunal de Justiça

Em tese, é boa a ideia do recém-empossado presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, José Renato Nalini, de funcionários do Judiciário trabalharem até dois dias por semana em casa. Entretanto, sabendo que metade do funcionalismo só finge que trabalha enquanto a outra metade carrega a máquina pública, a ideia é péssima —ao menos até que haja um controle sério de produtividade individual.

ONEY OLIVEIRA LEITE (Ribeirão Preto, SP)

04 JAN 2014

# FOLHA DE S. PAULO

# Desembargador é acusado de humilhar garçom no RN

Vídeos mostram discussão entre juiz e empresário  
que defendeu funcionário

## Desembargador é acusado em redes sociais de humilhar garçom

O desembargador Dilermando Motta, do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, virou alvo de críticas nas redes sociais após se envolver em uma discussão numa padaria de Natal e ser acusado de humilhar um garçom.

O episódio ocorreu no último domingo, durante café da manhã na padaria Mercatto.

Vídeos do Youtube mostram o momento em que o desembargador discute com outro cliente, o empresário Alexandre Azevedo, 44.

Segundo Azevedo, Motta ficou irritado porque o garçom não colocou gelo em seu copo e gritou com ele. Motta diz que não houve abuso de autoridade; a padaria deu férias ao garçom.

**Magistrado nega abuso de poder e diz que só pediu esclarecimento; empresário entrará com representação no CNJ**

O desembargador Dilermando Motta, do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, tornou-se alvo de críticas nas redes sociais após se envolver em uma discussão numa padaria de Natal e ser acusado de humilhar um garçom.

O episódio ocorreu no domingo (29) durante café da manhã na padaria Mercatto.

Vídeos publicados no Youtube por testemunhas mostram o momento em que o desembargador discute com outro cliente, o empresário Alexandre Azevedo, 44. Segundo Azevedo, que estava em uma mesa ao lado de Motta, o desembargador ficou irritado porque o garçom não colocou gelo em seu copo e gritou com o funcionário da padaria na frente dos clientes.

“Não satisfeito com esse escândalo, este senhor puxou o garçom pelo ombro e exigiu que lhe olhasse nos olhos e o tratasse como Excelência e disse que deveria ‘quebrar o copo em sua cara’”, disse Azevedo, que decidiu intervir.

Nos vídeos, ele é visto gritando com o magistrado e chamando-o de “safado” e “sem-vergonha”. O juiz revida e xinga Azevedo de “cabra safado” e “endemoniado”.

“Eu fui tão selvagem quanto ele, mas precisei ser grosso para contê-lo. Ele ia de fato agredir fisicamente o garçom”, disse o empresário.

Azevedo teme represálias e diz que vai entrar com representação contra o magistrado no Conselho Nacional de Justiça por abuso de autoridade: “Queira ou não, é um desembargador, é um homem poderoso e eu tenho preocupação de sofrer perseguição”.

Motta diz que não houve abuso de autoridade e nega ter humilhado o garçom: “A verdade é que um simples e moderado pedido de esclarecimentos de um cliente a um garçom, que já havia sido solucionado, gerou uma reação de um terceiro com ameaças, gritos e total desrespeito ao público presente”, afirmou.

Ele disse ainda que “as medidas judiciais cabíveis serão adotadas”. A padaria lamentou o episódio, anunciou que deu total apoio ao garçom e decidiu conceder-lhe férias.

04 JAN 2014

## FOLHA DE S. PAULO

# Clubes podem recorrer à Justiça comum?

SIM

## A hora de o Judiciário entrar em campo

WÁLTER FANGANIELLO MAIEROVITCH

Por volta de 1721, o jusfilósofo Montesquieu publicou as famosas “Cartas Persas”. Utilizou um raro expediente literário concebido pelo genovês Giovanni Paolo Marana a imaginar um islâmico em Paris.

Por cartas, esse islâmico descrevia, aos familiares na Pérsia, as suas impressões sobre o sistema constitucional francês, a política e o cotidiano. Usado o gancho epistolar, seria difícil a um remetente de passagem pelo Brasil convencer o destinatário sobre haver sido justa a decisão não judiciária que despachou a Associação Portuguesa de Desportos para a segundona.

Num jogo para cumprir tabela e a entrar em campo já classificada para permanecer entre os times da elite do futebol brasileiro, a Portuguesa —sem dolo e por falta de regular aviso da CBF— colocou o jogador reserva Héverton nos minutos finais da disputa que findou empatada com o Grêmio.

Em toda partida do chamado Brasileirão, há obrigatório comparecimento de um representante legal da CBF. A propósito e no jargão ludopédico, esse mandachuva de gravata e com direito a simbólica mesa próxima à linha lateral do campo, conferiu as suas anotações e autorizou a entrada de Héverton. O certo é que ele deu o seu “nihil obstat”.

Depois dessa partida e da queda do Fluminense, duas instâncias da

denominada Justiça Desportiva da CBF, que é uma pessoa jurídica de direito privado, sancionaram a Portuguesa. Isso com desproporcionalidade visível quando feito o cotejo dos critérios sancionatórios: quatro pontos perdidos com rebaixamento e baixa multa de R\$ 1.000.

Nos dois julgamentos desportivos, e não judiciais, concluiu-se ter Héverton ficado fora de apenas uma partida, quando o correto teria sido de duas. Em síntese, a Portuguesa foi rebaixada e aplicou-se, a seco, o regulamento e o código esportivo com olvido aos princípios gerais e informativos do Direito pátrio e ao Estatuto do Torcedor. Tampouco se aplicou subsidiariamente as regras da Fifa, todas favoráveis à Lusa.

Em cláusula pétrea, a nossa Constituição republicana estabelece não se poder excluir da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça de lesão a direito. Assim, resta à Portuguesa buscar um provimento jurisdicional, ou melhor, bater à porta do Poder Judiciário. Por evidente, serão chamados para integrar a lide processual todos os litisconsortes.

As decisões desportivas foram míopes e despreocupadas quanto ao justo. Em definição que guarda atualidade, o jurista Celsus disse ser o Direito a arte (técnica) do bom e do justo. Daí, foram cunhados vários alertas. Por exemplo e em caso de interpretação meramente grama-

tical, e não lógica e sistemática, o “summum jus, summa injuria”: a aplicação de um regulamento ou lei em excesso gera injúria excessiva.

Trocado em miúdos, houve com a Portuguesa interpretação e sanção excessivas. Tudo diante das circunstâncias fáticas e da ausência de dolo. Nem venha com o “dura lex, sed lex”, com que se preconiza dever a lei ser aplicada ainda que imoral ou injusta. Essa máxima, da preferência do insensível inspetor Javert, de “Os Miseráveis” de Victor Hugo, serviu, embora não referida expressamente, como embasamento das decisões do Conselho e do Tribunal de Justiça Desportiva da CBF.

Quando um maior de idade furta uma bala no supermercado, comete infração de bagatela. O inquérito é arquivado e, assim, incogitável a aplicação de pena. Numa partida de futebol sem significado entre Portuguesa e Grêmio, chegou-se ao cúmulo da perda de quarto pontos (três pontos a título de sanção e um pelo jogo empatado), algo desproporcional, injusto, mas, atenção, na exata medida para levar à queda da Lusa para a segunda divisão.

Num pano rápido e a repetir o sempre lúcido colunista Hélio Schwartzman, desta **Folha**, “garfaram a Portuguesa”. Mas, resta o Judiciário.

WÁLTER FANGANIELLO MAIEROVITCH, 66, desembargador aposentado, é presidente do Instituto Giovanni Falcone de Ciências Criminais

CONTINUA

04 JAN 2014  
FOLHA DE S. PAULO  
CONTINUAÇÃO

NÃO  
É dura, mas é a lei

PEDRO TRENROUSE

O Poder Judiciário não tem competência para julgar o mérito das decisões da Justiça Desportiva.

Ainda que a interpretação isolada e literal do § 1º do artigo 217 da Constituição levasse à conclusão de que a Justiça comum pode admitir ações relativas às competições, depois de esgotadas as instâncias da Justiça Desportiva, esse entendimento contraria garantias fundamentais não só para o esporte, mas para todo o ordenamento jurídico.

Para alcançar a vontade da Constituição, deve-se interpretá-la de forma sistemática e teleológica. Valores como a livre-iniciativa e princípios como liberdade de associação e autonomia de organização devem pesar na compreensão dos limites da Justiça comum no esporte.

A única exceção ao princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional, segundo o qual sempre que houver lesão ou ameaça a direito não se poderá impedir que o Poder Judiciário, se provocado, aprecie a questão, é exatamente a Justiça Desportiva, e a Constituição é expressa ao estabelecer prazo de 60 dias para uma decisão final nesses casos.

Admitir que a Justiça comum possa rever o mérito das decisões dos tribunais desportivos seria como negar os motivos que levaram o constituinte a estabelecer uma jurisdição própria para o esporte, com um

agravante: atrasando o início do processo em dois meses.

A estrutura do esporte mundial é baseada no princípio da não intervenção estatal. A lei de um país não pode alterar as regras esportivas nem a Justiça comum deve se imiscuir nelas. A ingerência estatal põe em xeque a participação do Brasil em competições globais ao expor o esporte nacional à possibilidade de exclusão das entidades internacionais.

O Judiciário deve respeitar as decisões da Justiça Desportiva como faz com a arbitragem, que inclusive trata de questões esportivas nas principais competições do mundo.

De certa forma, o Judiciário age do mesmo modo respeitoso com os juízos de instâncias administrativas como agências reguladoras e o Banco Central, só interferindo em casos extremos. Ademais, o constituinte estabeleceu o fomento às práticas desportivas como dever do Estado. Qualquer medida que as iniba é um atentado à ordem constitucional.

O STJD (Superior Tribunal de Justiça Desportiva) julgou os casos de Portuguesa, Flamengo, Vasco e Atlético Paranaense de forma positivista. “Dura lex, sed lex” (“A lei é dura, mas é a lei”). No entanto, é evidente que a legislação esportiva brasileira é confusa, paradoxal e anacrônica. O medo e a incapacidade de pensar criticamente e contes-

tar as leis quando não são justas já resultou em atrocidades. Nesses casos recentes, enquanto Portuguesa e Flamengo foram apenados no campeonato de 2013, Vasco e Atlético-PR só o serão em 2014. Embora as decisões tenham sido tomadas conforme a lei, terão sido justas?

A última reforma do CBJD (Código Brasileiro de Justiça Desportiva) inseriu o princípio “pro-competitivo” justamente para garantir a prevalência das competições. Se os julgadores tivessem buscado interpretar a lei sob esse prisma, filigranas jurídicas não poderiam alterar a tabela dos campeonatos.

O envolvimento da Justiça comum coloca em risco o Brasileiro de 2013 e o de 2014. O STJD garantiu às partes o direito à ampla defesa e ao contraditório. Por mais que haja inconfirmandade com seus julgados, o § 2º do artigo 217 da Constituição é claro: é a decisão final.

Para que haja segurança jurídica, é preciso rever todo o marco regulatório do esporte nacional. Assim como congressistas não podem decidir sobre o número de juízes de uma partida, também não poderiam legislar sobre sanções administrativas das competições. Ao Estado cabe se limitar às políticas públicas

PEDRO TRENROUSE, 34, professor da Fundação Getúlio Vargas, é consultor da ONU (Organização das Nações Unidas) para legislação esportiva

04 JAN 2014

# FOLHA DE S. PAULO

## O mandato do Supremo

**LUÍS FRANCISCO CARVALHO FILHO**

**Mandato temporário  
tornaria o ministro mais  
suscetível à conjuntura,  
ao vínculo partidário**

A VITALICIEDADE dos ministros não é defeito do Supremo Tribunal Federal. A ideia de mandato temporário afetaria uma de suas virtudes.

O Brasil adotou, em parte, o sistema norte-americano. O presidente da República escolhe, mas a nomeação depende de aprovação do Senado. O ministro só deixa a corte pela aposentadoria (aqui, compulsória aos 70 anos; nos EUA não há limite de idade), pela morte ou incapacidade e pelo impeachment.

Celso de Mello foi nomeado no longínquo governo Sarney. Estabeleceu marcos jurisprudenciais em defesa da liberdade de expressão e para contenção de abusos no processo investigativo e acusatório.

Um caso de 2001, com potencial desconforto diplomático, ilustra esse perfil. Ao negar pedido da China, de entrega de cidadão chinês refugiado no país, Celso de Mello cogitou uma “extradição política disfarçada”. Reconheceu a presunção de veracidade do compromisso do governo da China de comutar a pena de morte eventualmente imposta ao réu, mas registrou o precedente, divulgado pela Anistia Internacional, de quebra de idêntico compromisso em pedido feito à Tailândia.

É testemunha da história da Constituição de 88. Qual o problema de estar no exercício do cargo há 24 anos?

Lula defende a proposta de mandato. Escolheu oito ministros do STF e, em entrevista recente, disse que hoje teria “mais critério”.

O lado “coronel” de Lula sente-se traído porque juízes não julgaram como ele gostaria que julgassem. É

só isso. Critérios constitucionais são idade (mais de 35, menos de 65 anos), “notável saber jurídico” e “reputação ilibada”. Os outros critérios são políticos — importantes também porque é possível optar entre nomes mais ou menos liberais em matéria fiscal ou de comportamento, por exemplo.

Se o presidente da República escolhe mal ou se o Senado não exerce a prerrogativa de controle, não há garantia de que, no sistema de mandato, seria diferente.

O caráter vitalício do cargo estimula a independência. Pode ser por acaso, mas os currículos dos atuais ministros hospedados no site do STF só mencionam a data, não o signatário da nomeação.

Mandato temporário (cinco anos prorrogáveis por mais cinco, oito ou dez anos de duração, não importa) tornaria o ministro mais suscetível à conjuntura, ao vínculo partidário ou governamental, aos interesses corporativos. Na hora da nomeação e na hora de pavimentar a saída.

Pelo sistema atual, cada ministro constrói uma carreira que só o crime de responsabilidade interrompe. Isso funciona.

Atolado em processos, processos paralisados e sem perspectiva de julgamento, fustigado por pequenas crises decorrentes de decisões que ofenderiam a independência dos três Poderes, e da própria fogueira das vaidades, atento demais ao que vem sendo chamado “voz das ruas”, o Supremo pode ser melhor. O problema não está na vitaliciedade dos

ministros ou na transmissão dos julgamentos pela TV. E ser mais ágil e menos prolixo é algo que não depende de reforma constitucional.

Uma corte suprema pluralista e transparente, empenhada em corrigir atentados à Constituição, livre do aparelhamento de Estado e da influência dos governos, capaz também de resistir à pressão volúvel das ruas, é um ideal republicano que faz bem ao Brasil.

04 JAN 2014

# FOLHA DE S. PAULO

## O dinheiro de volta

**Procuradoria-Geral da República tenta agilizar a recuperação de bilhões desviados para o exterior em escândalos de corrupção**

Não se trata de nenhuma bagatela. A Procuradoria-Geral da República estima em US\$ 2,5 bilhões (R\$ 6 bilhões) o montante dos recursos bloqueados no exterior em decorrência de casos de corrupção.

Operações como a Satiagraha (iniciada em 2004) e escândalos como o do Banestado (objeto de CPI em 2003) e do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (no final dos anos 1990) ainda guardam, segundo o Ministério Público Federal (MPF), quantidades expressivas de verbas a repatriar.

Seriam o equivalente a mais de 20% dos gastos anuais com o Bolsa Família (programa que atende quase 14 milhões de famílias carentes), ou 75% do pacote federal para mobilidade urbana na cidade de São Paulo, prometido pela presidente Dilma Rousseff após os protestos de junho passado.

Até agora, a complexa tarefa de trazer de volta ao país essas quantias desviadas carecia de maior coordenação: procuradores encarregados de outras atividades acumulavam, conforme o caso, as gestões com esse objetivo.

Anuncia-se para este ano a criação de unidade especial do MPF, sob comando do procurador da República Vladimir Aras, encarregada de rastrear e recuperar os ativos imobilizados em paraísos fiscais.

A lentidão da Justiça brasileira traz o risco de que, prescrevendo crimes investigados, termine sendo devolvido aos réus o milionário fruto das operações suspeitas.

No escândalo do Banestado, por exemplo, sete dos 14 ex-dirigentes da instituição financeira paranaense acusados de desvios de verbas beneficiaram-se da extinção de sua punibilidade, num processo que tramita há três anos no Superior Tribunal de Justiça.

Já no escândalo envolvendo o ex-juiz federal João Carlos da Rocha Mattos, cerca de R\$ 13 milhões de uma conta em seu nome na Suíça poderão ficar perdidos se o Supremo Tribunal Federal não julgar um recurso interposto pelo réu, à espera de decisão desde 2008.

A questão do repatriamento requer, como se vê, ações em várias frentes; a agilidade do MPF não basta sem contraparte da magistratura. O novo órgão anunciado pelo procurador-geral Rodrigo Janot haverá de contar com o auxílio de departamento assemelhado no âmbito do Ministério da Justiça.

No plano legislativo, deram-se avanços recentemente. A nova lei de lavagem de dinheiro, de julho de 2013, permite ao juiz apreender bens e valores enviados ao exterior; criou também a "alienação antecipada", facultando às autoridades a venda de bens sob suspeita, mesmo antes do fim do processo.

O xadrez institucional e jurídico se joga, portanto, lentamente. A cada lance que tarda, saem perdendo os cidadãos e a credibilidade do Estado brasileiro.

05 JAN 2014

## FOLHA DE S. PAULO

### Mãe do menino Joaquim é presa por ordem da Justiça

DE RIBEIRÃO PRETO - A psicóloga Natália Mingoni Ponte, 29, mãe do menino Joaquim Ponte Marques, 3, voltou à cadeia ontem após a Justiça decretar sua prisão preventiva. Também foi expedida ordem de prisão para o padrasto do menino, Guilherme Raymo Longo, 28, que já estava preso temporariamente. O padrasto foi denunciado pelo Ministério Público estadual sob a suspeita de homicídio triplamente qualificado e ocultação de cadáver. Já Natália foi denunciada por omissão. O corpo de Joaquim foi achado no rio Pardo, em Barretos, em 10 de novembro. Para a polícia e a Promotoria, o padrasto matou a criança com uma superdosagem de insulina — o garoto era diabético — e depois jogou o corpo em um córrego. A defesa dos dois acusados nega participação no crime.

### O QUE ELE DISSE ALEXANDRE AZEVEDO

Eu fui tão **SELVAGEM**  
quanto ele (...). Ele ia de fato agredir  
físicamente o garçom

empresário que apareceu no YouTube brigando com o desembargador Dilermando Motta (RN), que teria humilhado um garçom numa padaria (a padaria deu férias ao rapaz)

### ELIO GASPARI O PENTE DE RENAN

O senador Renan Calheiros pagou R\$ 27,4 mil à FAB pelo uso indevido do jatinho que o levou de Brasília ao Recife para um implante de 10.118 fios de cabelo. Isso dá R\$ 2,70 por fio, deixando-se de lado os serviços médicos do procedimento.

Toda vez que o doutor ajeitar a cabeleira, deverá contar os tufoes que saírem no pente. A cada 268 fios que caírem, terá perdido o equivalente a um salário mínimo.

06 JAN 2014

## FOLHA DE S. PAULO

# STF em pauta

Já há algum tempo reafirma-se, no balanço de cada ano que termina, o crescente protagonismo do Supremo Tribunal Federal (STF) na cena política brasileira.

Não só por causa do julgamento do mensalão, 2013 não foi exceção a essa regra. Houve, no entanto, uma novidade significativa: a expansão do raio de atuação da corte começou a encontrar alguns limites que antes não se observavam.

Verdade que sempre existiu resistência ao chamado ativismo judicial — situações nas quais os tribunais agiriam como legisladores, e não como intérpretes da lei. Mas os obstáculos que o STF conheceu em 2013 foram de outra natureza.

Enquanto instituição, o Supremo foi em boa medida ofuscado pelos indivíduos que o compõem. Manteve-se o processo, iniciado em 2012 com a análise do mensalão, de transformação dos ministros em celebridades, elogiados ou criticados por suas opiniões pessoais e vigiados no cotidiano.

Deu-se um passo a mais, todavia, pois Joaquim Barbosa foi cotado para disputar a Presidência. Talvez mais importante, uma decisão técnica da corte, sobre o recurso chamado embargos infringentes (que permite a revisão de decisões apertadas), apareceu como escolha de um único magistrado, o decano Celso de Mello, e não como deliberação do colegiado.

Se os indivíduos se destacaram, o órgão viu, por parte do Legislativo, uma oposição de que não se tinha registros — e, de resto, agravada por mútuas críticas públicas.

Instalou-se um braço de ferro entre o Supremo e o Congresso Nacional em ocasiões relevantes como a definição das regras do Fundo de Participação dos Estados, a validade da lei sobre distribuição dos royalties do petróleo e, principalmente, a cassação de mandatos de parlamentares condenados em última instância judicial.

Por essa razão, é de perguntar como o STF lidará com a pauta conturbada de 2014, quando julgará os embargos infringentes no caso do mensalão petista e começará a analisar o processo do chamado mensalão tucano, ou mineiro.

Fora da esfera penal, pelo menos duas ações podem ter grande impacto na vida dos cidadãos. Uma delas diz respeito à constitucionalidade dos planos econômicos das décadas de 1980 e 1990; a outra refere-se à possibilidade de empresas fazerem doações eleitorais.

O desafio do STF, nesses e em tantos outros casos, é o de construir uma jurisprudência coerente, que transcenda as vaidades de cada ministro. Esse é o melhor caminho para que o tribunal se abra a um diálogo crítico sobre suas decisões e se proteja das turbulências políticas inerentes a sua missão.

0 6 JAN 2014

## FOLHA DE S. PAULO

### PAINEL

**Tudo...** Integrantes do Judiciário relatam que, a pedido de um ministro do STJ, a PEC da Bengala — que amplia o limite de idade para aposentadoria dos magistrados de 70 para 75 anos — só deve ser votada no início da próxima Legislatura da Câmara.

**... certo** O magistrado, desafeto da ministra aposentada Eliana Calmon, articulou o adiamento no ano passado, para ter garantia de que ela seria obrigada a deixar o STJ até 5 de novembro deste ano, quando completa 70 anos. Eliana, no entanto, antecipou sua aposentadoria para disputar as eleições.

**Despedida** Vão atingir este ano a idade limite de 70 anos no STJ os ministros Gilson Dipp, atual vice-presidente do tribunal, Arnaldo Esteves Lima e Ari Pargendler.

07 JAN 2014

# FOLHA DE S. PAULO

## Sentença dupla

**JANIO DE FREITAS**

**Nos presídios há monstros humanos, mas outros tantos são só humanos; igualá-los é uma injustiça terrível**

O PRESÍDIO de Pedrinhas, no Maranhão, com as 14 decapitações de presos por outros presos, foi que conquistou status de escândalo, mas foi o Presídio Central em Porto Alegre que no dia 30 passado motivou notificação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos ao Brasil, com prazo de 15 dias para sanar as monstruosidades ali impostas aos presos.

Resumo mínimo: o presídio comporta 1.985 presos, amontoa 4.590; esgoto a céu aberto atravessa o que seria o pátio; o comando real há muito tempo é exercido por facções criminosas. De Norte a Sul, portanto, o mesmo sistema. Não só nos presídios. Também o Judiciário e o Ministério Público se reproduzem no Brasil todo.

Os governos estaduais e o federal são os acusados de sempre. Por merecimento. Mas por exagero acusatório também, como é igualmente de praxe. A nenhum juiz, desembargador ou integrante de tribunal superior falta conhecimento das condições criminosas vigentes em presídios brasileiros. A nenhum promotor e nenhum procurador do Ministério Público Federal falta o mesmo conhecimento. O padrão geral em suas atividades funcionais, no entanto, é este: nenhuma demonstração prática de interesse pela existência dessas masmorras medievais, configuráveis como crimes tanto na legislação brasileira de direitos humanos, como em tratados internacionais de que o Brasil é signatário.

E o conhecimento indiferente é apenas o começo. Aqueles monturos humanos se formam nos presídios por ação de promotores e julgadores, em princípio convictos da

razão dada á seus atos pelo, autos dos processos. E pronto, acabou-se. Vamos ao próximo.

Mas daí resulta que as condenações no Brasil são mentirosas. A lei e as sentenças referem-se a anos de reclusão. O cumprimento das penas inclui, porém, outra condenação, implícita na primeira e não declarada, logo, ilegal: a pena cronológica de muitos milhares será cumprida nas condições mais degradantes, física e moralmente. A pior condenação, o maior sofrimento, não estão na sentença.

Dizia há pouco Gilmar Mendes: ...“essas cadeias em que os presos fazem necessidades uns sobre os outros”, palavras de ministro do Supremo Tribunal Federal. Gilmar Mendes a quem se deve, aliás, o programa de inspeção a presídios e verificação de penas concluídas, tarefa que levou representantes do Conselho Nacional de Justiça a desvendar o presídio maranhense. Em contrapartida às palavras e medidas de Gilmar Mendes, também há pouco dizia um ex-desembargador em seu comentário radiofônico, sobre determinados presos: ...“concluída a reabilitação”... —haja hipocrisia.

Nos presídios há muitos monstros humanos, para os quais é difícil dirigir alguma piedade. Mas outros tantos são apenas humanos, humanamente criminosos. Igualá-los na perversidade da condenação dupla e degradante é uma injustiça terrível em nome da justiça. E faz ser o caso de perguntar-se se a degradação, nessas circunstâncias, atinge só os que estão dentro dos presídios.

07 JAN 2014

# FOLHA DE S. PAULO

# Supremo

# manda prender

# ex-presidente

# da Câmara

Petista João Paulo Cunha promete se entregar hoje na sede da PF, em Brasília

**Colegas aconselham deputado a renunciar para evitar cassação, mas possibilidade foi descartada em 2013**

O presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, rejeitou dois recursos apresentados pelo deputado João Paulo Cunha (PT-SP) e determinou que ele comece a cumprir pena de 6 anos e 4 meses por dois crimes pelos quais foi condenado no processo do mensalão.

A prisão do parlamentar depende somente de Barbosa assinar o mandado de prisão, o que não havia acontecido até a conclusão desta edição. A assessoria do petista disse que ele se entregará hoje, por volta das 12h, na sede da Polícia Federal em Brasília.

João Paulo recebeu R\$ 50 mil do esquema do mensalão quando presidia a Câmara. O STF concluiu que ele recebeu o dinheiro como propina para contratar uma das agências do empresário Marcos Valério Fernandes de Souza, o operador do mensalão, para prestar serviços à Casa.

Neste primeiro momento, João Paulo cumprirá pena no regime semi-aberto por dois dos três crimes pelos quais foi condenado —peculato (desvio de dinheiro público) e corrupção passiva.

Em relação ao crime de lavagem de dinheiro, a votação no STF que definiu sua condenação foi apertada e o deputado obteve o direito de apresentar um recurso conhecido como embargo infringente, que será analisado ainda neste ano pelo STF.

Na decisão em que negou os recursos relativos às condenações por peculato e corrupção, Barbosa destacou que eles eram “manifestamente incabíveis e protelatórios”, pelo fato de o réu não ter recebido quatro votos por sua absolvição nestes crimes.

No ano passado, o STF mandou para a prisão outros três deputados condenados no processo quando ainda exerciam o mandato, José Geno (PT-SP), Valdemar Costa Neto (PR-SP) e Pedro Henry (PP-MT). Todos renunciaram a seus mandatos após as prisões, para evitar a cassação no plenário da Câmara.

Em dezembro, João Paulo disse que não pretendia abrir mão de sua cadeira na Câmara, mas ele tem sido aconselhado por colegas, inclusive do PT, a renunciar ao mandato para evitar o desgaste.

Se não renunciar, uma definição sobre seu futuro político só deverá ocorrer em fevereiro, quando a Câmara retorna do recesso parlamentar.

A assessoria do deputado afirmou que João Paulo esta-

va “tranquilo e sereno” para cumprir a decisão da Justiça. Dos 25 condenados no processo do mensalão, João Paulo será o 18º a ser preso.

O deputado deverá iniciar o cumprimento de sua pena no complexo penitenciário da Papuda, em Brasília, onde estão o ex-ministro José Dirceu, o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares e Marcos Valério, entre outros condenados no processo.

Caso tenha interesse, após a prisão, ele poderá pedir transferência para um presídio em São Paulo.

Apesar de ter determinado o envio para Brasília dos primeiros condenados do mensalão, Barbosa tem autorizado, desde então, que os presos permaneçam nos Estados onde são detidos ou que sejam transferidos para cumprir a pena próximo de suas famílias. (SEVERINO MOTTA, MÁRCIO FALCÃO, FERNANDA ODILLA, MARIANA HAUBERT E MARINA DIAS)

08 JAN 2014

# FOLHA DE S. PAULO

## Barbárie maranhense

Selvageria em unidades prisionais do Estado e fraca resposta do governo fazem com que ganhe adeptos tese de intervenção federal

A esta altura, mesmo a governadora do Maranhão, Roseana Sarney (PMDB), mostra-se convencida de que unidades prisionais de seu Estado se transformaram em antros de barbárie, onde detentos para lá enviados pelo Poder Judiciário agem como verdadeiros monstros em plena luz do dia.

Há dois dias, a mandatária ainda parecia disposta a negar, ou pelo menos minimizar, as violações que têm ocorrido no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em São Luís —com 1.700 vagas e 2.500 presos.

Por meio de nota, acusou o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de escrever um relatório contendo “inverdades” sobre o sistema carcerário maranhense. O objetivo seria “agravar ainda mais a situação” nas cadeias, a fim de “descredibilizar medidas” adotadas.

Agora a governadora já não pode insistir na negação. Vídeo divulgado ontem por esta **Folha** não deixa lugar para dúvidas —e evidencia, com força rara, o grau de desumanidade a que ali se chegou.

A mera descrição das imagens basta para embrulhar o estômago. Assistir ao filme na íntegra, gravado pelos detentos com a câmera de um celular, é tarefa para poucos. Durante dois minutos e 32 segundos, três homens decapitados são exibidos de perto; em volta, presos amotinados parecem se diver-

tir com o “documentário”.

Desde o ano passado, disputas entre facções criminosas resultaram na morte de 62 presos e, segundo consta, inúmeros estupros de mulheres que visitavam os presídios. Sem conhecer limites, o horror ganhou a região metropolitana de São Luís em ataques incendiários a ônibus. Em um deles, uma menina de seis anos teve 95% do corpo queimado e não resistiu.

Governado pelo clã Sarney há quase meio século (com um breve interregno de dois anos), o Maranhão tem se destacado sobretudo pelos indicadores negativos.

Sua renda per capita média, de R\$ 360, é a pior do Brasil; 96% de seus domicílios não têm acesso adequado à rede de saneamento básico; mais de um quinto de sua população com 15 anos ou mais não sabe ler ou escrever.

Não por acaso ganha adeptos a ideia de que o Estado deveria sofrer intervenção federal, prevista na Constituição, entre outras hipóteses, a fim de garantir a observância dos direitos humanos —dependendo, neste caso, de manifestação do Supremo Tribunal Federal.

A medida é extrema, sem dúvida, e seus efeitos, duvidosos. Como recurso para proteger a democracia, deve ser usada apenas quando o governo local não estiver procurando interromper as violações, ou quando for absolutamente incompetente para tanto.

Trata-se de análise subjetiva, mas que o governo de Roseana Sarney, ao tentar negar o óbvio ou criticar quem revela a selvageria, torna cada vez mais objetiva.

08 JAN 2014

FOLHA DE S. PAULO

# Maranhão critica divulgação de vídeo e 'selvageria' de presos

Em nota, gestão Roseana Sarney afirma que veiculação de imagens reforça ação criminosa em penitenciária

**Para ministra, cabe ao governo estadual resolver a crise nos presídios; entidades falam em 'barbárie'**

DE SÃO PAULO  
DE BRASÍLIA

O governo do Maranhão classificou como "um ato de completa selvageria" as imagens da decapitação de presos durante uma rebelião no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em São Luís.

A gestão de Roseana Sarney (PMDB) também criticou a divulgação do vídeo, veiculado pela **Folha**.

"Divulgar esse tipo de gravação é repudiante, pois só corrobora com uma ação no mínimo criminosa, com apelo sensacionalista e que fere todos os preceitos dos direitos humanos e as leis de proteção ao cidadão e à família [dos detentos mortos], que se vê novamente diante de uma exposição brutal", disse o governo, em posicionamento assinado pela Secretaria Estadual de Comunicação.

Segundo a assessoria de comunicação, o repúdio citado na nota se refere "tanto à **Folha** quanto a quem compartilhou [as imagens], de uma forma geral".

O governo afirmou ainda que o Serviço da Inteligência da Polícia Civil investiga a origem dos vídeos e os responsáveis por imagens de Pedri-

nhas distribuídas na internet.

## GOVERNO FEDERAL

A ministra Maria do Rosário (Direitos Humanos) afirmou que cabe ao governo do Maranhão gerenciar e comandar a solução dos problemas nos presídios do Estado. Para a ministra, é preciso "retomar o controle".

O superlotado complexo de Pedrinhas (com 1.700 vagas e 2.500 presos) registrou 62 mortes desde o início do ano passado.

Do local, partiram ordens para atacar ônibus e delegacias nos últimos dias.

"O governo federal está à disposição como sempre esteve, mas o gerenciamento e a solução do problema precisa ser comandada pelo Estado", disse a ministra.

Sobre as cenas divulgadas ontem, Maria do Rosário diz que não viu o vídeo, mas apenas fotografias. "São terríveis. Precisamos agir diante disso", disse a ministra.

Ontem, representantes de ONGs de defesa dos direitos humanos enviaram carta ao procurador-geral da República, Rodrigo Janot, pedindo intervenção federal no presídio.

O documento assinado por Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, Conectas e Justiça Global cobra a federalização da apuração de crimes cometidos no local.

## 'BARBÁRIE'

Entidades de atuação in-

ternacional também comentaram as imagens divulgadas pela reportagem.

"É uma barbárie como eu nunca havia visto", afirmou Maria Laura Canineu, diretora no Brasil da Humans Right Watch, entidade que atua em mais de 90 países.

Em nota, a Anistia Internacional declarou que vê com extrema preocupação o crescimento da violência no presídio e a falta de coordenação entre órgãos públicos.

"É inaceitável que uma situação como esta se prolongue por tanto tempo sem nenhuma atitude efetiva das autoridades responsáveis."

Especialistas em segurança pública ouvidos pela **Folha** creditam a crise ao abandono, por parte do poder público, do sistema prisional.

Para o sociólogo da USP Álvaro Gullo, os recentes fatos revelam a perda de noção da função social do presídio.

"O administrador de presídios pelo país tendem a acreditar que devem aumentar o sofrimento do detento, casar-lhe maior dor possível. Isso acaba com função de ressocialização do presídio e gera um ciclo de violência", diz.

Já o ex-secretário nacional de segurança, coronel José Vicente Filho, responsabiliza também o governo federal.

"Alguns projetos importantes, como a realização de PPPs [Parcerias Público Privada] para gerenciamento de alguns presídios não são levadas adiante".

CONTINUA

# FOLHA DE S. PAULO

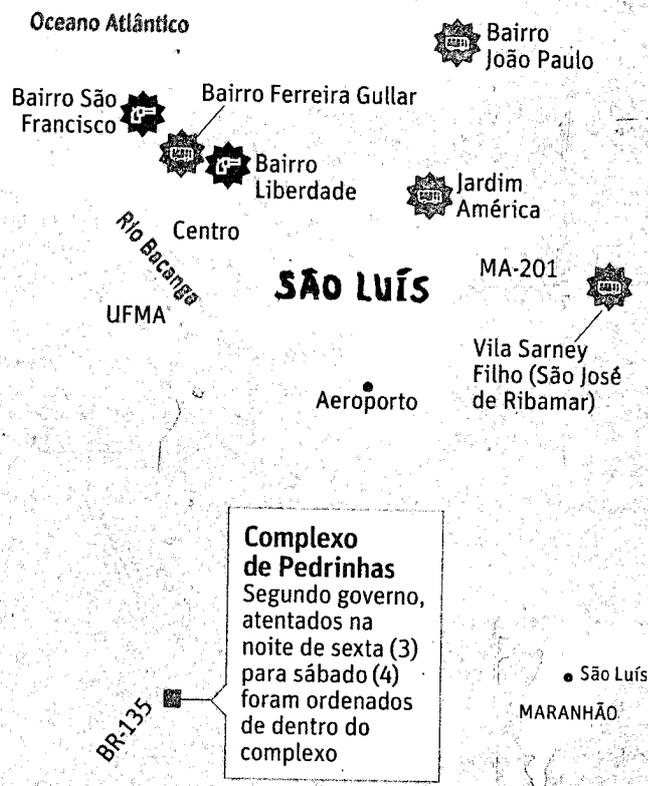
## CONTINUAÇÃO

# 08 JAN 2014

### LOCAIS DOS ATAQUES NA GRANDE SÃO LUÍS

Ataques a ônibus

Ataques a delegacias



## Após transferência preso volta pior, diz secretário

DE SÃO PAULO

Em meio à crise na segurança pública do Maranhão, o responsável pelas prisões do Estado minimizou ontem a eficácia da transferência de presos para cadeias federais.

“[O preso] volta mais perigoso, se achando o máximo. Historicamente não tem sido muito bom esse negócio de transferir”, disse o secretário de Justiça e Administração Penitenciária, Sebastião Uchoa, à rádio Bandeirantes.

O governo Roseana Sarney (PMDB) aceitou a oferta de vagas em presídios federais feita pelo MJ (Ministério da Justiça), para que presos perigosos deixem o Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em São Luís. A pasta informou ontem que 22 detentos já foram transferidos.

O complexo teve 62 mortes de presos desde 2013. De lá, diz o governo, saíram ordens para os ataques que na semana passada deixaram cinco feridos, entre eles uma menina de seis anos, que morreu.

Segundo o MJ, novas vagas estão sendo disponibilizadas para os envolvidos nos atentados, que segundo o governo estadual seriam retaliação à ocupação do complexo pela Polícia Militar, no final de dezembro passado.

### REPASSE

O governo maranhense reclama que o MJ cancelou em junho de 2013 o repasse de cerca de R\$ 20 milhões para construir duas cadeias no Estado, apesar de ter atendido a todas as exigências do Depen (Departamento Penitenciário Nacional), vinculado à pasta.

Em resposta, o MJ afirma que o dinheiro “foi recolhido por inexecução da obra no prazo de 18 meses”. “Isso ocorreu porque os projetos apresentados não foram aprovados pela área técnica”, disse a pasta.

Colaborou FERNANDA ODILLA, de Brasília

### O COMPLEXO PENITENCIÁRIO DE PEDRINHAS



### IDH-M ESTADUAL

Quanto mais próximo de 1, melhor o índice, usado para apontar o desenvolvimento

Colocação	IDH-M (2010)
DF	0,824
SP	0,783
SC	0,774
RJ	0,761
PR	0,749
RS	0,746
ES	0,740
GO	0,735
MG	0,731
MS	0,729
Brasil	0,727
MT	0,725
AP	0,708
RR	0,707
TO	0,699
RO	0,690
RN	0,684
CE	0,682
AM	0,674
PE	0,673
SE	0,665
AC	0,663
BA	0,660
PB	0,658
PA	0,646
PI	0,646
MA	0,639
AL	0,631

Maranhão tem o 2º pior IDH-M do Brasil

Fontes: Departamento Penitenciário Nacional, governo do Maranhão e PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento)

CONTINUA

08 JAN 2014

# FOLHA DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

### RAIO-X DO SISTEMA CARCERÁRIO DO MARANHÃO

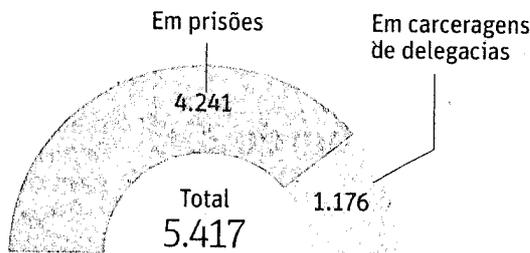
Governo enfrenta crise com mortes de presos e ordens de fações para ataques nas ruas

**24**  
prisões

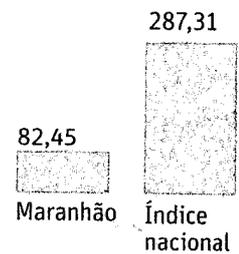
**2.219**  
vagas nas prisões

**2.022**  
é o número de presos além da capacidade das prisões

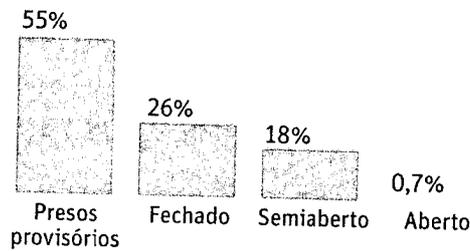
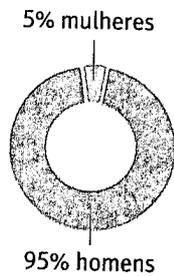
#### POPULAÇÃO CARCERÁRIA



#### PRESOS POR 100 MIL HABITANTES



#### PERFIL DOS DETENTOS NO SISTEMA PRISIONAL



**62,8%**  
dos presos têm entre 18 e 29 anos

**74%**  
dos presos são negros ou pardos

08 JAN 2014

# FOLHA DE S. PAULO

## PAINEL

### O banquete de Roseana

Com os presídios em chamas, o Maranhão escolherá nesta semana as empresas que abastecerão as geladeiras de Roseana Sarney (PMDB) em 2014. A lista da governadora inclui 80 kg de lagosta fresca, uma tonelada e meia de camarão e oito sabores de sorvete. As iguarias deverão ser entregues na residência oficial e na casa de praia usada pela peemedebista. O Estado prevê gastar R\$ 1 milhão para alimentar a família Sarney e seus convidados até o fim do ano.

**Fatura** A lista dos palácios maranhenses também inclui 750 kg de patinha de caranguejo, por R\$ 39 mil. O governo do Estado comprará ainda duas toneladas de peixe e mais de cinco toneladas de carne bovina e suína.

**Para adoçar** As residências oficiais receberão 50 caixas de bombom e 30 pacotes de biscoito champanhe. Outro item curioso: R\$ 108 mil em ração para peixes.

**Jesus tá vendo** O edital ainda prevê a compra de 2.500 garrafas de 1 litro de “refrigerante rosado” com “água gaseificada, açúcar e extrato de guaraná”. Descrição sob medida para a compra do guaraná Jesus, bebida famosa do Maranhão.

**Martelo** Com tantas encomendas, o governo fará duas licitações para escolher os fornecedores. O primeiro pregão, de R\$ 617 mil, está marcado para amanhã às 14h30. O segundo foi agendado para esta sexta-feira.

**Em silêncio** Com tradição de enfrentar governos para defender os direitos humanos, a OAB não tem dado um pio sobre a barbárie nas prisões do Maranhão. O presidente da entidade, Marcos Vinicius Coêlho, foi advogado de Roseana no TSE.

08 JAN 2014

## FOLHA DE S. PAULO

### **Justiça vai apurar se houve falha na conduta de desembargador**

DE SÃO PAULO - O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte vai investigar se houve falta ou infração funcional na conduta do desembargador Dilermando Mota, suspeito de humilhar um garçom numa padaria de Natal no último dia 29.

Segundo a assessoria do tribunal, a portaria para instaurar a investigação será publicada até hoje e terá prazo de 60 dias, período em que Mota continuará a exercer suas funções.

De acordo com o empresário Alexandre Azevedo, que estava na padaria, o desembargador ficou irritado porque um garçom não colocou gelo em seu copo. Ainda segundo Azevedo, o magistrado "puxou o garçom pelo ombro" e exigiu que lhe tratasse como Excelência.

Em nota divulgada pelo TJ-RN, o desembargador afirma que não houve abuso de autoridade e nega ter humilhado o garçom.

08 JAN 2014

FOLHA DE S. PAULO

# Ministro suspende redução em supersalário da Câmara

Marco Aurélio, do STF, afirma que servidor prejudicado deveria ter sido ouvido

**Decisão provisória vale para um caso, mas técnicos da Casa dizem que pode ser precedente para outros 1.370**

O ministro do Supremo Tribunal Federal Marco Aurélio Mello concedeu uma liminar — decisão provisória — que suspendeu o corte no pagamento do salário de um servidor da Câmara dos Deputados que ganhava acima do teto do serviço público.

Na avaliação de técnicos da Câmara, a medida pode abrir precedente para que a Casa retome o pagamento integral de outros 1.370 funcionários que ganhavam os chamados supersalários.

Eles tiveram a renda reduzida em outubro de 2013 em razão de uma decisão do TCU (Tribunal de Contas da União) que determinava que o Legislativo acabasse com os salários acima do teto, elevado este ano para R\$ 29,4 mil.

No entendimento do ministro do STF, o comando da Câmara agiu de forma irregular ao determinar o corte dos supersalários sem garantir o direito de defesa dos servidores envolvidos.

“A Câmara dos Deputados, em nenhum momento, intimou os servidores que podem sofrer as consequências do cumprimento da decisão do

TCU a apresentarem defesa no referido procedimento interno, de modo a estabelecer o contraditório necessário na via administrativa”, afirmou Marco Aurélio, em decisão tomada no dia 18 de dezembro e divulgada recentemente.

A decisão de Marco Aurélio atende a um pedido do consultor legislativo da Câmara Magno de Mello, que recebe R\$ 34 mil com o acúmulo do salário do cargo, de R\$ 28 mil, com uma função comissionada de R\$ 6,7 mil.

Antes da decisão do TCU, o servidor tinha um desconto de R\$ 3,9 mil e depois passou a ter um abatimento de R\$ 10,6 mil, que classificou de “extorsivo” na ação.

No despacho, o ministro não faz referência ao mérito do corte. Numa ação anterior, em outubro, Marco Aurélio negou pedido de liminar feito pelo sindicato dos servidores do Legislativo e manteve a decisão do TCU.

Em dezembro, o ministro José Antonio Dias Toffoli negou pedido de liminar que contestava o corte dos “supersalários no Senado.

Segundo técnicos da Câmara, no entanto, a última decisão de Marco Aurélio inovou ao acolher o entendimento de que a Mesa Diretora não cumpriu o devido processo

legal, o que inviabilizaria o corte. Parte dos servidores defende que é possível até mesmo receber valores retroativos desde outubro.

A Câmara só deve analisar o caso em fevereiro, com o fim do recesso parlamentar. O presidente da Casa, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), foi avisado por assessores da decisão do ministro e pediu estudos. (MÁRCIO FALCÃO)

08 JAN 2014

FOLHA DE S. PAULO

# Barbosa sai de férias sem assinar prisão de petista

Situação confunde a defesa e João Paulo não se entrega à Polícia Federal

**Câmara começa a discutir no dia 4 de fevereiro se abre processo de cassação contra o parlamentar**

O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Joaquim Barbosa, saiu de férias ontem sem assinar o mandado de prisão do deputado João Paulo Cunha (PT-SP).

A situação deixou a defesa e o próprio deputado confusos. João Paulo passou a maior parte do dia em Brasília na expectativa que o mandado fosse expedido.

Sua assessoria chegou a informar que ele se apresentaria às 12h na Polícia Federal, mas como o documento do STF não foi emitido, o parlamentar não se entregou.

Barbosa negou dois recursos do deputado e determinou o cumprimento imediato de uma pena de 6 anos e 4 meses, em regime semi-aberto, pelos crimes de peculato (desvio de dinheiro público) e corrupção. Para a prisão ser concretizada, era preciso expedir um mandado de prisão, o que não ocorreu.

De acordo com a assessoria de imprensa do STF, a demora está ligada à burocracia interna da corte. Segundo o Supremo, o mandado precisa ser redigido e revisado pela secretaria judiciária do tribunal. Além disso, um

ofício precisa ser enviado à Câmara dos Deputados e uma carta sentença deve ser encaminhado à Vara de Execuções Penais.

Estes procedimentos foram concluídos ao longo do dia de ontem, segundo a assessoria. Com isso, a papelada já estaria pronta para receber a assinatura de Barbosa ou da plantonista Cármen Lúcia, o que não havia ocorrido até a conclusão desta edição.

De acordo com um ministro ouvido pela Folha, mesmo em férias Barbosa pode assinar o mandado de prisão de João Paulo. Além disso, se considerar que o caso é urgente, a ministra Cármen Lúcia também pode expedir-lo.

Por ter recebido R\$ 50 mil de propina para beneficiar as empresas do operador do mensalão, Marcos Valério, quando presidiu a Câmara dos Deputados, Cunha foi condenado por três crimes: peculato, corrupção e lavagem de dinheiro.

Neste primeiro momento ele só começará a cumprir pena por dois crimes. Isso porque a condenação por lavagem de dinheiro está suspensa. Como ele teve quatro votos por sua absolvição ganhou o direito de apresentar um recurso conhecido como "embargos infringentes".

Quando o mandado de pri-

são for expedido, João Paulo pretende se entregar em Brasília, o que o levará para o presídio da Papuda, onde estão outros condenados do mensalão.

## CÂMARA

O futuro político de João Paulo deve começar a ser discutido pelo comando da Câmara no dia 4 de fevereiro. Se o processo de cassação for aberto pela Mesa da Casa, terá que passar pela Comissão de Constituição e Justiça e depois pelo plenário da Casa, onde precisa de 257 votos para confirmar a cassação. A votação será aberta.

Segundo entendimento preliminar da Câmara, a partir do momento em que for preso Cunha perderá o salário de R\$ 26,7 mil, a verba de R\$ 78 mil para pagar servidores de seu gabinete, além de R\$ 33,7 mil para divulgação da atividade parlamentar e direito a apartamento. (SEVERINO MOTTA, MARIANA HAUBERT E MÁRCIO FALCÃO)

**CONTINUA**

# 08 JAN 2014

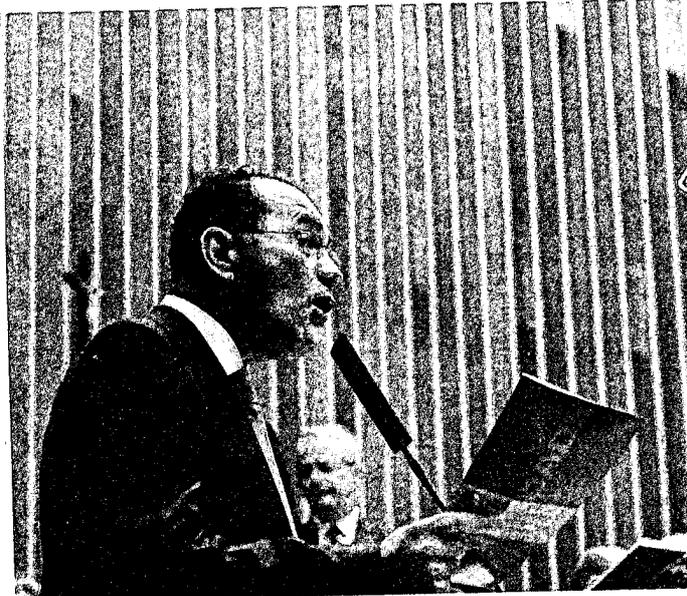
## FOLHA DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

#### POR QUE JOÃO PAULO FOI CONDENADO

Em Brasília, deputado aguardava expedição de mandado pelo STF

Alan Marques 12.dez.2013/Folhapress



O deputado se defende das acusações no plenário

**PERFIL**

**NOME** João Paulo Cunha  
**NASCIMENTO** 6.jun.1958, em Caraguatatuba (SP)  
**CARREIRA** Metalúrgico de 1978 a 1982, foi vereador em Osasco (1983-1988), deputado estadual (1991-1994) e deputado federal a partir de 1995. Presidiu a Câmara de 2003 a 2005. Absolvido pela Câmara em 2006



#### ACUSAÇÃO

Segundo a Procuradoria, o deputado João Paulo recebeu R\$ 50 mil para contratar a SMPB, de Marcos Valério, quando presidia a Câmara, e foi beneficiado pelo desvio de verbas repassadas à agência



#### DEFESA

Alega que o dinheiro do valerioduto se destinava a pagar uma pesquisa eleitoral e que ele desconhecia sua origem ilícita. O deputado nega ter cometido irregularidades na contratação da SMPB



#### DECISÃO

Em 2012 o STF o condenou por corrupção passiva, peculato e lavagem de dinheiro a 9 anos e 4 meses de prisão e multa. Terá novo julgamento por lavagem de dinheiro. Se for inocentado, sua pena pode cair a 6 anos e 4 meses.

#### O QUE PESOU NA DECISÃO

1

Os R\$ 50 mil foram sacados pela mulher de João Paulo numa agência do Banco Rural. Inicialmente, ele disse que ela foi ao banco pagar a TV a cabo. Depois mudou a versão

2

João Paulo contratou a SMPB e liberou R\$ 10,7 milhões à agência, que só executou os serviços correspondentes a R\$ 17 mil. O STF concluiu que parte da verba foi desviada

3

O petista recebeu vários presentes de Marcos Valério, como uma caneta Mont Blanc. Os ministros consideraram que isso evidenciava a proximidade entre João Paulo e Valério

3 1 DEZ 2013

## FOLHA DE S. PAULO Contra a corrupção

**Embora tenha avançado em casos importantes de desvio de recursos públicos, Justiça deve celeridade em episódios de menor repercussão**

Carregado de simbolismo, o julgamento do mensalão chegou ao fim para a maioria dos réus neste ano. Diversas penas até já são cumpridas pelos condenados sem direito a mais nenhum recurso —situação, por exemplo, do ex-ministro da Casa Civil José Dirceu (PT).

Também em 2013 remeteu-se ao Supremo Tribunal Federal (STF) a investigação sobre o escândalo do cartel em licitações do Metrô e da CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos) durante sucessivas administrações do PSDB no Estado de São Paulo.

O mesmo tribunal ordenou, neste ano, a prisão do deputado federal Natan Donadon (ex-PMDB-RO), condenado a 13 anos em regime fechado por crimes de peculato e formação de quadrilha. Foi a primeira prisão de um político determinada pelo STF desde a promulgação da Constituição de 1988.

Ainda nessa seara, prevê-se que o caso do mensalão mineiro, ou tucano, seja julgado pelo Supremo no primeiro semestre de 2014.

São demonstrações de que o Judiciário procura responder, pelo menos em circunstâncias de grande repercussão midiática, aos anseios de moralização da política.

Tais episódios, todavia, não representam com exatidão o funcionamento da Justiça nesse campo. Segundo meta estipulada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ),

os tribunais deveriam julgar neste ano todas as ações relativas a corrupção e desvios dos cofres públicos distribuídas até 2011.

O ano termina, no entanto, sem que o objetivo tenha sido alcançado. Apenas 54% do plano foi cumprido: das 114 mil ações dessa natureza no estoque judicial, só 62 mil foram julgadas.

É lamentável que uma iniciativa de tamanha importância simbólica —mostrar à sociedade que políticos que lesem o patrimônio público não terão privilégios na esfera judicial— seja tratada com descaso por alguns tribunais.

Finalizar tais processos traria um relevante efeito concreto. Políticos condenados por um órgão colegiado, conforme a Lei da Ficha Limpa, ficam impedidos de disputar eleições por oito anos.

Poucos Estados, contudo, chegaram perto de cumprir a meta, e alguns mostraram inexplicável descaso —na Bahia e no Piauí, por exemplo, o número de processos julgados não passou de 11%. São Paulo só deu conta de 54% dos casos sob sua responsabilidade.

Sem que tenham honrado o compromisso assumido, os presidentes dos tribunais brasileiros estenderam a diretriz do CNJ para 2014. No intuito de deixar o atraso menos vexatório, decidiram alargar o objetivo, incluindo o julgamento de ações distribuídas durante 2012.

Demonstração de avanço, sem dúvida; em outros tempos, talvez dessem de ombros. Mas o sinal que mais se aguarda é o de que todos os casos de corrupção serão julgados com celeridade e rigor. E esse, porém, o Judiciário ainda não deu.

31 DEZ 2013

# FOLHA DE S. PAULO

## O ano da mudança

**RENAN CALHEIROS**

Em respeito ao contribuinte,  
demonstramos que é possível  
fazer mais com menos. A  
produção legislativa de 2013  
superou a do ano anterior

O Senado Federal, para ser a instituição que os brasileiros desejam, vem passando por mudanças profundas, tanto políticas quanto institucionais ou administrativas.

O programa de racionalização interna, apenas em 2013, respondeu por uma economia de R\$ 265 milhões, que foram devolvidos aos cofres públicos com a recomendação de serem investidos em creches e no programa Bolsa Família.

É uma economia muito próxima da meta do biênio 2013/2014, que era de R\$ 300 milhões.

Em respeito ao contribuinte, demonstramos que é possível fazer mais com menos, já que a produção legislativa de 2013 superou a do ano anterior. A economia é resultado de diversas ações administrativas.

Foram eliminados o décimo quarto e décimo quinto salários dos parlamentares. Foram extintos 630 funções comissionadas (30% do total). Implementamos a jornada corrida de sete horas, evitando novas contratações. E fundimos estruturas administrativas redundantes.

Sete contratos com mão de obra terceirizada sofreram redução de valores e outros dois foram completamente cancelados. Os gastos com materiais de consumo também foram diminuídos.

Eliminamos privilégios ao fechar o serviço médico do Senado. Os profissionais de saúde passaram a atender toda a população no SUS (Sistema Único de Saúde) e reduzimos as despesas com diárias e passagens.

Também aplicamos imediatamente o teto salarial determinado pelo TCU (Tribunal de Contas da União), por provocação do Senado Federal, e foi criada a taxa de ocupação dos imóveis habitados por não senadores.

Criamos a Secretaria e o Conselho de Transparência, que conta com integrantes da sociedade civil.

No Portal da Transparência, estão todas as informações, exceto aquelas protegidas por sigilo. No primeiro ano de vigor da Lei de Acesso à Informação, o Senado Federal deixou de responder a apenas 1% das mais de 30 mil solicitações.

Internamente, foram criadas as sessões temáticas para aprofundar os debates e a obrigatoriedade dos dirigentes das agências reguladoras de prestar contas anuais ao Senado Federal. Faremos a avaliação do Sistema Tributário Nacional e de políticas públicas.

Também adotamos um novo critério para análise de vetos. Promovemos revisões históricas devolvendo, simbolicamente, os mandatos de senador a Luiz Carlos Prestes e a seu suplente Abel Chermont e ao presidente João Goulart.

Estamos modernizando normas antigas que já sofreram desgaste com o tempo como a da Lei de Execução Penal, a de Arbitragem, a da Mediação, o Código Comercial, o Código Penal e a Lei de Licitações.

Mesmo gastando menos, aprovamos 615 matérias em 2013, 50% a mais do que em 2012. Não se trata apenas de quantidade, mas também da qualidade das matérias.

Estendemos aos trabalhadores domésticos direitos trabalhistas. Aprovamos o Estatuto de Juventude, a lei que obriga a reconstituição de mama pelo SUS, conseguimos o tratamento domiciliar de câncer custeado pelo planos de saúde, o direito de transmissão da permissão dos taxistas, o financiamento da saúde por meio das emendas parlamentares e a destinação de parte dos royalties do petróleo para a educação e para a saúde. Ampliamos as votações abertas.

Após as manifestações populares no meio do ano, aprovamos mais de

40 propostas em menos de 20 dias, desferrujando as engrenagens sabidamente burocráticas do processo legislativo. Algumas ainda tramitam na Câmara dos Deputados.

O crime de corrupção foi agravado e se tornou hediondo. Aprovamos a ficha limpa para servidores públicos, já em vigor no Senado. Conseguimos a proibição de que cônjuge ou parente possa ser suplente de senador e votamos pela redução à metade do número de assinaturas necessárias para a inclusão de leis propostas pela sociedade na pauta do Congresso.

Eliminamos a aposentadoria que premiava juizes e promotores condenados. Aprovamos ainda a perda automática do mandato de parlamentar condenado por improbidade ou crimes contra a administração pública e a responsabilização de pessoas jurídicas envolvidas em corrupção e o combate à tortura.

Estamos, gradativamente, corrigindo distorções e excessos que se acumularam nos últimos anos.

**RENAN CALHEIROS**, 58, senador (PMDB-AL), é presidente do Congresso Nacional. Foi ministro da Justiça (governo Fernando Henrique Cardoso)

31 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

# Para 65% dos brasileiros, desfecho do mensalão não inibe corruptos

Maioria acredita ainda que as penas aos envolvidos foram leves. Para especialistas, sensação pode mudar com a prisão dos condenados

Taiana Bubniak

Os brasileiros acreditam que a justiça foi feita com o julgamento do mensalão. No entanto, a sensação da população é de que as penas foram leves e que, no fim das contas, esse tipo de processo não vai coibir ou diminuir os atos de corrupção praticados por políticos. É o que mostra a sondagem feita pelo Instituto Paraná Pesquisas no início de dezembro em 158 municípios do país. De acordo com o levantamento, 65,1% dos entrevistados não acreditam que as condenações sejam capazes de amenizar a frequência de crimes de corrupção.

Quase dois terços dos brasileiros rechaçam ainda a efetividade das medidas judiciais aplicadas no caso. Um dos motivos para essa descrença pode ser o fato de os desdobramentos do julgamento ainda estarem acontecendo, segundo

Murilo Hidalgo, diretor do Paraná Pesquisas. "Criou-se uma celeuma sobre a prisão dos condenados. Não se sabe se poderão trabalhar, se haverá prisão domiciliar. Isso ainda cria a sensação de impunidade para a população", comenta Hidalgo. No entanto, ele considera que, ao longo do tempo, com os condenados cumprindo pena, essa sensação pode mudar. "O Poder Judiciário agiu dentro das possibilidades e esses recursos [de defesa] são dados a outros condenados. Mas, com o passar do tempo, a percepção com relação ao mensalão pode mudar", diz.

Outros 30,9% dos entrevistados, conforme mostra a pesquisa, são mais otimistas e acreditam que há possibilidade de que o processo do mensalão cause efeitos na atitude de políticos e demais agentes públicos. Um dos que acreditam na capacidade de mudança é o conselheiro federal da OAB José Lucio Glomb.

"Nesse caso, todos os limites de submissão do Legislativo ao Executivo foram extrapolados. É evidente que um processo dessa natureza vai influenciar a história do país. Foi um processo rumoroso, que dura mais de oito anos e tem se mantido em evidência. Ele serve como alerta para as pessoas

que estão praticando atos errados, pois elas agora sabem que podem sofrer as mesmas sanções", afirma Glomb.

Para ele, o julgamento mostra que pessoas ricas e poderosas foram condenadas. "Antes do mensalão, só víamos os pobres sendo julgados e condenados. Esse processo cria uma mudança de percepção com relação à efetividade da Justiça", diz. No entanto, Glomb alerta que o mensalão deve ser um marco justamente por ser o primeiro, mas não por ser o único processo de condenação de políticos corruptos. "O mensalão foi tratado como um 'ponto fora da curva', mas toda e qualquer corrupção é que deve ser o dispar", opina.

**CONTINUA**

31 DEZ 2013

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

### Penas

Os mandados de prisão dos condenados no mensalão determinaram penas que variam entre cinco e 40 anos e multas que, ao todo, chegam a R\$ 23 milhões. Para 61,2% dos entrevistados, o castigo dado aos condenados no processo foi leve. “As pessoas queriam penas mais pesadas, mas o tribunal cumpriu a lei. Como ainda é determinação recente, há a sensação de impunidade”, endossa Murilo Hidalgo.

Para Glomb, da OAB, as penas que envolvem o ressarcimento aos cofres públicos são as que trarão efeitos positivos para a percepção da população. “A sociedade ainda está desconfiada do alcance de todas essas condenações, mas o pagamento das multas pode ser muito positivo no aprendizado sobre a corrupção como crime”, conclui.

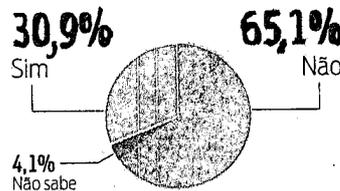
### DESCRENÇA

Para quase dois terços dos brasileiros, as condenações no julgamento do mensalão não serão efetivas para diminuir os crimes de corrupção. Os entrevistados também acham que as penas foram leves, mas que foi feita justiça no caso.

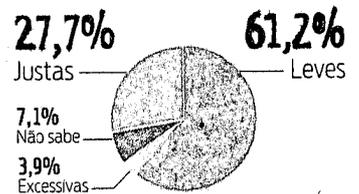
Você acha que foi feita justiça com o julgamento do mensalão?



Você acha que as condenações do mensalão diminuem crimes de corrupção entre políticos?



Como você avalia as penas dadas aos condenados?



Fonte: Paraná Pesquisas. Metodologia: pesquisa realizada em 158 municípios de todo o país, durante os dias 03 a 07 de dezembro de 2013, com 2.250 pessoas maiores de 16 anos, sendo acompanhadas 19,61% das entrevistas, com grau de confiança de 95% para uma margem estimada de erro de 2% para os resultados gerais. Infografia: Gazeta do Povo.

CONTINUA

31 DEZ 2013

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

## Oito anos se passaram entre a denúncia do esquema e as prisões

Considerado o maior processo político já julgado pela corte máxima do país, o Supremo Tribunal Federal, o mensalão se desenrola há mais de oito anos. Em junho de 2005, o então deputado federal Roberto Jefferson denunciou esquema de pagamento de “mesada” de R\$ 30 mil pela cúpula do PT para parlamentares que votavam a favor de projetos enviados ao Congresso Nacional pelo governo federal. Jefferson chamou o pagamento de mensalão.

O caso começou a ser investigado pela CPI dos Correios e o então ministro da Casa Civil, José Dirceu, foi acusado de comandar o esquema. Em julho do mesmo ano, o Congresso instalou a CPI do Mensalão, mas a comissão acabou em novembro, sem indiciar culpados ou aprovar relatório. Foram cassados os mandatos de alguns políticos envolvidos nas denúncias do mensalão entre o fim de 2005 e os primeiros meses de 2006.

Em abril de 2006, o então procurador geral da República, Antonio Fernando de Souza, apresentou denúncia do mensalão ao STF e pediu o indiciamento de 40 pessoas. No ano seguinte, em agosto, o STF aceitou a denúncia e abriu ação penal contra os 40 acusados de participação no esquema de compra de apoio político.

O ministro Joaquim Barbosa, atual presidente do STF, foi o relator do processo. Até junho de 2011, a corte passou pela fase de coleta de provas e, em agosto de 2012, os ministros começaram a julgar os réus.

Foram quatro meses e meio de debates em 53 sessões. No final, 25 réus foram condenados por formação de quadrilha, corrupção ativa e passiva, peculato, evasão de divisas, gestão fraudulenta e lavagem de dinheiro. Deles, 13 cumprem a pena em regime fechado. O valor final das multas aplicadas aos condenados chega a R\$ 23 milhões. (TB)

**CONTINUA**

JOVITA ROSA

**"Quando há vontade política de julgar, as coisas acontecem"**

Talana Bubniak

### ENTREVISTA

JOVITA ROSA, presidente do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE)

**O que o mensalão representou no combate à corrupção?**

O mensalão mostrou que, quando há vontade política de julgar e condenar, as coisas acontecem. É muito positivo para a sociedade quando ela vê um político sendo julgado e condenado, porque vê que a impunidade tem um limite. Mas nós também precisamos ver o Judiciário agindo de forma efetiva, com todos os processos dessa mesma natureza e que envolvem políticos, que ainda estão engavetados no STF [Supremo Tribunal Federal]. Há outros julgamentos para serem feitos. O STF mostrou força nesse julgamento, mas os tribunais precisam continuar com essa postura para que não caiam em descrença, assim como outros poderes já estão. Os réus do mensalão foram presos no meio de um feriado. Essa é uma prova de que, quando se quer que algo aconteça, de fato acontece. O Judiciário precisa continuar julgando, condenando e mandando para a cadeia os políticos corruptos.

**O que é preciso ser feito para acabar ou diminuir a corrupção cometida por políticos?**

A medida mais necessária e mais urgente e que é uma porta aberta para a corrupção é o financiamento de campanha. Enquanto as empresas puderem fazer doações para as campanhas há um caminho livre para a corrupção, porque as empresas não doam, elas fazem um investimento. O lucro desse investimento virá dos recursos públicos, então isso precisa ser regulado. Não há nenhuma dúvida com relação a isso. A primeira atitude seria uma reformulação no financiamento das campanhas. Outra medida essencial é incorporar transparência a todo o processo eleitoral. Toda a população tem que saber quanto o candidato gasta, quem são os cabos eleitorais, quanto eles recebem, ou seja, toda a prestação de contas. O ideal seria que essas transações fossem feitas em uma conta pública, em algum banco oficial. Além disso, é imprescindível que as pessoas se interessem pela vida política e se envolvam ativamente. Quando as pessoas dizem que odeiam política, outros maus elementos se apropriam desse espaço. As pessoas precisam saber que é necessário o envolvimento, a participação.

**Como dar efetividade a essas medidas que, em grande parte, dependem dos políticos que estão em cargos eletivos?**

Infelizmente a grande maioria dos integrantes do Congresso Nacional quer manter a mesma forma de fazer política, pois eles se beneficiam e acabam criando um jogo de benefícios próprios. Enquanto isso, a sociedade fica à míngua, esperando que eles ajam. O

que pode ser efetivo nesse sentido é a sociedade entender que ela faz parte desse sistema e que é preciso reagir. Existe um projeto de lei de iniciativa popular sobre a reforma política e medidas para eleições limpas. Mas o que é importante e pode acontecer agora é a tomada de consciência. O ano de 2014 é importante, em que vamos renovar os quadros políticos. Cada eleitor precisa pensar bem em quem votar, pesquisar a vida pregressa de cada candidato, pois, por mais que ele tenha passado pelo crivo da lei da Ficha Limpa, podem ter outros fatos no passado que o desabonem.

**"O STF mostrou força nesse julgamento, mas os tribunais precisam continuar com essa postura para que não caiam em descrença."**

31 DEZ 2013

# GAZETA DO POVO

SINTESES - VOTO OBRIGATORIO OU FACULTATIVO?

**Luiz Eva**

## ***Votar é exercer direito, não cumprir dever***

**D**e início, quais são, afinal, as reais opções em debate? Não que o voto facultativo precise de maior esclarecimento. Mas que "voto obrigatório" faria sentido hoje defender? Alguém pretende fazê-lo seriamente, ou trata-se apenas de advogar o modelo atual, um arremedo de voto facultativo disfarçado de obrigatório? Sabemos que essa obrigação é mais penosa que seu descumprimento, uma multa de R\$ 3,50 pagos sem fila logo depois da eleição.

Talvez se pense que obrigar as pessoas a ir às urnas é fazê-las pensar em política: é o chamado "argumento pedagógico". Mas ser obrigado a apertar um botão é mais pedagógico que sofrer as consequências da omissão política? Não me parece, ademais, uma boa pedagogia enganar o eleitor acerca do verdadeiro significado do seu gesto político mais elementar: exercer um direito (e não cumprir um dever). Minha aversão pelo voto "obrigatório", antes de mais, exprime minha recusa pessoal à naturalidade com que em nosso país admitimos esse tipo de farsa.

O voto facultativo não suprimirá nenhum direito, apenas acrescentará um novo: o de não votar caso não se queira (em vez ser obrigado a protestar na urna contra todos). E encerrará um longo processo de emancipação e restituição ampla dos direitos políticos. Nos idos dos anos 80, o senador Franco Montoro proclamou que o Brasil ainda não estava pronto para tal liberdade. Eu felizmente nunca pensei que o país devesse ser cerceado em nenhuma liberdade democrática, mas hoje, se há saldo a tirar das manifestações de junho, temos mais razão que nunca para pensar isso.

Há, porém, quem despreze essas razões. Os eleitos para mandatos públicos tendem ao conservadorismo, ao menos na medida em que

souberem usar o sistema existente. Outros pretendem chancelar a tutela dos direitos alheios em nome de suas conjecturas pessoais ou "científicas". De modo geral, penso que o principal problema é supor que se possa julgar essa questão sem ir além de um cálculo de consequências que tende a ser tão precário quanto casuísta.

Por exemplo, há quem diga que as eleições no Brasil são uma festa cívica, mas em países onde o voto é facultativo são um ritual burocrático. Visão muito superficial da vida política estrangeira. E, se festa for a eleição brasileira, por que não poderia o mesmo aparato publicitário atual ser usado para garantir e festejar o exercício dos direitos democráticos?

Outros calculam que o número de votantes será menor e, portanto, a democracia estará em risco. Concedendo que a hipótese seja correta, o valor maior do voto individual de quem votar seria um ganho desprezível? Bem como a clarificação do contrato que o voto passa a estabelecer entre eleitor e eleito? As hipóteses catastróficas andam sempre de mãos dadas com a restrição de direitos.

Ou especula-se que os pobres votarão menos e serão assim prejudicados, posto que não é racional beneficiar quem não elege. Mas nossa experiência parece mostrar o oposto: os pobres não são muitas vezes mantidos nessa condição pelos eleitos, justamente porque isso permite a reiteração do estado de coisas? Bem mais razoável parece-me supor que, ricos ou pobres, serão eleitores mais interessados os que pensarão nas urnas com o voto facultativo, razão essa que, sozinha, me parece justificar a experiência.

Luiz Eva, doutor em Filosofia pela USP e pós-doutor em Filosofia pela Johns Hopkins University e Universidade de Nantes, é professor associado do Departamento de Filosofia da UFPR.

**CONTINUA**

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

LUÍZ DOMINGOS COSTA

31 DEZ 2013

## A eficácia de votar

Segundo o filósofo da ciência Karl Popper, as Ciências Sociais têm como missão identificar as consequências não intencionais de ações humanas planejadas. Assim, muitas ações pensadas para a obtenção de certos objetivos caminham para resultados não esperados, que produzem estruturas e modos de ação que se perpetuam sistematicamente. Um exemplo é a própria democracia representativa: quando tentamos retirar o poder das mãos dos príncipes, produzimos os políticos profissionais, eles próprios árduos lutadores pela manutenção do poder.

Essa concepção serve perfeitamente para avaliar um dos bons argumentos a favor da extinção do voto obrigatório. Há argumentos ruins. Especialmente um, que domina a discussão no Brasil, consiste em desmerecer a qualidade dos eleitores “desinteressados”. O defeito seria obrigar pessoas sem vontade a tomar uma decisão eleitoral. Todavia, ignora-se que o interesse por política é ele próprio produto do tipo de contexto socioeconômico e político ao qual os indivíduos estão expostos.

Como qualquer preconceito, o argumento acima difunde o ódio contra os eleitores menos escolarizados, mas ignora evidências básicas. Não existe relação de causa e efeito entre o tipo do voto (se livre ou compulsório) e o nível de democracia e desenvolvimento de um país. Tanto que temos voto obrigatório em países apontados como desenvolvidos, tais como Austrália, Bélgica e partes da Suíça; e também temos voto facultativo em países subdesenvolvidos, como Zâmbia, Tailândia e Colômbia. Por outro lado, o bom argumento a favor do voto facultativo se refere simplesmente à liberdade de escolher participar da comunidade política durante as eleições. Numa sociedade democrática e livre, nada mais justo que o voto seja um ato de livre arbítrio, sem coerção estatal. Temos um objetivo pleno de conotações positivas: aumentar a liberdade e diminuir a interferência estatal na vida individual.

Entretanto, pesquisas da Ciência Política mostram que o comparecimento eleitoral ostensivo — cujo maior propulsor é a obrigatoriedade do voto — produz maior “sentimento de eficácia política” na população como um todo. Esse sentimento é definido como a sensação individual de interferir nos rumos da comunidade, difundindo entre os cidadãos a noção de responsabilidade sobre o destino de sua sociedade. Embora haja outras formas de participação política possíveis, quanto mais pessoas votam de modo regular, mais se obtém o sentimento de eficácia política, de que cada um pode contribuir para aprimorar as instituições que organizam e a sociedade em que vivem. Assim é que eleitores aprendem a premiar e a punir governos, porque entendem que sua decisão pode definir os passos seguintes de sua comunidade, na qual viverão seus descendentes.

Assim, chegamos a um resultado não intencional nocivo embutido no aumento da liberdade individual: quanto se libera a decisão ao eleitor de comparecer ou não, há a diminuição do contingente de votantes e, conseqüentemente, menor difusão do sentimento de eficácia política entre a população. Com isso, produziremos indivíduos cínicos para com a sua própria atividade política: “já que eu não votei, não me importa se as instituições funcionam e se o governo é bom”. De uma intenção libertadora, pode-se produzir resultados não previstos e perversos. A rotinização da abstenção eleitoral (a recusa de participar) pode sabotar o aprendizado que o ato de votar produz no longo prazo.

Luiz Domingos Costa, professor de Ciência Política do Centro Universitário Uninter, é pesquisador do Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira (Nusp) da UFPR.

31 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

# Justiça suspende licitação de ônibus interestaduais

Medida tem caráter liminar e atendeu pedido do sindicato do setor. Caso processo vá adiante, Paraná irá ganhar outras 23 linhas

Raphael Marchiori

A Justiça determinou a suspensão por tempo indeterminado da licitação que seria realizada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) para leiloar 2.010 linhas de ônibus interestaduais. A medida tem caráter liminar e atendeu a um pedido do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de São Paulo. A agência informou que atenderá a determinação judicial, mas que deverá recorrer.

A decisão foi tomada pelo desembargador federal Jirair Aram Meguerian, do Tribunal Regional da Primeira Região. Meguerian concordou com a argumentação do sindicato, que questiona os prazos previstos para contestação do edital (até dez dias antes da entrega das propostas, quando deveriam ser dois) e para que a agência dê resposta sobre os pedidos dois dias antes do leilão, diferentemente dos três previstos pela legislação atual.

O leilão estava previsto para ocorrer até junho de 2014, mas as próprias concessionárias já haviam demonstrado contrariedade com os termos do edital. De acordo com as empresas, o processo provocará perda de concorrência e qualidade, inclusive com a possibilidade de linhas passarem a operar sem ar-condicionado. Já o governo federal vê a medida como uma forma de aumentar competitividade, reduzir as tarifas e melhorar o serviço.

## Concorrência

O edital prevê a licitação de 54 lotes divididos em 16 grupos — o que deverá reduzir a quantidade atual de empresas operadoras de linhas interestaduais (198). Para a ANTT, porém, essa diminuição não provocará perda de concorrência. A agência afirma que 53% das linhas manterão o mesmo número de empresas em operação e 41% dos serviços terão aumento de concorrência. “O trecho Rio—São Paulo, por exemplo, passará a ser operado por cinco grupos ao invés de quatro”, diz Ana Patrícia, diretora da ANTT.

O principal ponto questionado pelo setor, porém, é a perda de qualidade no serviço. “O governo privilegiou o menor preço em detrimento da exigência técnica, como com os ônibus básicos sem ar-condicionado. Para oferecer o menor

preço, o proponente oferecerá a menor qualidade”, disse em nota Paulo Alencar Porto Lima, da Associação Brasileira das Empresas de Transporte Terrestre de Passageiros.

O governo federal trabalha com uma redução média de 7,5% nas tarifas mínimas. Para tanto, o padrão mínimo exigido pelo edital é de ônibus rodoviário tipo convencional com sanitário. Isso não impede, porém, que as empresas operem com modelos mais sofisticados.

**CONTINUA**

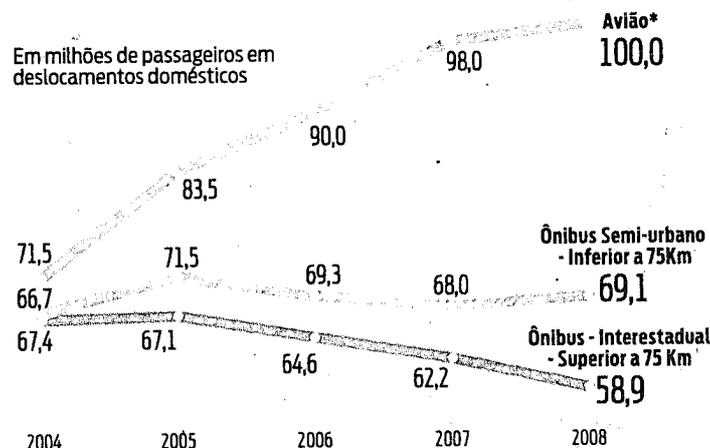
31 DEZ 2013

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

### PÉNA ESTRADA

A licitação é mais uma tentativa de tentar reerguer o transporte rodoviário no país, que perde passageiros para o transporte aéreo há pelo menos nove anos. Acompanhe:



\*Não foram considerados os últimos quatro anos da Infraero devido à falta de dados estatísticos mais recentes da ANTT.

Fonte: ANTT/Infraero. Infografia: Gazeta do Povo.

### NOVAS LINHAS

A licitação lançada pela ANTT deverá trazer 23 novas linhas ao Paraná, o que elevará a quantidade para 407. De acordo com a agência, nenhuma linha outorgada atualmente será perdida. Entre as novidades, há a ligação Curitiba-Salvador e a que vai ligar o Distrito Federal a Londrina. Além das linhas, a licitação oficializará 115 ligações intermediárias operando em municípios paranaenses. Caso seja concluído, o processo regularizará um setor que opera precariamente desde 2008.

### DEMISSÕES

A redução da frota dos atuais 12 mil veículos para 7.291 é outro ponto polêmico da licitação. Segundo Hugo de Faveri, diretor comercial da viação Itapemirim, a medida provocará desempregos. "O edital é tão ruim que consegue desagradar a todos. O mercado trabalha com uma proporção de cinco a seis funcionários por ônibus. Essa redução da frota colocará na rua de 20 a 25 mil trabalhadores." O governo alega que os trabalhadores serão realocados e que o edital foi elaborado com base no próprio mercado.

31 DEZ 2013

# GAZETA DO POVO

**Notas  
Políticas**

**Número**

**7.354  
PROCESSOS**

foram concluídos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em 2013. O volume supera a quantidade de demandas recebidas no período – 7.270 ações –, o que garantiu a redução do estoque processual e o cumprimento da Meta 1 do Judiciário.

## COLUNA DO LEITOR

### **Ezequias Moreira 1**

É uma enorme contradição o governador insistir em nomear Ezequias Moreira para cargos importantes no governo do estado, agora para o Conselho de Administração da Sanepar. Durante 11 anos ele recebeu indevidamente salários em nome da sua sogra, funcionária fantasma. Não tem moral nem para compor conselho de condomínio de prédio. O governador não tem, entre centenas de comissionados que nomeou, alguém com qualificações para indicar ao referido cargo?

**Claudio Todeschini**

### **Ezequias Moreira 2**

A nomeação de Ezequias para conselheiro da Sanepar é estarrecedora! Ele ludibriou o Poder Legislativo, conseguiu nomear sua sogra, mantendo-a como funcionária fantasma durante anos. Isso é um tapa na cara dos eleitores. Nota zero em ética!

**Antônio Carlos P. Braga**

### **SEM UTI**

#### **Mortes levam MP a pedir indiciamento de hospital por homicídio no Oeste**

O Ministério Público em Toledo, no Oeste do Paraná, requisitou à Polícia Civil que instaura inquérito para investigar crime de homicídio contra o Hospital Bom Jesus por causa de duas mortes no domingo. Alencar Rodrigues Chaves, 65 anos, e Oldina Hugen Picker, 76 anos, morreram de parada cardiorrespiratória na fila da UTI. Os pacientes estavam inscritos na Central de Regulação de Leitos porque o hospital alegava falta de vaga na UTI. Ontem, o MP constatou que no domingo havia três vagas. A decisão de não usar os leitos teria sido da administração do hospital. O MP suspeita que a suposta sonegação de leitos foi motivada por pendências entre o hospital e o governo do Estado. O MP também abrirá um procedimento de investigação contra o hospital, que, em nota, informou ter mantido o atendimento dos leitos de UTI conforme a demanda.

02 JAN 2014

» LEVANTAMENTO

GAZETA DO POVO

# Justiça julga só 54% da meta estipulada para ações de corrupção

**Justiça julga só 54% da meta**

**para corrupção**

Apesar das prisões do mensalão, o Judiciário teve um desempenho mais fraco em 2013 no julgamento de casos de improbidade e de crimes contra a administração

SÃO PAULO

Agência Estado

O Judiciário brasileiro ficou longe de cumprir a Meta 18, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), relativa ao julgamento de ações sobre crimes contra a administração pública e de casos de improbidade administrativa. Na média geral, concluiu apenas 53,97% dos processos.

O alvo era o julgamento, até o fim de 2013, de um acervo de 114.336 processos dessa natureza distribuídos ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), à Justiça Federal e aos Tribunais de Justiça dos estados até 31 de dezembro de 2011. Os dados oficiais, reunidos pelo CNJ — órgão de controle e fiscalização do Judiciário —,

mostram que foram julgados 61.698 casos. O estoque em aberto é de 52.618 ações.

A Meta 18 foi estabelecida pelo CNJ em novembro de 2012. O controle sobre o alcance desse objetivo é realizado pelo Grupo de Monitoramento do órgão, que, em 2013, incluiu visitas aos tribunais para verificação do cumprimento das medidas.

O quadro do CNJ mostra que, apesar de o ano passado ter sido marcado pela emblemática prisão de condenados no julgamento do mensalão, a Justiça teve em 2013 um desempenho mais fraco no julgamento dos crimes contra a administração pública e de improbidade. O Supremo Tribunal Federal, onde tramitou o processo do mensalão, não está submetido ao controle do CNJ e por isso seu desempenho não foi avaliado na Meta 18.

## Ritmo

Em 2012, os tribunais comunicaram ao CNJ o julgamento de 35.997 ações. Já em 2013, o ritmo da toga ficou no patamar dos 25.701 julgamentos em todo o país. As ações são de natureza distinta e visam sanções que podem ter caráter criminal (prisão), e civil (suspensão dos direitos políticos e ressarcimento do erário). Entre os crimes contra a administração estão corrupção, peculato e desvios.

O CNJ identifica pelo menos duas causas da produção em falta. Uma delas é que tribunais mantêm estruturas precárias de acompanhamento desse tipo de demanda e envio dos dados ao conselho. Outra causa são juízes que se veem pressionados pela necessidade de produzir metas em geral e acabam deixando em segundo plano as ações mais complexas, como as de improbidade.

## Nos estados

São Paulo, que tem o maior tribunal estadual do país — 2,4 mil magistrados — e também o maior volume de serviço em curso (20 milhões de ações) ficou muito aquém do pacto do CNJ. De um volume de 12.228 ações de improbidade e criminais, a Justiça paulista julgou 6.613 causas (54,1%).

O Judiciário do Piauí concluiu 8,33% das demandas. De 852 processos, foram julgados 71 — proporcionalmente é o pior desempenho entre as unidades federativas. Os tribunais estaduais historicamente são os que possuem a maior carga de processos. Além do TJ do Piauí, outro caso crítico é do Tribunal de Justiça da Bahia, com 10,9% de conclusão — de um passivo com 4.237 processos, 3.776 ficaram em aberto.

**CONTINUA**

02 JAN 2014

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

Por outro lado, o Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3), que abarca São Paulo e Mato Grosso do Sul, atingiu 86,9% da meta. Também os tribunais regionais federais da 4.ª e da 5.ª região e os tribunais do Acre, Distrito Federal, Amapá, Sergipe e Rio de Janeiro cumpriram mais de 70% da meta.

114,3  
MIL

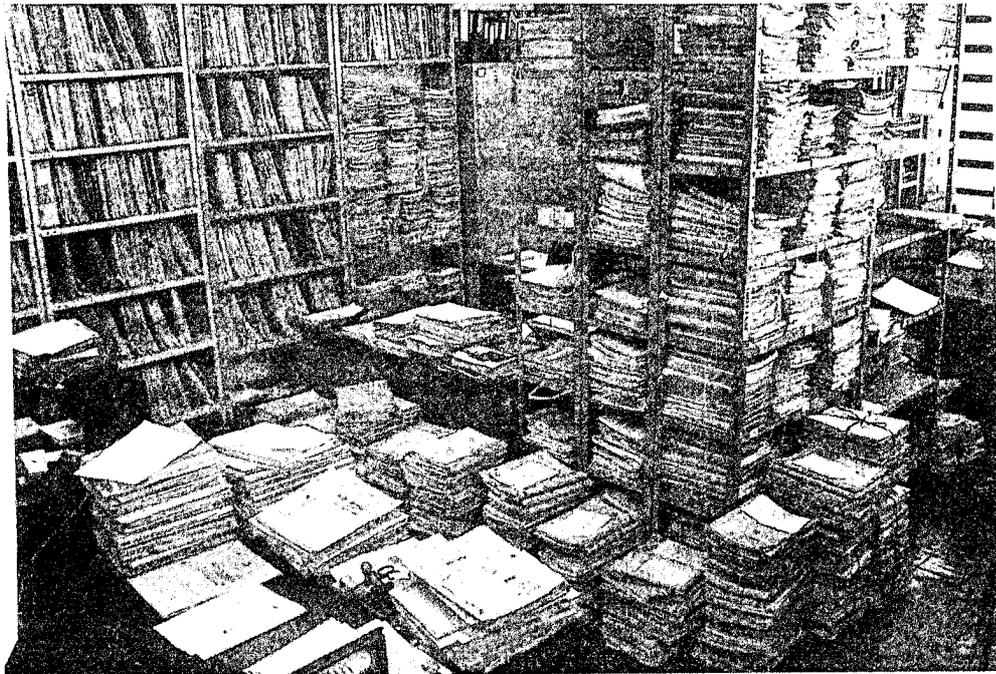
é o acervo de processos envolvendo a meta do CNJ.

61,7 MIL

ações foram julgadas pelos tribunais no país.

52,6  
MIL

é o total de processos que ainda precisam ser julgados.



Pilha de processos: para o CNJ, ações de improbidade administrativa acabam sendo deixadas em segundo plano pelos juízes por serem mais complexas do que as outras.

# GAZETA DO POVO

## Notas Políticas

02 JAN 2014

### Na mira do STF 1

Uma liminar que contestava a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) para regularizar os supersalários de servidores do Senado foi negada pelo ministro José Antonio Dias Toffoli na última terça-feira. O Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo (Sindilegis) havia ingressado com um mandado de segurança em outubro para suspender decisão que obrigava 464 servidores do Senado a devolverem aos cofres públicos o dinheiro.

### Na mira do STF 2

O argumento dos servidores era que os pagamentos superiores ao teto se referiam a horas extras e gratificações e não deveriam ser contados como salário regular. No entendimento de Toffoli, não haverá perdas salariais sem o pagamento desses bônus, apenas supressão dos valores que excedem o subsídio máximo em vigor. O teto corresponde ao salário dos ministros do STF, que atualmente é R\$ 28.059,28.

### Impedimento

Três entidades nacionais de juízes – Associação dos Magistrados do Brasil (AMB), Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra) e Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe) – recorreram ao STF contra uma determinação da OAB para que escritórios em que magistrados aposentados ou exonerados atuem fiquem impedidos por três anos de exercerem a advocacia nas cortes em que os ex-juízes trabalhavam. As entidades alegam que a determinação ofende a garantia da liberdade de exercício profissional.

### Entrevista

**“Tenho admiração por ele [Joaquim Barbosa]. Acho que seria mais positiva uma candidatura não diretamente para a Presidência. Ao Senado, ou talvez até à vice-presidência.”**



Fernando Henrique Cardoso, ex-presidente da República, comentando a possibilidade de o presidente do STF, Joaquim Barbosa, se candidatar à Presidência.

## Verissimo

### Injustiça

O pessoal está sendo

injusto com o Renan Calheiros.

Todo esse falatório sobre a sua ida

num jato da FAB para fazer um implante de cabelos em Recife, e desperdício de dinheiro público e blabláblá, e ninguém se lembrou de fazer a pergunta que realmente interessa: o implante foi bem sucedido? Li que o resultado só começará a aparecer com o tempo. Quer dizer, vamos pelo menos esperar para ver como fica o homem, antes de falar em desperdício.

### Partido errado

Na última quinta-feira, eu escrevi aqui que deveríamos aguardar o comportamento do STF em relação ao mensalão mineiro e ao cartel paulista, e que só daria para acreditar 100% na Justiça brasileira quando, numa pelada entre presos no pátio da Papuda, os times do PT e do PMDB jogassem cada um com 11. Eu queria dizer PSDB, não PMDB. Não tenho nem a desculpa de o “m” e o “s” estarem lado a lado no teclado, e eu ter errado a pontaria por milímetros. Foi patético mesmo. Desculpe.

02 JAN 2014

# GAZETA DO POVO

## Supremo terá pauta com temas polêmicos em 2014

A pauta do Supremo Tribunal Federal (STF) de 2014 prevê julgamentos de temas polêmicos já no início do ano, desde a análise dos embargos infringentes do processo do mensalão até questões pendentes como a decisão sobre doações de empresas privadas a campanhas políticas.

Os ministros terão a primeira sessão do ano no dia 3 de fevereiro, ocasião em que o ministro Teori Zavascki poderá liberar o voto-vista no julgamento sobre a proibição de doações de empresas privadas para as campanhas políticas, de acordo com informações da Agência Brasil. Em dezembro do ano passado, o julgamento foi suspenso pelo pedido de vista de Teori, com o placar em quatro votos a favor do fim das doações de empresas.

A corte deverá decidir ainda neste ano se os bancos irão indenizar poupadores que tiveram os rendimentos da caderneta de poupança prejudicados com os planos econômicos da década de 1990. Os votos do julgamento, que começou em novembro, devem ser proferidos em fevereiro.

A investigação sobre desvios de dinheiro público durante a campanha de reeleição para o governo de Minas Gerais do hoje deputado federal Eduardo Azeredo (PSDB-MG) também será tema de discussão no Supremo. Os ministros decidirão se condenam os envolvidos no caso, conhecido como mensalão mineiro.

### Biografias

Entre os temas polêmicos pendentes de julgamento em 2014 figura ainda a proibição da publicação de biografias não autorizadas. A ministra Carmen Lúcia é a relatora da ação em que a Associação Nacional dos Editores de Livros (Anel) questiona a constitucionalidade dos artigos 20 e 21 do Código Civil e pede que a corte declare que não é necessária a autorização do biografado para a publicação dos livros.

03 JAN 2014

## GAZETA DO POVO

» JUDICIÁRIO

# CNJ mais que dobra o número de juízes sob investigação

Conselho Nacional de Justiça instaurou 24 processos disciplinares contra magistrados em 2013. No ano anterior, haviam sido 11 casos

SÃO PAULO  
Agência Estado

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) instaurou mais que o dobro de processos administrativos disciplinares contra magistrados em 2013 do que no ano anterior. Os dados foram divulgados ontem pelo CNJ e mostram que, no ano passado, foram abertos ao todo 24 processos contra juízes e desembargadores. Em 2012, 11 investigações haviam sido instauradas pelo CNJ.

Segundo o balanço das atividades do conselho, dos 24 processos autuados e distribuídos em 2013, dez resultaram no afastamento cautelar de 13 magistrados investigados. As penas aplicadas a magistrados nesses processos podem ir de advertências até a aposentadoria compulsória

(na qual o magistrado continua recebendo os vencimentos proporcionais ao tempo em que atuou no Judiciário).

Além dos processos distribuídos e autuados no ano passado também foram aplicadas 19 punições. Doze delas foram aposentadorias compulsórias, quatro censuras, uma advertência, uma remoção compulsória e uma disponibilidade (afastamento temporário).

### Pena máxima

Dentre os processos disciplinares julgados pelo CNJ em 2013, quatro deles envolveram a aplicação da pena máxima de aposentadoria compulsória. Foram os casos do desembargador Bernardino Lima Luz, do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJ-TO); dos desembargadores Osvaldo Soares Cruz e Rafael Godeiro Sobrinho, ex-presidentes do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (TJ-RN); e do desembargador Edgard Antônio Lippmann Júnior, do Tribunal Regional Federal da 4.<sup>a</sup> Região (TRF4) — responsável, dentre outros estados, pelas causas federais de segunda instância do Paraná.

Lippmann foi julgado em setembro pelo CNJ. Ele era acusado de ter recebido cópias de documentos sigilosos de inquérito do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e tê-las repassado a advogados. Na ocasião, o magistrado deveria ter encaminhado o caso aos órgãos competentes para apurar o vazamento dos documentos. O desembargador já havia sido penalizado pelo CNJ com aposentadoria compulsória em outro processo.

### Balanço

Desde sua criação, em 2005, o CNJ aplicou 67 penalidades que atingiram 64 magistrados brasileiros (sendo dois deles em mais de um processo). Ao todo, o órgão de fiscalização do Judiciário aplicou 44 aposentadorias compulsórias, 11 censuras, seis disponibilidades (afastamentos temporários), quatro remoções compulsórias e duas advertências.

**CONTINUA**

03 JAN 2014

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

## CLAYTON CAMARGO

**Ex-presidente do TJ paranaense é um dos investigados**

*Da Redação*

Dos 24 procedimentos administrativos disciplinares abertos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no ano passado contra magistrados, um envolveu o Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR). Em outubro, o CNJ instaurou investigação contra o ex-presidente do TJ-PR Clayton Camargo. O conselho ainda determinou o afastamento cautelar de Camargo da função de de-

sembargador até que o processo seja julgado em definitivo. Na sessão em que o procedimento disciplinar foi aberto, o corregedor do CNJ, Francisco Falcão, disse haver "fortes indícios" de irregularidades na conduta de Camargo.

O desembargador paranaense é investigado por uma suposta variação patrimonial incompatível com seus rendimentos e por suspeita de envolvimento em casos de venda de sentença e de tráfico de influência para eleger seu filho, o ex-deputado estadual Fabio Camargo, para o Tribunal de Contas do Paraná.



**Clayton Camargo: afastado de suas funções de desembargador até que o CNJ conclua a investigação.**

# 03 JAN 2014

## GAZETA DO POVO

### JUSTIÇA

#### **Padrasto e mãe do menino Joaquim são denunciados à Justiça**

O promotor Marcus Tulio Alves Nicolino entregou ontem à Justiça a denúncia contra o padrasto e a mãe do menino Joaquim Ponte Marques, de 3 anos, de Ribeirão Preto (313 km de São Paulo), morto em novembro do ano passado. O técnico em informática Guilherme Raymo Longo, 28 anos, foi denunciado por homicídio triplamente qualificado. Para a polícia e a promotora, Longo matou a criança dentro da casa da família, com uma superdosagem de insulina.

Depois, segundo a denúncia, jogou o corpo no córrego Tanquinho, localizado a cerca de 200 metros de distância. Já a psicóloga Natália Mingoni Ponte, 29, foi denunciada por omissão.

#### **Advogado pede liminar e rebaixamento da Lusa vai à Justiça comum**

O rebaixamento da Portuguesa no Brasileiro vai mesmo parar na Justiça comum. O advogado Delmiro Goveia entrou ontem com uma ação no Juizado Especial Cível de Mogi das Cruzes pedindo a devolução dos quatro pontos retirados pelo STJD pela escalção irregular do meia Héverton na última rodada do Nacional do ano passado, diante do Grêmio (0 a 0). "Os auditores não foram legalistas. Eles aplicaram o Código Brasileiro de Justiça Desportiva, mas deveriam aplicar o Estatuto do Torcedor, que está acima da lei esportiva", disse Goveia, que pediu uma liminar para tentar suspender a pena.

### MARANHÃO

#### **Outro preso é morto em presídio onde 59 foram assassinados só em 2013**

Mais um preso foi morto no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em São Luís (MA), o mesmo onde no ano passado 59 detentos foram assassinados, três deles decapitados na rebelião de dezembro. Josivaldo Pinheiro Lindoso, de 35 anos, estava em Pedrinhas havia dois dias e foi estrangulado na madrugada de ontem.

Com capacidade para 1.700 homens, mas abrigando 2.500, Pedrinha registra estupros de mulheres de presos dentro da penitenciária, segundo relatório do Conselho Nacional de Justiça, após visita ao local no dia 20.

O juiz Douglas Martins, do CNJ, concluiu em relatório que o governo do Maranhão tem sido "incapaz" de coibir a violência. Além disso, critica a mistura de presos da capital e do interior, o que motiva guerra entre facções. O juiz também apontou que o ambiente do presídio é favorável à prática de estupros já que os encontros íntimos são feitos em ambientes coletivos.

### RHODRIGO DEDA

#### **Tendências**

#### **Sobre aviões e cabelos 1**

Pego viajando com avião oficial para fazer implante de cabelos, o presidente do Senado, Renan Calheiros, decidiu devolver o dinheiro da viagem aérea. Calheiros usou um bem público (o avião da FAB) para um fim de interesse pessoal. Em direito administrativo, isso se chama de desvio de finalidade. A devolução da verba usada ilegalmente não isenta Calheiros de eventual punição administrativa ou criminal.

#### **Sobre aviões e cabelos 2**

Uma investigação do Ministério Público Federal é necessária para apurar se a conduta de Calheiros não caracterizou um ilícito administrativo ou criminal. Se o MPF se omitir em investigar, estará contribuindo para perpetuar a impunidade. Se a única consequência do ato for ter de devolver o dinheiro gasto ilegalmente, não haverá razão para que autoridades deixem de usar bens públicos para fins pessoais.

04 JAN 2014

# GAZETA DO POVO

## Judiciário: um ano de crise e mudanças

Tribunal de Justiça do Paraná teve desembargadores investigados, renúncia e escolha de novo presidente

*José Marcos Lopes*

2013 foi um ano movimento para a Justiça paranaense. Foram denúncias, renúncia do presidente do Tribunal de Justiça (TJ), eleição, obras sob suspeita e cobranças de produtividade. A expectativa para 2014 é que o TJ melhore seu desempenho, que vem sendo acompanhado de perto pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e possa dar uma resposta à sociedade após um período conturbado, que abalou a credibilidade do Judiciário.

O grande assunto do ano no TJ foi a renúncia do presidente da corte, desembargador Clayton Coutinho de Camargo. Ele tomou posse no dia 1.º de fevereiro, mas logo se viu envolvido em dois casos polêmicos. Em 26 de abril, o corregedor nacional de Justiça, ministro Francisco Falcão, confirmou que dois desembargadores do estado estavam sendo investigados por tráfico de influência e envolvimento em um caso de venda de sentença. Camargo era um deles.

O que levou Camargo à renúncia, no entanto, foi a investigação de um suposto caso de tráfico de influência. O filho do desembargador, deputado estadual

Fabio Camargo (PTB), concorria ao cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado. O governo do Paraná tinha interesse em ver aprovado um projeto que repassava 30% dos depósitos judiciais de natureza não tributária (que não envolvem disputas relacionadas a impostos) ao caixa estadual.

Fabio Camargo foi eleito ao TC no dia 15 de julho, na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep). No dia 22, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ) aprovou o envio para a Assembleia de um projeto de lei que autorizava o repasse de 30% dos depósitos judiciais para o governo do Paraná. No dia 25, enquanto o CNJ proibia a transferência, a Assembleia aprovava o projeto de lei. A suspeita é que o governador Beto Richa, interessado nos recursos do TJ para aliviar o caixa do estado, teria influenciado sua base na Alep para votar em Fabio Camargo. Richa nega que isso tenha ocorrido. O inquérito sobre o caso tramita no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e surgiu de uma denúncia da Procuradoria-Geral da República.

Pressionado, Clayton Camargo pediu a aposentadoria no dia 23 de setembro, mas o corregedor do CNJ suspendeu o processo assim que o pedido foi aprovado pelo Órgão Especial do TJ. No dia seguinte, Camargo renunciou à presidência do Tribunal. Seis candidatos

disputaram uma nova eleição, no dia 3 de outubro. O vencedor foi o desembargador Guilherme Luiz Gomes, que será presidente até janeiro de 2015.

Entre os principais desafios do TJ para 2014 estão garantir um melhor atendimento na primeira instância, como pediu o CNJ – melhorar os serviços foi uma promessa de Luiz Gomes ao assumir a presidência. Outro desafio será retomar as obras da construção do Fórum Cível, no bairro do Ahú, que foram suspensas por determinação do CNJ.

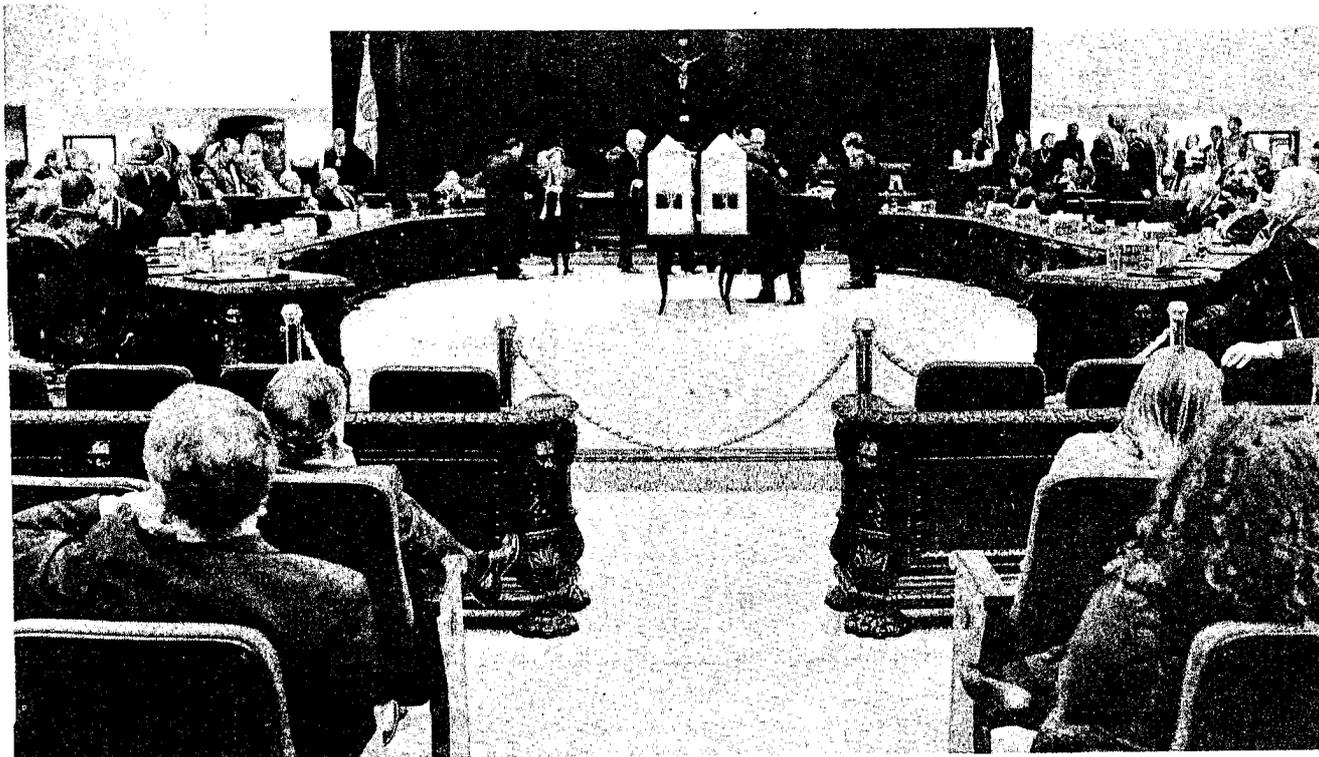
**CONTINUA**

04 JAN 2014

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

» BALANÇO



Eleição para a escolha do novo presidente do Tribunal de Justiça, em 3 de outubro: Investigação, crise e renúncia.

CONTINUA

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

04 JAN 2014

## RETROSPECTIVA 2013

### 19 DE FEVEREIRO

O desembargador Clayton Coutinho de Camargo toma posse como presidente do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), no lugar de Miguel Kfourri Neto, para o biênio 2013-2014.

### 14 DE FEVEREIRO

Matéria da **Gazeta do Povo** mostra que, menos de dois meses depois de aumentar de R\$ 400 para R\$ 550 o valor do auxílio-alimentação pago aos servidores, o TJ-PR reajustou novamente o benefício, desta vez para R\$ 710.

### 19 DE FEVEREIRO

A Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) aprova, em segunda discussão, o projeto de lei do TJ-PR que prevê a criação de 115 cargos de assessor comissionado de desembargador. O custo anual é de R\$ 10,9 milhões em 2013.

### 19 DE MARÇO

Os deputados estaduais aprovam a proposta de emenda à Constituição (PEC) que altera a forma de eleição para o comando do TJ-PR. Qualquer um dos 120 desembargadores pode concorrer à presidência do TJ.

### 25 DE MARÇO

A Alep aprova o projeto de lei que cria 25 cargos de desembargador no TJ-PR e 175 vagas comissionadas. A medida custará R\$ 25,4 milhões aos cofres públicos em 2013.

### 8 DE ABRIL

O TJ-PR encaminha à Assembleia Legislativa projeto de lei que cria o Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados (Funseg). A medida busca reforçar a segurança dos membros do Judiciário.

### 23 DE ABRIL



O CNJ inicia uma correção no TJ-PR. O objetivo é verificar se as irregularidades apontadas nas inspeções feitas em 2009 e 2011 foram corrigidas.

### 25 DE ABRIL

Matéria da **Gazeta do Povo** mostra que o CNJ investiga denúncia de tráfico de influência e venda de sentenças envolvendo dois desembargadores do TJ-PR. Segundo a denúncia, o presidente do TJ-PR, Clayton Camargo, e o desembargador Rafael Augusto Cassetari (aposentado no início do ano) estariam envolvidos no caso.

### 14 DE MAIO

A Alep aprova em primeira discussão o projeto de lei do TJ-PR que cria 477 cargos efetivos no tribunal.

### 21 DE MAIO

A Alep aprova o projeto que cria o Sistema de Gestão Integrada dos Recursos Financeiros (Sigerfi), que centraliza em uma conta bancária única os recursos do Executivo. O governo teria carta branca para remanejar recursos de diferentes pastas e poderia gerenciar o dinheiro de outros poderes, como o Legislativo e o Judiciário.

### 4 DE JUNHO

O TJ-PR solicita à Alep a devolução do projeto de lei que reajusta as custas dos cartórios do estado. A proposta previa um aumento linear de 18,44%.

### 5 DE JUNHO

A Alep aprova o projeto do TJ-PR que aumenta o vencimento básico de várias de carreiras de nível superior. Em 2015, a medida custará R\$ 8,9 milhões por ano.

### 11 DE JUNHO

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) inicia uma nova fiscalização no TJ-PR. O alvo são indícios de irregularidades nas Varas de Falência do estado.

### 22 DE JUNHO

A **Gazeta do Povo** mostra que o TJ-PR paga a parte de seus servidores vencimentos muito superiores aos praticados no mercado e em outras esferas do poder público.

### 15 DE JULHO

O deputado Fabio Camargo (PTB) é eleito pela Alep para o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Paraná (TC). Ele teve 27 votos contra 22 do também parlamentar Plauto Miró (DEM). Camargo é filho do presidente do TJ-PR.

CONTINUA

04 JAN 2014

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

22 DE JULHO



O ex-deputado estadual Fabio Camargo toma posse como conselheiro do Tribunal de Contas do Paraná. Na foto, ele comemora com Clayton Camargo, seu pai.

25 DE JULHO

O CNJ concede liminar que proíbe a transferência de qualquer valor relativo a depósitos judiciais ao governo.

1º DE AGOSTO

O Ministério Público Estadual (MP) determina o arquivamento da investigação contra o presidente do TJ-PR, desembargador Clayton Camargo.

6 DE AGOSTO

O pleno do CNJ mantém a decisão que proíbe a transferência de valores relativos a depósitos judiciais ao governo do Paraná.

4 DE SETEMBRO

O presidente do TJ-PR, Clayton Camargo, desiste da ação que provocava censura prévia à **Gazeta do Povo** desde 27 de agosto. A decisão liminar proibiu que o jornal publicasse notícias sobre a investigação de venda de sentenças no Judiciário paranaense.

7 DE SETEMBRO

A **Gazeta do Povo** informa que o TJ-PR lançou edital para reforma e modernização do Palácio da Justiça pelo valor máximo de R\$ 79,6 milhões.

9 DE SETEMBRO

O presidente do TJ-PR, Clayton Camargo, passa mal durante sessão do Órgão Especial e é internado no Hospital Nossa Senhora das Graças, localizado em Curitiba.

10 DE SETEMBRO

O CNJ acata parcialmente pedido do governo do Paraná para ter acesso a 70% dos depósitos judiciais de natureza tributária, cujo valor é estimado em aproximadamente R\$ 500 milhões.

Beto Richa. Quase no mesmo momento, a Alep aprova o projeto de lei que prevê o repasse.

19 DE SETEMBRO

O presidente interino do TJ-PR, desembargador Paulo Roberto Vasconcelos, revoga o edital de licitação para reformar e modernizar a sede do Judiciário do estado.

23 DE SETEMBRO

Depois de reassumir a presidência do TJ no dia 20 de setembro, Clayton Camargo solicita a aposentadoria como desembargador. O corregedor do CNJ, Francisco Falcão, suspende o processo.

24 DE SETEMBRO



Clayton Camargo renuncia à presidência do TJ-PR. A informação oficial foi que ele deixou o cargo por motivos de saúde. Paulo Vasconcelos assume a presidência interinamente. Uma eleição é marcada para o dia 3 de outubro.

28 DE SETEMBRO

Matéria da **Gazeta do Povo** mostra que Clayton Camargo ignorou pareceres do Departamento de Engenharia e Arquitetura do tribunal durante a formatação da licitação da reforma do Palácio da Justiça.

CONTINUA

04 JAN 2014

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

**3 DE OUTUBRO**



O desembargador Guilherme Luiz Gomes é eleito presidente do TJ-PR após vencer Sérgio Arenhart no segundo turno da disputa. O mandato-tampão termina em janeiro de 2015. Ele toma posse no mesmo dia.

**8 DE OUTUBRO**

O CNJ afasta Clayton Camargo das funções de desembargador e abre procedimento administrativo disciplinar. O Conselho viu indícios de que Camargo teve uma evolução patrimonial incompatível com as funções de magistrado.

**8 DE OUTUBRO**

O CNJ anula a licitação para a construção do novo Fórum Cível do TJ-PR, no terreno da antiga Penitenciária do Ahú, em Curitiba. Há suspeita de favorecimento à construtora que havia vencido a concorrência.

**22 DE OUTUBRO**

Por unanimidade, o CNJ impede de forma definitiva repasse de 30% dos depósitos judiciais não tributários do TJ-PR para o governo do Paraná.

**28 DE OUTUBRO**

O Órgão Especial do TJ-PR autoriza o governo do Paraná a usar 70% dos depósitos judiciais de natureza tributária – estimados em R\$ 500 milhões.

**1º DE NOVEMBRO**

Balanço da **Gazeta do Povo** mostra que o TJ-PR declarou a vacância de 33 cartórios no estado desde 22 de outubro, quando o CNJ determinou que fosse retomado o concurso para a escolha de titulares.

**26 DE NOVEMBRO**

A Alep aprova dois projetos do TJ-PR: o que cria o Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados e o que prevê que a arrecadação com custas judiciais passe para o Fundo da Justiça (Funjus).

**27 DE NOVEMBRO**

Fabio Camargo é afastado do cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Paraná por liminar da desembargadora Regina Afonso Portes, do TJ-PR.

**2 DE DEZEMBRO**

O governador Beto Richa encaminha projeto à Alep para ter acesso a 70% dos depósitos judiciais de natureza tributária.

**10 DE DEZEMBRO**

A Justiça anula a eleição de Fabio Camargo para o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Paraná.

**16 DE DEZEMBRO**

A Alep aprova o projeto que reajusta a taxa do Fundo de Reequipamento do Judiciário cobrada nos cartórios.

**17 DE DEZEMBRO**

A Alep aprova o aumento nas custas dos cartórios do estado. O reajuste de 11,45% começou a valer no dia 1º de janeiro deste ano.

# GAZETA DO POVO

ENEIDA DESIREE SALGADO

EMERSON GABARDO

## Polícia para quem precisa de polícia

O futebol não é sempre uma caixinha de surpresas. Se a magia desse esporte é contar com o inesperado, há algumas coisas que infelizmente não podem ser consideradas surpreendentes. Esse é o caso das confusões entre as torcidas. E não se trata de uma peculiaridade brasileira, pois existem brigas em quase todos os lugares. Os confrontos são mais previsíveis quando dois times rivais se enfrentam ou quando está envolvido o rebaixamento de um clube ou a eliminação de uma competição. Nestes casos, é absolutamente indispensável a presença da força pública. E, em nosso país, quem é responsável pela segurança pública é a Polícia Militar — ainda que por vezes a solução seja também, paradoxalmente, um problema.

A PM tem se mostrado indispensável para a realização de partidas de futebol. Pode ser uma marca de incivilidade, mas sem a PM o confronto entre são-paulinos e corintianos em outubro poderia ter terminado em uma grande tragédia. Sem os policiais militares, os corintianos teriam invadido o Pacaembu quando da eliminação de sua equipe pelo River Plate na Libertadores de 2006. Isso não significa afirmar que a PM seja impecável em seu trabalho. Por vezes, os policiais agem com truculência e não parecem preparados para lidar com os torcedores. Mas, sem dúvida, são mais aptos para isso do que seguranças particulares.

No triste episódio que encerrou o Campeonato Brasileiro, a ausência de policiamento foi um fator decisivo para a dimensão do conflito. As torcidas, rivais desde sempre, estavam separadas por poucos homens e algumas cordas. Ainda que a distância entre elas fosse razoável, não havia contingente capaz de impedir a aproximação.

Não havia policiais militares em campo porque, segundo o comandante, o Ministério Público havia entendido que não deve haver segurança pública em partidas de futebol porque são eventos

04 JAN 2014

privados. Em resumo, o MP deu a ordem e a administração pública obedeceu. O que não faz sentido do ponto de vista jurídico (pois não existe tal hierarquia entre polícia e MP), mas faz todo o sentido do ponto de vista pragmático. Cada vez mais quem tem assumido as tarefas de decisão administrativa é o MP, com a vantagem de que, quando erra, jamais é responsabilizado — no máximo, diz que foi “mal interpretado”.

Com medo das ações do MP, principalmente a plenipotenciária e ubíqua ação de improbidade, o administrador fica refém da leitura que o MP tem da Constituição. Ameaçados pelas penalidades típicas da ação de improbidade, os agentes públicos acabam pecando por não agir. E não é de se estranhar se forem processados pelo próprio Ministério Público em decorrência desta “omissão”.

Não se nega que o assunto é polêmico, mas já existe precedente no Supremo Tribunal Federal aceitando a presença da PM em eventos particulares. Ademais, o próprio conceito do que é evento público e do que é evento privado está sendo reconstruído na atualidade. A partir do momento em que os eventos esportivos ditam a pauta do país, criam recessos, alteram o calendário letivo, implicam mudanças de infraestrutura e recebem elevado investimento público, é de se repensar o seu caráter “privado”. Por outro lado, não parece adequado supor que qualquer evento (esportivo ou não) que implique a mobilização de multidões possa ser considerado fora do conceito de segurança pública. Não é.

Eneida Desiree Salgado é professora de Direito Constitucional da UFPR e da UniBrasil; Emerson Gabardo é professor de Direito Administrativo da UFPR e da PUCPR.

04 JAN 2014

# GAZETA DO POVO

## JUDICIÁRIO

### Mais de 1 milhão de processos tramitam no sistema eletrônico

O sistema de processo judicial eletrônico, o PJe, desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), agregou mais de 1 milhão de ações até o fim de 2013, segundo balanço divulgado ontem pelo órgão. O objetivo da ferramenta é unificar os sistemas da Justiça e dar mais rapidez ao trâmite de processos e permitir consulta dos dados em um só lugar. A grande maioria dos processos que estão no sistema são da Justiça do Trabalho. Mais de 900 mil processos foram distribuídos pelo sistema eletrônico. Na Justiça estadual, foram mais de 120 mil ações. Pelo sistema, as etapas de um processo podem ser feitas pelo sistema, e o acompanhamento das ações também acontece eletronicamente, com informações da Justiça Federal, da Justiça dos estados, da Justiça Militar dos estados e da Justiça do Trabalho.

## 7 TRIBUNAIS

já começaram a trabalhar com o PJe nos estados. São eles: Pernambuco, Rio Grande do Norte, Minas Gerais, Paraíba, Mato Grosso, Maranhão e Roraima.

## Notas Políticas

### Discussão na padaria 1

Uma discussão entre um desembargador e um empresário, gravada em vídeo, está dando o que falar nas redes sociais. No episódio, o desembargador Dilermando Motta, do Rio Grande do Norte, discutiu com o empresário Alexandre Azevedo, em uma padaria de Natal, no último domingo. Segundo Azevedo, o desembargador gritou com o garçom e ele decidiu intervir. Motta e Azevedo parecem bem exaltados no vídeo.

### Discussão na padaria 2

Após o ocorrido, o empresário disse que vai entrar com uma representação contra o magistrado no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) por abuso de autoridade. Já o desembargador disse que não houve abuso de autoridade e negou ter humilhado o garçom.

### Tribunais

Três entidades nacionais de representação de juízes – Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, Associação dos Magistrados Brasileiros e Associação dos Juizes Federais do Brasil – recorreram ao Supremo Tribunal Federal (STF) para que a presidente da República escolha e nomeie membros dos tribunais de segunda instância da União e dos tribunais superiores, no prazo máximo de 20 dias. As entidades pedem que se aplique o artigo 94 da Constituição.

05 JAN 2014

# GAZETA DO POVO

JUSTIÇA

*Jonathan Campos / Gazeta do*



## **Família Camargo vai ter ano decisivo**

! O destino jurídico da família Camargo pode ser decidido em 2014. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) deve julgar neste ano a suspeita de tráfico de influência na eleição de **Fabio Camargo (foto)** para o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Paraná. O Tribunal de Justiça (TJ) também deve avaliar uma liminar que o afastou do cargo. Já o pai de Fabio, o desembargador afastado do TJ Clayton Camargo, é alvo de três investigações na corregedoria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e outros dois inquéritos que tramitam em sigilo no STJ. Ele é suspeito de tráfico de influência na eleição do filho, de ilegalidades na evolução patrimonial, de envolvimento em casos de venda de sentenças, de lavagem de dinheiro, corrupção passiva e crimes tributários. (KB)

Em alta



Em baixa



### Investigação de juízes

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) mais que dobrou o número de juízes sob investigação. Em 2013, o Conselho instaurou 24 processos disciplinares contra magistrados. No ano anterior, haviam sido 11 casos.

### Renan Calheiros

Apesar de ter pago R\$ 27,4 mil por ter viajado um avião da Aeronáutica para um implante capilar, o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), continua sujeito a uma eventual punição administrativa ou criminal.

### Valério em Minas

O procurador-geral de República em exercício, Eugênio Aragão, enviou ao Supremo Tribunal Federal (STF) parecer informando ser favorável ao pedido de transferência do publicitário Marcos Valério para o presídio de Contagem (MG). A mudança ainda depende de uma decisão do presidente do STF, ministro Joaquim Barbosa. Valério, condenado no processo do mensalão, está preso na Penitenciária da Papuda, em Brasília.

## Reinaldo Bessa

### Jogada nada fácil 1

A área que abriga o estádio Durival de Britto, do Paraná Clube, também conhecido como Vila Capanema, está sendo negociada com a prefeitura de Curitiba. A iniciativa partiu do poder público municipal, que pretende implantar no local seu novo centro administrativo. Em troca, o clube receberá, sem custos, um novo estádio ou a conclusão da Vila Olímpica, no Boqueirão. A negociação já obteve autorização dos conselhos diretor e fiscal do clube.

### Jogada nada fácil 2

A negociação começou a partir da decisão da Justiça Federal do Paraná, que em meados do ano passado determinou a devolução da área, pertencente à extinta Rede Ferroviária Federal, à União. Esta a ofereceu ao município. A diretoria do tricolor está recorrendo dessa decisão no TFR de Porto Alegre. Hoje, a prefeitura de Curitiba mantém pelo menos dez imóveis alugados na cidade para abrigar repartições como secretarias e administrações regionais.

## Coluna do leitor

### Transparência

Sobre a coluna de Rhodrigo Deda "Piracicaba deixa Curitiba para trás" (**Gazeta**, 3/1), os recursos destinados a institutos, organizações sociais e outras entidades têm origem nos impostos pagos por todos os cidadãos. Por que, então, não é feita a divulgação de quanto é destinado e como são gastos esses recursos e quais segmentos da sociedade são beneficiados? O que se pretende fazer em Piracicaba deveria servir de exemplo para todas as cidades e, principalmente, Curitiba.

João Candido de Oliveira Neto

05 JAN 2014

# GAZETA DO POVO

## Decisão do Supremo pode mudar o rumo da campanha

O Supremo Tribunal Federal (STF) promete ser novamente foco das atenções durante boa parte do ano. Diversos temas polêmicos estão na pauta do Supremo. Um deles é a ação proposta pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) que pede a proibição das doações eleitorais feitas por empresas. A votação foi iniciada em 2013 e interrompida por um pedido de vista do ministro Teori Zavascki. O placar do julgamento está 4 a 0 contra o financiamento empresarial de campanhas. A tendência é que os ministros barrem esse tipo de financiamento, o que deve mudar radicalmente a campanha de 2014.

Os defensores do fim do financiamento empresarial alegam que se trata de uma interferência do poder econômico sobre o político, já que a maior parte das verbas vem de poucas empresas que têm interesses em contratos com o poder público.

Os políticos se dividem quanto ao tema e estão preocupados com o baque que essa proibição deve causar nas doações de campanha. Em 2012, por exemplo, 97% dos custos eleitorais foram bancados por empresas. Ao mesmo tempo, se o financiamento empresarial for barrado, é possível que os candidatos recorram a novas formas de caixa dois. No Congresso, já há articulações para que seja apresentada uma proposta de emenda à Constituição para driblar a decisão do STF.

### Mensalões

Na pauta do Supremo para 2014, está a análise dos últimos recursos do processo do mensalão. O julgamento pode definir o regime de prisão de três réus (semiaberto ou fechado) — entre eles, o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu e o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares.

Também está programado o julgamento dos envolvidos no mensalão mineiro — que apura desvios de dinheiro durante a campanha de reeleição do então governador de Minas Gerais e hoje deputado federal Eduardo Azeredo (PSDB), em 1998. Ambos os casos devem respingar nas campanhas eleitorais nacionais, já que envolvem partidos que se opõem: PT e PSDB. (KB)

06 JAN 2014

## GAZETA DO POVO

» TRANSPARÊNCIA PELA METADE

# Formato dos dados nos sites do poder público do PR dificulta a fiscalização

Grande parte das informações disponíveis não está em formato aberto, o que cria obstáculos para quem quer analisá-las mais profundamente

Taiana Bubniak

! A Lei de Acesso à Informação (n.º 12.527/11) passou a valer em maio de 2012. Mas, até agora, órgãos públicos estaduais do Paraná, a prefeitura de Curitiba e a Câmara de Vereadores da capital não cumprem a legislação na íntegra. O formato dos dados que é colocado à disposição da população dificulta a análise e o cruzamento de informações — o que cria obstáculos à fiscalização do poder público pela sociedade.

A legislação estabelece que as entidades governamentais devem “possibilitar a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto,

de modo a facilitar a análise das informações”. De acordo com mapeamento feito pela Gazeta do Povo em sites de sete instituições públicas (veja mais no infográfico), apenas três fornecem alternativas para o internauta obter informações em formato aberto, que facilita a análise dos dados.

### Mais que tecnologia

A discussão parece somente tecnológica. Mas a forma de disponibilização dos dados — como despesas, receitas, quadro de pessoal e salários — influencia a visão que o cidadão tem do órgão e pode ser fator decisivo para a fiscalização.

“Só publicar uma informação não é o suficiente para classificar como dado aberto. O órgão tem de garantir que aquilo seja útil ao cidadão”, diz o webativista Pedro Markun, da ONG Transparência Hacker. “Um exemplo icônico é o PDF [Portable Document Format]. É um formato válido em alguns casos, mas é muito complexo extrair dados dali. Às vezes, toda a informação tem de ser digitada novamente para poder ser analisada.”

Maiores possibilidades de formatos podem indicar mais transparência. “O ideal é permitir que os dados sejam acessados em vários formatos, sem vincular a transparência a um produto específico. Quanto mais formas de disponibilização, mais entidades e cidadãos interessados terão acesso e poderão analisar as informações sobre a gestão”, diz Sérgio Amadeu, cientista político da Cásper Líbero.

### Dados estaduais

O levantamento da Gazeta do Povo levou em conta os portais da transparência e banco de dados disponibilizados na internet pelo governo do estado, Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas do Paraná (TC), Tribunal de Justiça (TJ), Ministério Público Estadual (MP), Câmara de Vereadores e prefeitura de Curitiba. Entre os formatos encontrados, prevalece o PDF.

**CONTINUA**

**Instituições prometem se adaptar para ofertar informações abertas**

### CONTINUAÇÃO

O segundo tipo de acesso que mais aparece são sistemas on-line — nos quais, para encontrar uma informação, é preciso passar por uma série de cliques. “Há funcionalidade se o cidadão quer ver quanto o governo do estado gastou em um dia. Mas se quiser comparar com o mesmo dia no mês anterior ou há um ano, esse tipo de acesso é difícil”, exemplifica Markun.

A prefeitura de Curitiba, a Câmara Municipal e o TC, em alguns quesitos, deixam que o internauta baixe a informação no tipo de arquivo que escolher. No site da prefeitura, há dados sobre receitas, despesas e transferências de recursos que podem ser acessadas como documento de texto ou tabela. No Legislativo municipal, salários de funcionários estão disponíveis em PDF, ODS (documento de texto para software livre) ou CSV (tipo de arquivo de planilha em software livre).

O TC proporciona as informações referentes a contratos, receitas e despesas em formato de documento de texto, planilha de dados, PDF ou XML. Esse último formato permite cruzamento e codificação de dados, além de poder ser facilmente manejado. No entanto, as informações do TC referentes aos 399 municípios paranaenses não estão em formato aberto.

As entidades públicas avalladas pela **Gazeta do Povo** informam que a escolha pelo formato de dados disponível nos seus sites diz respeito às possibilidades técnicas. Em geral, o poder público paranaense diz ter se inspirado em órgãos semelhantes de outros estados para montar a sua plataforma de divulgação de dados. O governo estadual afirma que o Portal da Transparência está em fase de transição para dados em formato aberto. “Durante o ano de 2014, vamos adaptar o formato dos dados e reorganizar os portais de todas as secretarias”, afirma Gerson Ferrelra Filho, coordenador de acesso à informação da Controladoria do Estado. O Ministério Público informou, por meio de nota, que a escolha pelo tipo de divulgação no portal da transparência foi feita com base em pesquisa nos sites de outros MPs. A Assembleia Legislativa diz levar em conta a segurança. “O PDF é um formato que pode ser acessado em qualquer computador ou celular e não há risco de alteração”, diz Paulo Sérgio Herval, desenvolvedor do Portal da Transparência do Legislativo.

De forma geral, todos os órgãos garantem que pretendem transformar seus bancos de dados em formato aberto e que, se for feito um pedido de informação em algum formato específico, será atendido. O Tribunal de Contas (TC), por exemplo, já oferta até cinco tipos de arquivos para alguns dados. O diretor de tecnologia de informação do TC, Rubens Sciena, diz que, para informações que ainda não estão em dado aberto, é preciso fazer um pedido específico. Para ele,

isso poderá melhorar a acessibilidade às informações. “Os funcionários tentam imaginar como a sociedade precisa desses dados, mas isso nem sempre é suficiente.” (TB)

### **Liberar dados pode ser uma estratégia para melhorar a gestão**

A imensa quantidade de dados públicos, se bem utilizada, é essencial para avaliar políticas públicas e, como consequência, para melhorar a gestão. “Na medida em que os governos propiciam dados brutos e não colocam barreiras à informação, haverá mais gente avaliando e indicando o que está dando certo e o que está dando errado”, diz o webativista Pedro Markun, da ONG Transparência Hacker.

Apesar disso, especialistas indicam que há dificuldades técnicas para proporcionar todas as informações em dado aberto. Dentro dos órgãos públicos, a coleta de informações é produzida em tipos diferentes de formato em cada setor. “Bancos de dados de uma secretaria ou outra não conversam entre si, por exemplo. Mas é tarefa do gestor público fazer um esforço e fazer a migração entre sistemas para que a transparência seja efetiva”, diz o cientista político Sergio Amadeu, da Casper Líbero.

Para Amadeu, disponibilizar material em formato aberto é criar “memória” para a gestão. “A forma como os dados forem armazenados vai dizer muito sobre como se geriu aquele órgão, o que deu certo, o que deu errado e serve como balizador para novos gestores.” (TB)

**CONTINUA**

# 06 JAN 2014

## GAZETA DO POVO

### SEMIFECHADO

### CONTINUAÇÃO

Nenhum órgão público do Paraná avaliado pela **Gazeta do Povo** cumpre integralmente a Lei de Acesso à Informação, que diz que dados sobre os órgãos públicos devem se disponibilizados em formato aberto ou seja, que possa ser manejado e cruzado com outras informações. Veja o resultado do levantamento

### INFORMAÇÕES ABERTAS

O dado aberto permite opção para visualização e download das informações em diversos formatos, inclusive os manuseáveis. Com ele, qualquer cidadão pode usar os dados – que são públicos – para fazer seus próprios cálculos, gerar gráficos ou criar aplicativos usando as informações.

✓ Disponível em formato aberto    ✗ NÃO disponível em formato aberto

	Receitas	Despesas	Orçamento*	Contratos	Funcionários**	Salário	Licitação
Prefeitura de Curitiba	✓	✓	✓	✗	✗	✗	✗
Câmara de Curitiba	✗	✗	✗	✓	✗	✗	✗
Tribunal de Contas	✓	✓	✓	✓	✗	✗	✗
Ministério Público	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗
Tribunal de Justiça	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗
Assembleia Legislativa	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗
Governo estadual	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗

\*Orçamento ou execução orçamentária. \*\*Informações sobre funcionários, lista de servidores e comissionados.

Fonte: Redação.

Infografia: Gazeta do Povo.

#### O problema do formato PDF

Trata-se de um formato de documento que privilegia a aparência e não a flexibilidade dos dados.

Embora tenha a vantagem de poder ser visualizado em qualquer computador ou celular sem diferença na formatação, os dados dos arquivos em PDF não podem ser extraídos de maneira simples e automática.

#### FORMATOS DISPONÍVEIS

##### Abertos

Apenas estes três órgãos disponibilizam dados abertos.

Texto Planilha XML

Texto Planilha

Texto Planilha

##### Não abertos

PDF Os órgãos que não divulgam os dados em formato aberto deixam as informações disponíveis em PDF ou em sistemas on-line, quando o interessado precisa dar vários cliques ou rolar por várias páginas para acessar uma informação.

Além disso, alguns órgão travam seus arquivos com senha, como a Assembleia Legislativa. Assim, não é possível copiar um simples número do documento.

### CONTINUA

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

NAPRÁTICA

06 JAN 2014

Veja algumas iniciativas brasileiras que foram propiciadas pelos dados abertos:

## **Meu Congresso Nacional**

A ideia do site ([www.meucongressonacional.com](http://www.meucongressonacional.com)) surgiu em junho, na mesma época que as manifestações de rua que pediam mais transparência na gestão pública. Lançado em outubro, o site compila os gastos dos deputados federais. Já teve, desde então, 15 mil acessos a gráficos e páginas que mostram como os parlamentares gastam a verba pública a que têm direito. No site, também é possível encontrar dados sobre empresas que prestam serviço ao Legislativo e os gastos da cota parlamentar por partido e bancada. Segundo Kellyton Brito, um dos desenvolvedores do site, a maior dificuldade é que os dados, embora abertos, não são atualizados em tempo real.

## **Monitora, Brasil**

**Aplicativo (foto)** para tablets e smartphones que já foi baixado 5 mil vezes desde o lançamento, em junho. No sistema, é possível ver os gastos da cota parlamentar de cada deputado e como ele votou nos projetos de lei. Também possibilita que se veja o que os parlamentares postam nas redes sociais. O aplicativo oferece ainda um ranking de assiduidade, projetos propostos e gastos.

## **Deliberatório**

O Deliberatório é um jogo de cartas on-line ([www.deliberatorio.com.br](http://www.deliberatorio.com.br)) que mostra a dinâmica da Câmara dos Deputados. O objetivo do jogo, voltado para crianças e adolescentes, é que os participantes entrem em contato com os processos da Câmara de forma lúdica. O script do Deliberatório é atualizado semanalmente a partir das pautas em discussão na Câmara.

## **O QUE É DADO ABERTO?**

É aquele que pode ser livremente usado e redistribuído por qualquer pessoa. Tem de estar em formato compreensível pelo computador. Do contrário, ele não pode ser reaproveitado. Se algum dispositivo não permitir sua replicação, ele não é útil.

06 JAN 2014

JUSTIÇA

# GAZETA DO POVO

## Agência irá auxiliar juízes na gestão de bens apreendidos

Seguindo o modelo da França, o Conselho da Justiça Federal (CJF), órgão do Poder Judiciário, vai criar uma agência para auxiliar os juízes federais na destinação e gestão dos bens apreendidos durante o curso dos processos. O objetivo é se adequar à nova lei de lavagem de dinheiro, que prevê a alienação antecipada de bens apreendidos em razão de sua origem criminoso. Com a entrada em vigor da legislação, o juiz não mais precisa aguardar o fim do processo (trânsito em julgado) para vender os bens. O valor apurado ficará depositado em conta judicial remunerada. Havendo condenação do réu, o depósito é convertido em renda para a União ou estado. Se ele for absolvido, o acusado terá preservado o valor apreendido.

Com a nova agência, espera-se rapidez na repatriação de ativos bloqueados no exterior. Em 2009, por exemplo, a Suíça bloqueou US\$ 13 milhões depositados pelo ex-juiz federal João Carlos da Rocha Mattos, preso na Operação Anaconda, em 2003. Esses valores poderão retornar para o ex-juiz em 2015, se até lá o ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal, não decidir uma questão pendente desde 2008. Segundo a Procuradoria, não há notícia de que o caso será levado a julgamento. Marco Aurélio diz que recebe 100 processos por semana e tem 180 processos liberados, na fila, aguardando julgamento. "Não dá para liberar processos em tempo recorde. Porque há as preferências legais, regimentais, e os processos de pedidos de cautelar", afirma.

US\$ 2,5  
BILHÕES

é a estimativa de recursos públicos desviados que estejam bloqueados no exterior a pedido do Ministério Público Federal.

## Notas Políticas

### Biometria, só nas urnas

O ano de 2013 terminou e a promessa de instalação de um sistema biométrico para registro de frequência na Câmara dos Deputados está sem previsão de ser cumprida. O compromisso foi assumido pelo presidente da Casa, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), em março do ano passado, diante do impacto negativo gerado à época com o aumento da verba de gabinete e da criação de novas estruturas para os deputados. Os pontos biométricos seriam utilizados para controle de frequência de servidores e prometiam reduzir em R\$ 24 milhões os custos da Casa. Por meio da assessoria de imprensa, a Câmara alegou problemas técnicos como justificativa para a não instalação do sistema e prometeu que a situação será resolvida ainda no primeiro semestre de 2014.

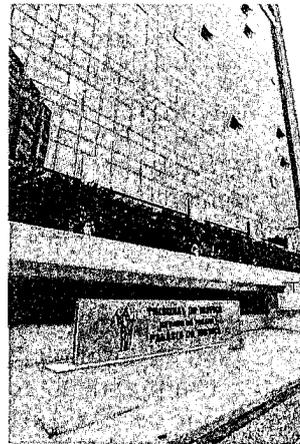
07 JAN 2014

# GAZETA DO POVO

## Notas Políticas

### De volta ao trabalho

**A** pós uma redução de funcionamento no fim de ano, o atendimento será normalizado a partir de hoje no **Tribunal de Justiça do Paraná (foto)** e fóruns das comarcas, na Câmara Municipal de Curitiba e na Assembleia Legislativa. O Tribunal Regional Federal (TRF-4) e o Ministério Público também voltam a funcionar com todo o quadro nesta terça. Já os serviços da prefeitura de Curitiba, como Armazéns da Família, Ruas da Cidadania, Urbs e demais repartições públicas, funcionam normalmente desde a semana passada. Órgãos ligados ao governo do estado, Hemepar, Procon, Copel, Sanepar e Ceasas também estão abertos no horário habitual, sem nenhum tipo de prejuízo ao atendimento.



# 07 JAN 2014

## GAZETA DO POVO

OLHO VIVO

**Celso  
Nascimento**

### **Agruras do pedágio 1**

O Rio Grande do Sul acabou com o pedágio em alguns trechos de estradas concedidas à iniciativa privada. Em outros, o próprio estado, por meio da nova estatal Empresa Gaúcha de Rodovias (EGR), criada pelo governador Tarso Genro, assumiu no lugar das concessionárias e baixou as tarifas em 25%. A medida foi aplaudida por alguns setores do Paraná, que acham que o governador Beto Richa poderia seguir o exemplo. Mas há controvérsias.

### **Agruras do pedágio 2**

Oficialmente, a mudança do modelo ocorreu no fim de ano, mas a EGR já vinha fazendo a transição há meses e assumindo responsabilidades que antes eram das concessionárias. E, então, começaram a aparecer os primeiros sinais de diferença entre administração privada e estatal. A tal ponto que, nas rodovias sob o comando da EGR, foram suspensos até os serviços de socorro a vítimas de acidentes. Alegação: precisa fazer complicada licitação para comprar ambulâncias novas para substituir as da concessionária. Passados já meses, as ambulâncias ainda não foram compradas...

### **Agruras do pedágio 3**

Resultado: o Ministério Público Estadual entrou com medida judicial e obrigou a EGR a suspender a cobrança de pedágio numa das rodovias. E só poderá retomar a cobrança depois de cumprir essa e outras exigências típicas do sistema de concessões. Entre elas, a de também prestar socorro mecânico aos veículos avariados. Além dos prazos legais da licitação, há um período para que a empresa vencedora faça a entrega da encomenda. O Samu se dispôs a socorrer vítimas, mas só no caso em que se encontrem presas às ferragens.

07 JAN 2014

# GAZETA DO POVO

# Supremo determina a prisão do deputado João Paulo Cunha

Presidente do STF rejeitou os recursos da defesa do petista, que irá cumprir pena de seis anos e quatro meses em regime semiaberto

■ O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, encerrou o processo pelos crimes de corrupção e peculato (desvio de dinheiro público) do deputado federal João Paulo Cunha (PT-SP), que pode ser preso a qualquer momento. No entanto, de acordo com a assessoria de imprensa do petista, ele deve se entregar na Superintendência da Polícia Federal em Brasília às 12 horas de hoje.

Pelos dois crimes, Cunha, ex-presidente da Câmara dos Deputados (2003 a 2005), irá cumprir uma pena de seis anos e quatro meses de prisão. Como ela ficou abaixo de oito anos, será cumprida no regime semiaberto.

Em sua decisão, Barbosa destacou que os recursos apresentados por Cunha contra os crimes de peculato e corrupção — conhecidos como embargos infringentes — eram “manifestamente incabíveis e protelatórios”. Por isso, encerrou o processo e determinou o início do cumprimento da pena.

Para que a prisão seja efetuada, Barbosa ainda terá que expedir o mandado de prisão contra o deputado. Até ontem à noite, não havia informações se isso já tinha sido feito. Oficialmente, a Polícia Federal disse que ainda não havia recebido o documento para realizar a detenção. Dos 25 condenados no processo do mensalão, ele poderá ser o 22.º a começar a cumprir pena.

## Julgamento

Barbosa destacou que Cunha não obteve o mínimo de quatro votos durante o julgamento no STF por sua absolvição nos dois crimes — elemento necessário para a apresentação dos embargos infringentes. Além de corrupção e peculato, Cunha também foi condenado por lavagem de dinheiro. Nesse crime, contudo, ele obteve os quatro votos, e sua condenação está suspensa nesse caso até o julgamento de seu recurso.

## Mandato

Dos quatro deputados condenados pelo Supremo no processo do mensalão, Cunha é o único no cargo. Valdemar Costa Neto (PR-SP), José Genoíno (PT-SP) e Pedro Henry (PP-MT) renunciaram ao mandato no ano passado.

Em discursos em dezembro de 2013, João Paulo disse que não iria renunciar. Ele afirmou ainda que não cometeu nenhuma irregularidade quando foi presidente da Câmara e que a condenação foi “injusta”. O deputado disse ainda que o país vive “tempos sombrios”.

## CURSO POR CORRESPONDÊNCIA

Enquanto aguarda decisão sobre seu pedido para trabalhar na biblioteca de um escritório de advocacia, o ex-ministro José Dirceu — condenado a sete anos e 11 meses de prisão por corrupção ativa no processo do mensalão — arrumou uma ocupação no Complexo Penitenciário da Papuda. Desde a semana passada, ele estuda Direito Constitucional por correspondência e trabalha no setor de manutenção do estabelecimento penal de Brasília. Dirceu é advogado e cumpre pena em regime semiaberto, o que lhe confere o direito ao trabalho externo.

07 JAN 2014

# GAZETA DO POVO

## **Genoino tem dez dias para pagar multa**

A Vara de Execuções Penais do Distrito Federal determinou ontem que o ex-deputado José Genoino (PT-SP) tem dez dias para pagar a multa de R\$ 468 mil que recebeu como parte da condenação no processo do mensalão. Se descumprir o prazo, o débito será inscrito no cadastro da dívida ativa da União, de acordo com a decisão. O documento com a intimação não está assinado por nenhum dos três juízes da vara.

Esta é a primeira decisão da Justiça sobre o pagamento de multa dos condenados no processo do mensalão. Os demais também terão que pagar multas que variam de R\$ 28,6 mil a R\$ 2,7 milhões, mas a vara ainda não decidiu sobre esses outros casos.

### **Prisão**

Condenado a 6 anos e 11 meses de prisão, Genoino está desde o dia 21 de novembro em prisão domiciliar. Segundo sua defesa, ele está na casa de um familiar, em Brasília. No fim de dezembro, seu advogado, Luiz Fernando Pacheco, apresentou o pedido para que ele cumprisse a pena integral em sua residência em São Paulo. No entanto, o presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, determinou que ele seja mantido em prisão domiciliar até 19 de fevereiro. O ministro rejeitou ainda mudança de cidade.

08 JAN 2014

GAZETA DO POVO

# Justiça do PR julga só 26% da meta dos casos de corrupção

Balanço do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) revela que o desempenho do Judiciário paranaense é o quarto pior do país em processos de corrupção e improbidade administrativa. O Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná cumpriu menos de um terço da meta fixada para 2013. Os primeiros dados enviados pelo TJ informavam que 99% da meta havia sido cumprida, mas o balanço foi refeito e revelou que apenas 26% do previsto foi julgado. Entre todas as esferas judiciais do país, a estadual foi a que menos cumpriu os objetivos fixados pelo CNJ. Juntas, todas as cortes dos estados julgaram 47% da meta.

08 JAN 2014

GAZETA DO POVO  
» JUDICIÁRIO

# Desempenho da Justiça do PR é o 4.º pior do país nos casos de corrupção

Balanço do CNJ revela que TJ-PR julgou no ano passado apenas 26% da meta de processos de improbidade e crimes contra a administração pública

Katna Baran

A Justiça paranaense teve o quarto pior desempenho do país no julgamento de casos de corrupção e improbidade administrativa. O Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) cumpriu apenas 26% da meta fixada para 2013 pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O objetivo estabelecido pelo CNJ era julgar, até dezembro do ano passado, todos os processos de improbidade administrativa e de crimes contra a administração pública que tramitavam nos tribunais brasileiros até dezembro de 2011.

Em agosto, o TJ-PR havia informado ao CNJ que já tinha cumprido 99% da meta. O tribunal paranaense não soube informar ontem porque houve mudança nos dados. O balanço de cumpri-

mento das metas é feito pelo CNJ com informações enviadas pelos próprios órgãos da Justiça.

O desempenho geral do Paraná ficou acima apenas do percentual dos TJs do Amazonas (25,4% de processos julgados), Bahia (10,9%) e Piauí (8,3%).

No total, o TJ-PR tinha pouco mais de 1,5 mil processos de corrupção e improbidade cadastrados até 2011. Deixou de julgar mais de 1,1 mil. Considerando só as ações civis de improbidade administrativa, o tribunal paranaense ficou com o terceiro pior desempenho do Brasil — julgou 285 processos, o que corresponde a 24% dos casos.

Em relação apenas aos crimes contra a administração pública, como peculato (apropriação de bens públicos) e desvio de recursos, os magistrados paranaenses tiveram uma atuação um pouco melhor. Ainda assim bem abaixo da média nacional: eles julgaram 113 processos — quase 29% do total.

## Comparação

Entre todas as entrâncias judiciais do Brasil, a Justiça estadual foi a que menos cumpriu as metas fixadas pelo CNJ. Juntas, todas as cortes estaduais julgaram 47% da meta (40% das ações de improbidade e 52% dos processos criminais).

Na somatória de todo o Judiciário brasileiro, o resultado final foi de 54% de conclusão dos processos. Em nenhuma das entrâncias da Justiça houve o total cumprimento das metas estipuladas pelo CNJ.

A Justiça Militar, entre todas as analisadas, foi a que teve o melhor desempenho: julgou 94% dos casos de corrupção. Os tribunais militares estão presentes nos estados com mais de vinte mil militares estaduais: São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

Já os tribunais regionais federais finalizaram, em média, 70% dos casos. A maior parte dos julgamentos foi de corrupção (77% de conclusão contra 56% dos casos de improbidade). O Tribunal Regional Federal da 4.ª Região (TRF4) — que engloba os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul — teve o segundo melhor resultado em comparação com as outras cortes do país (leia mais na reportagem ao lado).

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) cumpriu quase 65% da meta do CNJ — os ministros julgaram mais de 70% das ações de improbidade administrativa e 58% dos crimes contra a administração pública.

CONTINUA

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

## BALANÇO

# 08 JAN 2014

Justiça brasileira cumpriu pouco mais de metade da meta de julgamento de casos de corrupção.

	JULGADOS	PENDENTES	CUMPRIMENTO (%)	
<b>SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ)</b>	1.294	704	64,76	

### Tribunais Federais

<b>TRF3</b> (SP/MS)	4.828	730	86,87	
<b>TRF4</b> (PR/SC/RS)	5.811	1.646	77,93	
<b>TRF5</b> (AL/CE/PB/PE/RN/SE)	3.549	1.162	75,33	
<b>TRF2</b> (RJ/ES)	2.493	1.239	66,80	
<b>TRF1</b> (AC/AM/AP/BA/DF/GO/MA/MG/MT/PA/PI/RO/RR/TO)	4.802	4.435	51,99	

### Tribunais de Justiça dos estados

Amapá	735	48	93,87	
Acre	285	92	75,60	
Sergipe	483	169	74,08	
Rio de Janeiro	4.295	1.567	73,27	
Distrito Federal	533	206	72,12	
Rondônia	400	174	69,69	
Mato Grosso do Sul	936	414	69,33	
Alagoas	349	197	63,92	
Roraima	240	176	57,69	
Santa Catarina	2.751	2.024	57,61	
Maranhão	1.382	1.021	57,51	
Rio Grande do Sul	346	265	56,63	
São Paulo	6.613	5.615	54,08	
Rio Grande do Norte	800	720	52,63	
Espírito Santo	936	870	51,83	
Mato Grosso	1.561	1.537	50,39	
Tocantins	636	738	46,29	
Paraíba	418	502	45,43	
Pernambuco	1.503	1.886	44,35	
Goiás	1.472	1.873	44,01	
Ceará	1.376	1.936	41,55	
Minas Gerais	8.334	12.370	40,25	
Pará	748	1.629	31,47	
Paraná	398	1.150	25,71	
Amazonas	271	796	25,40	
Bahia	461	3.776	10,88	
Piauí	71	781	8,33	

### Justiça Militar

Rio Grande do Sul	240	16	93,75	
São Paulo	309	6	98,10	
Minas Gerais	151	21	87,79	
<b>TOTAL</b>	<b>61.810</b>	<b>52.491</b>	<b>54,08</b>	

\*O levantamento leva em consideração julgamento de ações de improbidade administrativa e de crimes contra a administração pública.

Fonte: CNJ/jan-2014. Infografia: Gazeta do Povo.

CONTINUA

08 JAN 2014  
GAZETA DO POVO  
CONTINUAÇÃO

54%

dos processos englobados na meta do CNJ foram julgados pela Justiça brasileira como um todo no ano passado. A meta era de 100%.

47%

foi o porcentual da meta atingido pelo conjunto da Justiça estadual brasileira. O índice é quase o dobro do desempenho do TJ-PR.



Sede do TJ-PR: em agosto, tribunal informou ter cumprido 99% da meta; agora, não esclareceu por que os números caíram.

CONTINUA

08 JAN 2014

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

## “Complexidade” dos processos prejudica o resultado, diz TJ

O Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) alega que o baixo desempenho na meta estipulada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para combater a corrupção se deve à “alta complexidade” de processos dessa natureza.

“Dependemos de perícias, audiências de instrução, convocação de pessoas que, algumas vezes, estão fora da jurisdição – e de muitos outros fatores”, justifica o corregedor-geral do tribunal paranaense, desembargador Lauro Fabrício de Melo. Ele afirma que o TJ-PR tem tentado melhorar as condições de trabalho dos magistrados de primeiro e segundo graus para dinamizar o trâmite dos processos.

### Confusão de dados

Em agosto do ano passado, quando o TJ-PR era presidido pelo desembargador Clayton Camargo, o CNJ chegou a divulgar que o Paraná havia julgado 99% dos processos de improbidade administrativa e de crimes contra a administração pública estabelecidos na meta.

Nem o CNJ nem o tribunal souberam explicar como o índice “baixou” em quatro meses. Em setembro de 2013, Camargo deixou a presidência do órgão e, no mês seguinte, foi afastado da função de desembargador pelo CNJ.

### Varredura

Além de fazer uma “varredura” no balanço do cumprimento da meta, a assessoria do CNJ informou que o órgão vai questionar o TJ-PR sobre os dados apresentados naquele mês, já que não “condizem com o resultado final da meta”. O desembargador Lauro Fabrício disse que não tinha conhecimento do levantamento de agosto e, por isso, não poderia explicar a mudança do percentual até o final do ano. (KB)

**“Dependemos de perícias, audiências de instrução, convocação de pessoas que, algumas vezes, estão fora da jurisdição – e de muitos outros fatores.”**

Lauro Fabrício de Melo, desembargador e corregedor-geral do TJ-PR.

Antônio Morel/Gazeta do Povo



CONTINUA

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

**Presidente do  
TRF4 afirma  
estar satisfeito  
em cumprir  
78% da meta**

**08 JAN 2014**

O presidente do Tribunal Regional Federal da 4.<sup>a</sup> Região (TRF4), desembargador Tadaaqui Hirose, se diz satisfeito com o resultado do órgão no cumprimento da meta de combate a corrupção estipulada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A corte ficou em segundo lugar geral na esfera da Justiça Federal com o julgamento de 78% dos processos de improbidade administrativa e de crimes contra a administração pública. “Levamos a sério todas as nossas missões. Quando estabeleceram essa meta, todos procuraram cumpri-la”, diz. O TRF4 é responsável pelos recursos federais de segunda instância dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Apesar de ficar acima da média nacional dos tribunais regionais federais — que, no geral, julgaram 70% dos casos —, o TRF4, deixou mais de 9,2 mil processos de corrupção pendentes. “São ações mais difíceis e problemáticas de serem julgadas porque geralmente envolvem várias pessoas, dificultando o andamento”, alega o presidente. Ele justifica também que o tribunal não pode deixar outras ações “de lado”. “Temos que dar preferência à meta, mas não podemos descuidar dos outros processos”, diz. (KB)

**“[Processos de corrupção] são ações mais difíceis e problemáticas de serem julgadas porque geralmente envolvem várias pessoas, dificultando o andamento.”**

Tadaaqui Hirose, presidente do Tribunal Regional Federal da 4.<sup>a</sup> Região (TRF4).

08 JAN 2014

# GAZETA DO POVO

» JUDICIÁRIO

## TJ publica tabela com novas custas dos cartórios

Taiana Bubniak

O Tribunal de Justiça do Paraná (TJ) publicou ontem uma nova tabela de custas para os cartórios com os reajustes que entraram em vigor em 1.º de janeiro. Todos os serviços dos tabelionatos de notas, registro de títulos, registro de imóveis e cartórios distribuidores sofreram reajuste porque o Valor de Referência de Custas (VRC) — utilizado como base para o cálculo — aumentou de R\$ 0,141 para R\$ 0,157.

O reconhecimento de firma sem valor declarado, que custava R\$ 3,06, passou a valer R\$ 3,41, por exemplo. Certidões de nascimento, ca-

samento ou óbito, cujo preço mínimo era de R\$ 24,67, agora passam a custar a partir de R\$ 27,47. Com relação a certidão de registro de imóveis, os cartórios cobravam R\$ 9,48. Agora o mesmo documento passa a valer R\$ 10,51.

Todos os valores de documentos sofreram alteração, uma vez que todos são definidos pelo VRC. A Lei n.º 17.832/2013 passou a valer no dia 1.º de janeiro para todos os cartórios do Paraná.

### Lembre o caso

A medida, proposta pelo Judiciário, foi aprovada na Assembleia Legislativa do Paraná em dezembro, depois de um ano de discussão.

No final de 2012, o TJ apresentou proposta de reajuste aos parlamentares que aumentava as custas de alguns documentos em até 300%. A repercussão negativa da proposta motivou uma série de reuniões entre a cúpula do TJ e deputados para acordo sobre o valor. Depois da pressão de entidades, os desembargadores indicaram um reajuste linear de 18,44%. A matéria não foi colocada em votação à época.

O projeto aprovado no fim do ano passado não gerou divergências com relação ao valor. Na ocasião, apenas um deputado votou contra a proposta. Alceu Maron

R\$ 27,47

é o novo preço mínimo para certidões de nascimento, casamento ou óbito. Antes elas custavam R\$ 24,67.

R\$ 10,51

é o preço atual da certidão de registro de imóveis. O preço do documento no ano passado era de R\$ 9,48.

R\$ 3,41

custa o reconhecimento de firma sem valor declarado nos cartórios. O aumento foi de R\$ 0,35.

(PSDB) disse que o aumento nos custos dos cartórios era um entrave para o acesso da população à Justiça.



**Conteúdo extra**

A tabela completa está disponível no site do TJ, em [www.tjpr.jus.br](http://www.tjpr.jus.br).

08 JAN 2014

» JUSTIÇA

# GAZETA DO POVO

## Defensores públicos já atuam no Paraná, mas só em três áreas

Estado só ganha de Goiás no número desse tipo de profissional. Expectativa é que concurso público, previsto para esse ano, possa diminuir déficit

Rafael Waltrick

Após três semanas de treinamento — e anos de espera —, os 78 novos defensores públicos do Paraná começaram a atuar em dezembro de 2013 em Curitiba e no interior do estado. A equipe reduzida, porém, tem feito com que o atendimento à população em alguns locais seja restringido a três áreas consideradas prioritárias: Infância e Juventude, Execução Penal e Família. Por isso, é grande a expectativa quanto a um novo concurso, previsto para 2014, que deve amenizar a falta de profissionais desse tipo no estado.

O Paraná está na penúltima colocação no país quanto ao número de defensores públicos, à frente apenas de Goiás — são 0,79 defensores a cada 100 mil habitantes, enquanto a média nacional chega a 3,93. No último concu-

so, foram ofertadas 197 vagas, sendo que somente 95 candidatos foram aprovados e 78 acabaram empossados — a intenção é que, ao menos, sejam preenchidas as 100 vagas que não chegaram a ser ocupadas no último concurso.

Também há uma disparidade no acesso à Justiça que atinge o Paraná e o país. No Estado, há 393 advogados para cada grupo de 100 mil habitantes, enquanto o número de defensores públicos, responsáveis por atender gratuitamente a população que não tem dinheiro para contratar um profissional, é quase 500 vezes menor. Segundo estudo lançado em março do ano passado pela Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), seriam necessários no Paraná, para atender a demanda, 844 defensores, enquanto hoje há apenas 88 — o cálculo leva em consideração a proporção de habitantes com renda de até três salários mínimos, alvo da Defensoria.

“Temos um número muito reduzido em relação ao necessário. Mas essa defensoria que nasce agora tem prezado pela qualidade do atendimento. Não queremos ter mais um serviço público destinado à população carente que trabalhe no improviso, preocupado apenas com quantida-

de”, defende o subdefensor público-geral da Defensoria do Paraná, André Ribeiro Giamberardino.

### Alternativa

Embora prevista na Constituição Federal há 25 anos, a Defensoria Pública do Paraná só foi regulamentada em 2011 e saiu efetivamente do papel em 2013, com a nomeação dos novos defensores. Para o vice-presidente da OAB-PR, Cássio Lisandro Telles, uma alternativa para suprir a demanda de atendimento enquanto novos defensores não são contratados seria reativar o convênio feito pela entidade com o governo do estado, em que advogados prestavam assistência por preços módicos, custeados pelo poder público. A parceria foi suspensa pelo governo no início deste ano. “Os defensores nomeados evidentemente não vão suprir a necessidade da população carente que não tem condições de pagar um advogado”, afirma Telles.

**CONTINUA**

08 JAN 2014

## GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

## ACESSO À JUSTIÇA

Conforme levantamento do Ministério da Justiça, o Paraná amarga a penúltima colocação no número proporcional de defensores públicos, ficando à frente apenas de Goiás.

	Defensores públicos por 100 mil habitantes	Déficit absoluto de defensores*
1º Amapá	13,06	53
2º Roraima	8,18	Sem déficit
3º Distrito Federal	7,48	Sem déficit
4º Tocantins	7,28	25
5º Paraíba	7,01	64
6º Acre	6,71	13
7º Mato Grosso do Sul	6,25	55
8º Rio de Janeiro	4,83	412
9º Mato Grosso	4,53	119
10º Espírito Santo	4,16	142
11º Sergipe	4,11	93
12º Pará	3,58	346
13º Rio Grande do Sul	3,46	484
14º Ceará	3,30	453
15º Pernambuco	2,97	494
16º Minas Gerais	2,88	1.066
17º Piauí	2,66	210
18º Rondônia	2,66	87
19º Alagoas	2,21	194
20º Maranhão	1,67	452
21º Bahia	1,48	1.015
22º São Paulo	1,43	2.471
23º Rio Grande do Norte	1,23	244
24º Amazonas	1,17	233
25º Santa Catarina	0,94	509
26º Paraná	0,79	834
27º Goiás	0,10	510

**1** defensor público a cada 10 mil hab. com até 3 salários mínimos é o ideal considerado pelo Ipea e Anadep.

Fonte: Ministério da Justiça, Ipea e Anadep  
Infografia: Gazeta do Povo.

→ média nacional

**3,93**

\* Conforme a população com renda mensal inferior a três salários mínimos. Projeção feita pelo Ipea e Anadep em março de 2013.

## DEU CERTO

**Moradora de Pinhais conseguiu ajuda para tratamento médico**

Segundo o Mapa da Defensoria Pública do Brasil, lançado em março do ano passado pelo Ipea e Anadep, apenas 45 milhões de brasileiros têm acesso a defensores públicos – enquanto o universo de pessoas que recebem até três salários mínimos e poderiam recorrer ao serviço é de 160 milhões. Moradora de Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba, a coordenadora de Departamento Pessoal Adriana Campos foi uma das paranaenses que recorreu este ano à ajuda da Defensoria, com sucesso. Foi por meio do órgão que Adriana conseguiu os medicamentos que precisa para se tratar da psoríase (doença inflamatória da pele). Os remédios, que custam R\$ 4 mil por ampola, não eram fornecidos pelo plano de saúde nem pela secretaria municipal de Saúde. O médico então a orientou a procurar a Defensoria Pública em Curitiba para tentar ingressar com uma ação judicial, em abril. "Nem sabia que a Defensoria existia. Foi bem rápido. Dei entrada com os documentos e três dias depois me ligaram dizendo que minha liminar havia saído", relata Adriana. Com a ação, o município foi obrigado a fornecer os medicamentos gratuitamente. O tratamento com os remédios é feito a cada dois meses. O custo do tratamento completo atingiria os R\$ 15 mil.

CONTINUA

# GAZETA DO POVO

ONDE E COMO

08 JAN 2014

## CONTINUAÇÃO

### PEC propõe prazo para contratação de defensores

Uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) em trâmite desde março de 2013 na Câmara dos Deputados pretende agilizar a instalação de Defensorias Públicas em todas as comarcas do país. A PEC 247/2013, intitulada “Defensoria para todos”, quer estipular o prazo de oito anos para que a União, estados e Distrito Federal passem a contar com defensores em número proporcional à demanda — atualmente, apenas 28% das comarcas possuem Defensoria Pública Estadual.

O texto também prevê que a lotação dos defensores públicos ocorrerá prioritariamente em regiões com maiores índices de exclusão social e adensamento populacional. Em setembro, o relatório final da proposta foi aprovado por unanimidade pela Comissão Especial que analisa o projeto e a perspectiva é de que ele seja levado à votação no plenário da Câmara até o fim de janeiro. (RW)

Em Curitiba, a Defensoria Pública funciona de segunda a quinta-feira, das 8 às 17 horas, com distribuição de senhas a partir das 8 h (a sexta-feira é somente para acompanhamento de processos). Saiba onde procurar ajuda e que documentos levar:

#### Locais de Atendimento

- » Sede Central da Defensoria Pública do Paraná, na Alameda Cabral, 184 (Centro)
- » Fórum Descentralizado de Santa Felicidade, na Via Vêneto, 1.490 (Santa Felicidade)
- » Fórum Descentralizado da CIC, na Rua Ludovico Kaminski, 2.525 (CIC)
- » Fórum Criminal, na Rua Maximo João Kopp, 274 (Santa Cândida)
- » Vara de Adolescentes Infratores, na Rua Pastor Manoel Virgílio de Souza, 1.310 (Tarumã)
- » Vara de Crimes Contra Criança e Adolescentes, na Avenida Iguazu, 750 (Rebouças)
- » 1ª e 2ª Vara de Delitos de Trânsito, na Rua Maximo João Kopp, 274 (Santa Cândida)
- » 2ª Subdivisão de Inquérito Policiais, na Rua Maximo João Kopp, 274 (Santa Cândida)
- » Vara da Infância e Juventude, na Rua da Glória, 290 (Centro Cívico)
- » Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, na Rua Itupava, 1.829 (Alto da XV)

#### Documentos necessários

- Original e cópia da carteira de identidade (RG)
- Original e cópia do CPF
- Original e cópia do comprovante de residência (talão de água, luz ou telefone com CEP atualizado)
- Original e cópia do comprovante de renda atualizado de todos os membros da família (contracheque, holerite, comprovante de aposentadoria, pensão, benefício)
- Endereço, dados pessoais e contato da parte contrária
- Para autônomos: declaração com o valor de rendimento recebido, assinada por duas testemunhas (não parentes)

---

## ATUAÇÃO

A Defensoria Pública do Paraná atende pessoas que não podem pagar um advogado, oferecendo assistência jurídica integral e gratuita a todos que possuam renda de até três salários mínimos (por família).

# 08 JAN 2014

## GAZETA DO POVO

» CID VASQUES

### Procuradoria quer esclarecer revogação de licença

| Angieli Maros, com informações de Antonio Senkovski e Diego Ribeiro

▮ A Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Paraná (MP-PR) ingressou com embargo de declaração (pedido de esclarecimento) junto ao Tribunal de Justiça do estado (TJ-PR) para garantir o cumprimento das decisões do Conselho Superior do MP e do Órgão Especial do Colegiado de Procuradores que negaram a renovação da licença do cargo de procurador para

Cid Vasques. A licença permite a ele se afastar do MP para ocupar o cargo de secretário da Segurança Pública do governo estadual.

A votação do Órgão Especial do Colegiado de Procuradores do MP-PR, realizada no dia 26 de dezembro, manteve a decisão tomada anteriormente pelo Conselho Superior do MP-PR, que também tinha negado a renovação da licença.

Já após a decisão do conselho, o procurador entrou na Justiça e conseguiu uma liminar que garantiu temporariamente sua permanência na Sesp. Contudo, no entendimento do MP-PR, a liminar do mandado de segurança só garantia ao secretário permanência no cargo até o julgamento do recurso administrativo. O que já ocorreu.

## JUSTIÇA

### Ministro do STF abre brecha para a volta dos supersalários na Câmara

▮ Uma liminar do ministro do Supremo Tribunal Federal Marco Aurélio Mello suspendeu o corte no pagamento do "supersalário" de um servidor

da Câmara dos Deputados. Na avaliação de técnicos da Casa, a medida pode abrir brecha a volta dos altos rendimentos de outros 1.370 funcionários atingidos pela decisão do Tribunal de Contas da União (TCU), que proibiu no Legislativo salários acima do teto do serviço público, atualmente de R\$ 29,4 mil.

## NOTAS POLÍTICAS

### Investigação

O desembargador suspeito de humilhar um garçom em uma padaria no Rio Grande do Norte, no último dia 29, será investigado. O Tribunal de Justiça daquele estado informou que irá investigar se houve falta ou infração funcional na conduta do magistrado Dilermando Mota. A investigação preliminar deve ter prazo de 60 dias. Enquanto isso, o desembargador permanece normalmente nas suas funções.

08 JAN 2014

GAZETA DO POVO

# Barbosa sai de férias sem assinar mandado de prisão contra deputado

Sem a assinatura do presidente do STF, não há definição de quando João Paulo Cunha será preso. Mas a Câmara começou a discutir o futuro do mensaleiro

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, saiu de férias ontem sem deixar assinado o mandado de prisão do deputado federal João Paulo Cunha (PT-SP), condenado no processo do mensalão. Com isso, não há definição de quando a prisão será realizada. Como o plantão de fim de ano foi dividido, no lugar de Barbosa ficará, até o dia 19, a ministra Cármen Lúcia. Depois assumirá o ministro Ricardo Lewandowski, que fica até o fim do recesso.

De acordo com um ministro ouvido pela reportagem, mesmo fora do plantão Barbosa pode assinar o mandado de prisão de Cunha. Além disso, se considerar que o caso é urgente, a plantonista Cármen também teria autonomia para expedir o mandado.

Enquanto isso, o comando da Câmara dos Deputados já iniciou uma discussão sobre o futuro político do parlamentar. O presidente da Casa, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), agendou para 4 de fevereiro uma reunião da Mesa Diretora da Casa para decidir sobre a abertura de processo de cassação do petista. O encontro será formalizado após a Câmara ser avisada sobre o pedido de prisão.

Henrique Alves disse que, após a prisão, é obrigatório a discussão sobre o processo de cassação pelo comando da Casa. "Cumprirei meu dever regimental, mais uma vez." Dos sete integrantes da Mesa Diretora,

dois são do PT. Mas há um entendimento da maioria da Mesa de que nesses casos o comando da Câmara deve abrir um processo de cassação e enviar para a Comissão de Constituição e Justiça. Se aprovado, ele segue para votação no plenário da Casa, quando são necessários 257 votos para confirmar a cassação. Como o Congresso acabou com o voto secreto para cassações no ano passado, o caso, se chegar ao plenário, será em votação aberta.

Essa é uma das razões a que colegas recorrem para pressionar Cunha a renunciar ao cargo. Eles apontam que o petista, que era ex-presidente da Câmara na época do escândalo, não deve resistir a uma votação aberta, especialmente em um ano eleitoral. Já Cunha tem dito que não pretende deixar a vaga na Câmara, contrariando o

que ocorreu com os outros três deputados condenados no mensalão. José Genoíno (PT-SP), Valdemar Costa Neto (PR-SP) e Pedro Henry (PP-MT) renunciaram a seus mandatos após as prisões.

## Condenação

O processo de Cunha ficou sem uma solução a partir do momento em que Barbosa negou dois recursos do deputado e determinou, na última quinta-feira, o cumprimento imediato de uma pena de seis anos e quatro meses pelos crimes de peculato (desvio de dinheiro público) e corrupção, mas não expediu o mandado de prisão.

**01 JAN 2014**

**FOLHA DE LONDRINA**  
**Oswaldo Militão**

- Disse o advogado Leonardo Vianna:  
O Paraná está com 1.330 presos  
irregularmente.

03 JAN 2014

## FOLHA DE LONDRINA

# Advogado entra na Justiça comum em favor da Lusa

**São Paulo** - Como já era esperado, o polêmico caso de rebaixamento da Portuguesa vai ganhar um novo capítulo e acabar na Justiça comum. O advogado Delmiro Aparecido Goveia entrou ontem com uma ação no Juízo Especial Cível de Mogi das Cruzes, pedindo a devolução dos quatro pontos para a Portuguesa e o cancelamento da multa de R\$ 1 mil que o clube deveria pagar pela escalação irregular do meia Héverton.

“Foi uma palhaçada o que a CBF, através do SJTD, fez. Foi um resultado político para favorecer os times cariocas. Os auditores do STJD não foram legalistas. Eles aplicaram o Código Brasileiro de Justiça Desportiva, mas deveriam aplicar o Estatuto do Torcedor, que está acima da lei esportista”, disse Goveia.

O judiciário está em recesso e só retorna aos trabalhos no dia 6 de janeiro, entretanto, como Goveia pediu uma liminar, é possível que a suspensão da pena seja conquistada nas próximas horas. O advogado registrou no Juízo Especial, porque geralmente ele é mais ágil na execução das ações.

A Portuguesa foi punida por escalar irregularmente o

meia Héverton. O jogador foi julgado por uma expulsão na sexta-feira, foi condenado a mais um jogo de suspensão, mas entrou em campo no domingo. A Lusa alegou que só foi notificada da pena na segunda-feira, assim, a punição só caberia neste ano, mas o tribunal não aceitou a justificativa e tirou quatro pontos, sendo três pela escalação irregular e mais um pelo resultado do jogo.

A reportagem tentou contato com representantes da Portuguesa e da CBF, mas eles não foram encontrados. Já o Fluminense e o STJD não quiseram comentar o assunto.

04 JAN 2014

## FOLHA DE LONDRINA

### MA pode remanejar PMs para presídios

São Paulo - A Polícia Militar do Maranhão vai encaminhar à governadora Roseana Sarney (PMDB) uma proposta para remanejar policiais do interior do Estado para São Luís a fim de reforçar a segurança em presídios. Neste início de ano, mais dois presos morreram em menos de 12 horas no complexo prisional de Pedrinhas, na capital.

O governo do Maranhão confirmou 59 mortos na unidade ao longo de 2013. Já para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), foram 60.

A ideia de remanejar o efetivo foi uma das abordadas na manhã de ontem em uma reunião entre a cúpula da Polícia Militar maranhense e a Secretaria de Estado da Justiça e Administração Penitenciária. "Se cada unidade no interior fornecer dois ou três policiais que não vá ferir seu trabalho no interior (sic), termina contribuindo e formando o efetivo suficiente [na capital] para uma ação mais eficiente [nos presídios]", disse o chefe do setor de comunicação da PM, major Luís Eduardo Vaz.

## LUIZ GERALDO MAZZA

### Maurício

Uma especulação da moda é a de que se revigoraria a ida de Maurício Requião para conselheiro do TC. Mais um acordão disfarçado. Melhor seria reintegrá-lo por via judicial.

# FOLHA DE LONDRINA

## Câmara discutirá vagas para negros em concursos

Brasília - O projeto de lei (PL 6738/13) que reserva 20% das vagas em concursos públicos federais para negros e pardos pode ser uma das primeiras matérias analisadas pelos deputados federais em 2014. O texto foi um dos últimos aprovados antes do recesso de final de ano na Comissão de Direitos Humanos (CDH), mas ainda precisa passar pela Comissão de Constituição e Justiça e pelo plenário antes de seguir para o Senado. O objetivo do Executivo é garantir a reserva por dez anos. Mas a regra, sugerida pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), valerá só quando o texto for sancionado.

Na Câmara, os parlamentares decidiram incluir uma emenda para que a reserva de vagas também seja aplicada na ocupação de cargos comissionados no funcionalismo público. Ainda ficou definido, que, dentro da reserva de 20% do total de vagas, 75% devem ser ocupadas por negros que estudaram em escolas da rede pública de ensino.

O projeto defendido pelo Planalto garante que, além das vagas reservadas, os negros também podem concorrer àquelas destinadas à ampla concorrência em concursos para órgãos e entidades da administração pública federal, autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pela União.

05 JAN 2014

06 JAN 2014

# FOLHA DE LONDRINA TJ determina contribuição sindical de servidores

**Repasse do recurso  
diretamente da prefeitura ao  
Sindserv deve incrementar  
em cerca de R\$ 400 mil o  
orçamento da entidade**

Edson Ferreira  
Reportagem Local

A partir deste ano todos os servidores municipais de Londrina vão ser obrigados a repassar o valor referente a um dia de trabalho ao sindicato da categoria, conforme decreto publicado na última edição do Jornal Oficial do Município de 2013. O repasse do recurso diretamente ao Sindicato dos Servidores Municipais (Sindserv) caberá à prefeitura e deve representar um incremento de cerca de R\$ 400 mil no orçamento da entidade. A medida foi definida depois do trânsito em julgado de decisão do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, que negou o recurso do município, em ação judicial que discutia a obrigação de retenção do valor por parte do Executivo.

De acordo com o presidente do Sindserv, Marcelo Urbaneja, o sindicato local, a Federação dos Sindicatos dos Servidores Públicos Municipais e Estaduais (Fesmepar) e a Confederação Nacional dos Servidores Públicos (CNSP) buscaram a Justiça depois

que não houve acordo com a prefeitura. Até o ano passado a manutenção do sindicato era feita apenas com a mensalidade dos trabalhadores filiados. "Há uns três ou quatro anos pedimos ao município para que regularizasse a situação, mas nada foi feito, então entramos com a ação de cobrança. No nosso sistema representativo, conforme a legislação, o financiamento da luta sindical é feito com um dia de serviço do trabalhador", justificou Urbaneja, lembrando que "as conquistas salariais para a categoria, como o zéramento das perdas de 37% que vinha há muito tempo, beneficiam a todos, filiados ou não". O Executivo tem 9,3 mil servidores.

Urbaneja defendeu a atuação do Sindserv em favor dos funcionários municipais. "Com mais recursos vamos trabalhar mais na qualificação, pensar em construir a nova sede social do sindicato, convênio médico, atendimento jurídico.

Tudo isso com o objetivo principal que é a organização dos trabalhadores para a manutenção dos seus direitos." Ele informou que 60% do valor arrecadado fica no sindicato e o restante é dividido entre a federação, a confederação e o Ministério do Trabalho.

O procurador-geral do município, Zulmar Fachin, disse que a prefeitura decidiu não apresentar recurso judicial às instâncias superiores, "pois a jurisprudência no STJ vai, no mesmo sentido das decisões já tomadas". "Outros municípios também seguiram pelo mesmo caminho sobre esse tema." Segundo Fachin, o município é apenas repassador da contribuição, "não há custo ao erário".

Segundo o decreto municipal que definiu a contribuição, não será realizada a retenção sindical no caso dos servidores que atuam como advogados, em face da isenção prevista em lei federal. Para os demais, o desconto equivalente a um dia de salário será feito no mês de março de cada ano.

07 JAN 2014

# FOLHA DE LONDRINA

## Justiça determina afastamento de secretário em Medianeira

Edson Ferreira  
Reportagem Local

A Justiça determinou, liminarmente, o afastamento do secretário municipal de Obras de Medianeira (Oeste), Arlei Conti. Ele está sendo investigado pelo Ministério Público (MP) do Paraná por suposto ato de improbidade administrativa porque teria autorizado o uso de máquinas da prefeitura e de servidores terceirizados contratados pelo Executivo em recapeamento feito num condomínio particular. No condomínio, de alto padrão, também reside o prefeito da cidade, Ricardo Endrigo (PSDB), porém, não foram apurados indícios da participação dele na suposta ilegalidade.

Na decisão, publicada há 15 dias, a juíza Pryscila Barreto Passos afirmou que a permanência de Conti no cargo poderia prejudicar as investigações conduzidas pelo MP. Segundo ela, o afastamento do secretário de Obras é necessário para "garantir a regular investigação possibilitando a apuração adequada sobre os documentos, atos, nomeações, designações e autorizações de despesas exclusivas do senhor secretário de Obras, que poderia eventualmente obstaculizar o acesso ao real conteúdo da documentação".

A investigação começou a partir de uma denúncia feita pelo Observatório Social de Medianeira, de que a obra no imóvel particular seria feita

com estrutura pública. Segundo o promotor de Justiça, Eduardo Henrique Germano, o síndico do condomínio foi informado sobre a abertura do procedimento e advertido sobre a eventual ilegalidade, caso permitisse o uso de equipamentos e servidores do município na obra. "Ainda assim, o serviço foi iniciado e, pelas informações que tivemos, com a autorização do síndico para que as máquinas entrassem no local. Ele foi preso em flagrante no dia em que fomos ao condomínio dar sequência à investigação e constatamos a presença das máquinas do município lá", informou Germano. "O secretário de obras foi procurado também, mas fugiu da cidade, retornando depois, fora do flagrante." O síndico pagou fiança de 12 salários mínimos e foi libertado depois de passar uma noite na cadeia. A operação em Medianeira teve o apoio do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) de Foz do Iguaçu.

O promotor afirmou que deverá apresentar ação de improbidade à Justiça contra o secretário afastado e também contra o síndico do condomínio. Também está aberto inquérito que apura suposto peculato – quando um funcionário público de apropria de recursos públicos em seu favor ou de terceiros. A FOLHA não conseguiu contato com Conti. Na prefeitura de Medianeira, ninguém atendeu ontem à tarde.

08 JAN 2014

# FOLHA DE LONDRINA LUIZ GERALDO MAZZA

## **Corde ainda esticada**

Persiste o clima de tensão entre o Ministério Público Estadual e o secretário de Segurança e isso mesmo ante o recesso do Judiciário. O MP quer fazer valer as decisões do seu Conselho Superior e do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça, como instância apropriada, alegando que a liminar do TJ só tinha validade até o dia 26 de dezembro quando no dia seguinte esses coletivos decidiram pela suspensão da licença do procurador Cid Vasques e reconvocando-o a reassumir suas funções na corporação. O embargo de declaração pretende deslindar o conflito.

“O procurador-geral de Justiça, Gilberto Giacoia, considera que como Cid Vasques está em férias a licença, presumida, deve ser suspensa.

Da mesma forma que a crise financeira Beto Richa empurra tudo com a barriga e acaba de criar mais um problema com o enquadramento indevido como agente fiscal de servidores do Executivo o que pode gerar efeito cascata e infringir, outra vez, a Lei de Responsabilidade Fiscal, bloqueando recursos da União.

## **INFORME FOLHA**

### **Carros de luxo...**

No último dia de 2013 o Supremo Tribunal Federal (STF) preocupou-se com o conforto dos ministros, revela a entidade Contas Abertas. No apagar das luzes do ano passado, o STF empenhou R\$ 914,9 mil para a compra de sete carros do modelo Azera, da marca Hyundai. Cada veículo custará R\$ 130,7 mil aos cofres públicos. Os automóveis irão atender os 11 ministros da Corte máxima do País em deslocamentos em Brasília.

### **...para ministros do STF**

Segundo a assessoria de imprensa do STF, a aquisição dos veículos seria para a renovação parcial da frota, realizada rotineiramente com base em análise de custos. “Quando os veículos atingem um determinado tempo de uso a manutenção fica mais cara e a renovação é alternativa mais eficiente”, explica. A resposta obtida pelo Contas Abertas não informou o ano e a quilometragem da frota antiga de veículos do STF.

### **Detalhes**

Os carros são do tipo sedan grande e possuem capacidade para cinco passageiros, incluindo o motorista. Os modelos são de quatro portas e da cor preta. Os bancos dos veículos são de couro na cor preta ou cinza, com regulagem eletrônica de altura, ar condicionado, controle eletrônico de temperatura, visor digital, airbags e câmbio automático. Os detalhes mais luxuosos dos automóveis ficam por conta da central multimídia integrada em painel touch screen, em que disponibiliza navegador GPS, bluetooth com viva voz para telefone celular, além de entradas USB. As novas aquisições do STF possuem garantia de três anos.

08 JAN 2014

# FOLHA DE LONDRINA

## Barbosa sai de férias sem assinar mandado de prisão

**Brasília** — O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, saiu de férias ontem sem deixar assinado o mandado de prisão do deputado João Paulo Cunha (PT-SP). Com isso, não há definição de quando a prisão será realizada.

Como o plantão de fim de ano foi dividido, no lugar de Barbosa ficará, até o dia 19, a ministra Cármen Lúcia. Depois assumirá o ministro Ricardo Lewandowski, que fica até o final do recesso.

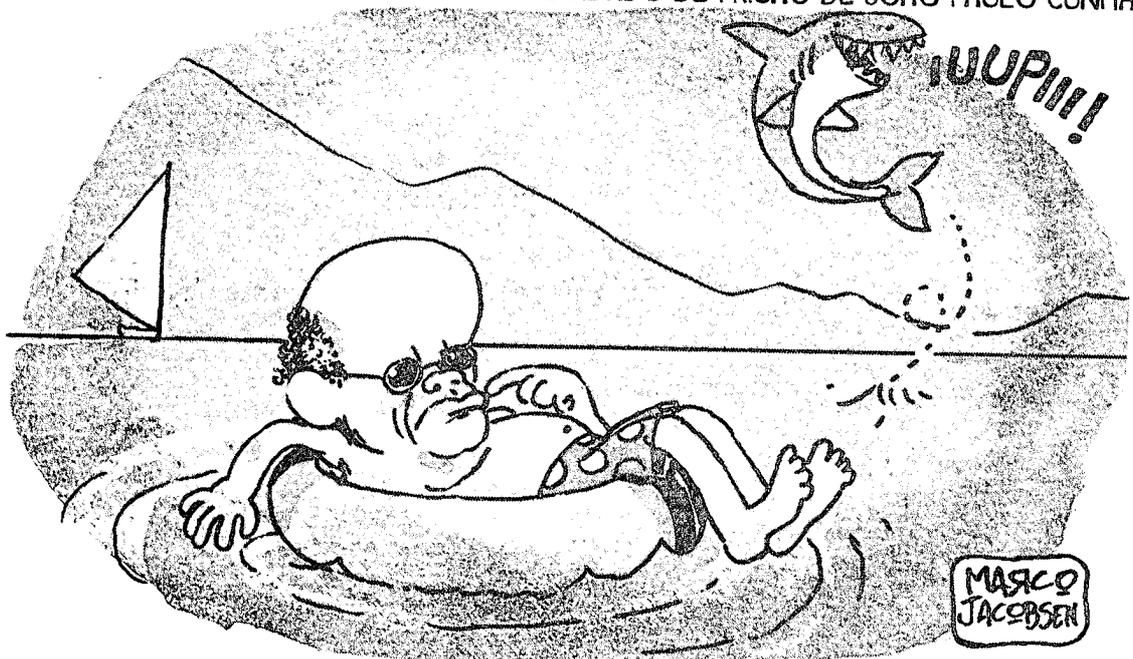
De acordo com um ministro ouvido pela reportagem, mesmo fora do plantão Barbosa pode assinar o mandado de prisão de Paulo Cunha. Além disso, se considerar que o caso é urgente, a plantonista Cármen também teria autonomia para expedir o mandado.

O processo de Cunha ficou sem uma solução a partir do momento em que Barbosa negou dois recursos do deputado e determinou o cumprimento imediato de uma pena de 6 anos e 4 meses pelos crimes de peculato (desvio de dinheiro público) e corrupção, mas não expediu o mandado de prisão.

A decisão foi tomada no dia 2, mas só foi divulgada no andamento processual na segunda-feira. Após a determinação do início do cumprimento da pena, um ato burocrático de assinatura do mandado é necessário para que o condenado possa ser enviado à prisão.

Não há informações oficiais do STF sobre os motivos que levaram Barbosa a não assinar o mandado, coisa que, na prática, poderia ter feito desde o dia 2.

BARBOSA SAI DE FÉRIAS SEM ASSINAR MANDADO DE PRISÃO DE JOÃO PAULO CUNHA



- Estou com aquela sensação de que esqueci alguma coisa...

31 DEZ 2013

# O ESTADO DE S. PAULO

## Juiz dá 60 dias para Estado provar que escolas são seguras

Liminar estabelece multa diária de R\$ 500 mil em caso de descumprimento de prazo; governo diz que prédios têm normas rígidas de segurança

A Justiça de São Paulo determinou que o governo paulista prove que a documentação de segurança das 1.153 escolas públicas estaduais na capital está em dia. A ordem foi dada após uma ação do Ministério Público Estadual (MPE) exigir a regularização da vistoria dos bombeiros nestes locais. Segundo investigação da Promotoria de Habitação e Urbanismo da Capital, só 6% dos estabelecimentos têm essa licença e nenhum obteve o alvará de segurança da Prefeitura até hoje.

A decisão do juiz Fernando Figueiredo Bartoletti, da 8.ª Vara da Fazenda Pública, é do dia 19 e ainda não foi publicada no *Diário da Justiça*. Pela liminar (decisão provisória), o magistrado mandou o Estado entregar toda a documentação em 60 dias para poder analisar os outros pedidos do MPE. A pena no caso de descumprimento é de multa diária de R\$ 500 mil, mas ainda cabe recurso contra a liminar.

O promotor Carlos Alberto Amin Filho solicitara à Justiça que fossem feitas vistorias pelo Corpo de Bombeiros em todas as escolas e que nenhum novo estabelecimento fosse aberto sem prova de segurança. Esses pedidos só serão analisados após a resposta do Estado, que ainda não foi citado. Se a ação for julgada procedente, o Estado poderá ter de suspender as aulas nas escolas irregulares até que os alvarás sejam obtidos.

A ação civil pública foi proposta neste ano após uma investiga-

ção do MPE iniciada em 2007, conforme o Estado publicou no início do mês. Na época, a Secretaria Estadual de Educação, por meio da Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE), informou que 1.021 escolas da rede na capital tinham o Ato de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) ou estavam “em fase de obras, aguardando sua aprovação”. Ontem, a secretaria ratificou a informação. Entretanto, ela não indicou quantos locais já tinham o AVCB e quantos estavam em obras. Segundo a assessoria da pasta, o dado não está disponível.

**Falhas.** Segundo o MPE, o inquérito civil identificou problemas nas escolas como falta de extintores e de corrimões e fiações expostas. Segundo a promotoria, a FDE informou, em 2007, que ia fazer duas vistorias por mês nas escolas e eliminar as falhas de segurança. Em algumas das vistorias apresentadas em 2008 pela secretaria haveria registros de instalações inadequadas, com a ausência de alarmes e de saídas de emergência, por exemplo.

Em parecer de 2011, a FDE justificou a inexistência de escadas protegidas para incêndio nas escolas estaduais da capital – o que seria contrário à legislação municipal. Segundo o órgão, “o cumprimento da exigência da construção de escadas protegidas em escolas novas dificultaria e elevaria os custos das obras”. O entendimento da FDE também é de que as regras

de segurança municipais não se aplicam ao governo do Estado.

Em nota, a FDE informou ontem que, apesar de ainda não ter sido notificada oficialmente sobre a ação, sempre esteve e permanece à disposição do MPE para esclarecimentos. “É importante ressaltar que as escolas estaduais são regidas por normas rigorosas de segurança e todas possuem sistema de combate a incêndios, com a oferta de hidrantes e equipamentos de segurança.”

De acordo com a FDE, “a manutenção e a vistoria são realizadas permanentemente para garantir o bom ambiente escolar mesmo em prédios arquitetônicos antigos, como é a característica de diversas das unidades”.

31 DEZ 2013

# O ESTADO DE S. PAULO Falta 'traquejo' a Barbosa para liderar País, diz FHC

Para ex-presidente da República, presidente do Supremo não possui 'as características necessárias para conduzir o Brasil' sem causar 'grandes crises'

**Ricardo Chapóla**

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso disse que o presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, "não tem traquejo" para ocupar a Presidência da República na hipótese de o ministro decidir se candidatar ao Planalto. Para FHC, Barbosa não possui as características necessárias para liderar o País e sugeriu que seria "mais positivo" se ele eventualmente se candidatasse ao Senado ou à Vice-Presidência.

Barbosa já negou que tenha intenção de se lançar candidato à Presidência em 2014, mas não descarta disputar uma eleição futuramente. Ele admite se aposentar antes do limite legal de 70 anos e seu nome costuma ser incluído em cenários de pesquisas de intenção de voto. O ministro ganhou projeção ao relatar o processo do mensalão. Por ser magistrado, conforme a legislação eleitoral, Barbosa possui um prazo diferente para se filiar a um partido político e disputar um cargo eletivo – ele pode fazer isso até seis meses antes do pleito, ou seja, até abril do ano que vem.

"Ele não tem o traquejo, treinamento para isso (*ser presidente*). Uma coisa é fazer carreira de juiz. Outra coisa é ter capacidade de liderar um País. Eu não creio que ele tenha as características necessárias para conduzir o Brasil de maneira a não provocar grandes crises no País", afirmou Fernando Henrique em entrevista ao programa *Manhattan Connection*, da GloboNews, na noite de anteontem.

"Tenho admiração por ele. Acho que seria mais positiva uma candidatura não diretamente para a Presidência. Ao Senado, ou talvez até à Vice-Presidência", observou.

● **'Aventura'**

"Ele (*Joaquim Barbosa*) não tem o traquejo, treinamento para isso (*ser presidente*). Eu não creio que ele tenha as características necessárias para conduzir o Brasil de maneira a não provocar grandes crises no País"

**Fernando Henrique Cardoso**

EX-PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Para FHC, o nome do ministro Joaquim Barbosa ganhou força no cenário político graças à descrença da sociedade com as instituições, sentimento que veio à reboque das manifestações de junho. "As pessoas descreem tanto nas instituições que buscam heróis salvadores. Ele teria que ter um partido para começar, acho que ele é uma pessoa que tem sentido comum e duvido que vá fazer uma aventura desse tipo", disse o ex-presidente, para quem a busca por um "salvador" é um movimento "perigoso".

"O sentimento de que nós precisamos ainda de um salvador é a mostra de que nossa democracia não está ainda consolidada. É perigoso."

A assessoria de Barbosa informou que o ministro não iria comentar as declarações de Fernando Henrique.

**Mensagem.** Ontem, o ex-presidente publicou no Facebook mensagem em que elogia o Supremo pela prisão dos condenados no mensalão. Segundo ele, a punição dos réus e os protestos de junho foram "sinais alentadores" de um ano que não "foi dos melhores". "O STF mostrou que mesmo os poderosos têm de obedecer às leis, pagando os desvios de comportamento com o preço da liberdade."

FHC, porém, inicia a nota criticando a gestão Dilma Rousseff. Diz que "nuvens pesadas rondam a economia" e que a inflação é "perigosa".

## PARA LEMBRAR

### Interesse pode surgir 'no futuro'

Indicado para o STF pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2003, o ministro Joaquim Barbosa é um duro crítico do quadro político brasileiro, mas procura deixar as portas abertas para uma eventual entrada nele. Em 14 de outubro deste ano, declarou que não quer ser candidato agora, mas, "no futuro", poderá pensar sobre o assunto. "No dia em que deixar o Supremo, terei tempo para refletir sobre isso. Eu não tenho no momento nenhuma intenção de me lançar candidato. Pode ser que no futuro surja o interesse", afirmou.

# Partidos políticos e Estado

**E**m dezembro de 2012 anotei aqui mesmo, neste espaço de O Estado de S. Paulo, que qualquer insurgência contra a face do Estado que o Supremo Tribunal Federal é afrontaria a ordem e a paz sociais, prenunciaria vocação de autoritarismo, questionaria a democracia. Pretendia golpeá-la. Por isso – escrevi – é necessário afirmarmos, em alto e bom som, o quanto de respeito e acatamento devemos ao Poder Judiciário e em especial, hoje e sempre, ao Supremo Tribunal Federal. Quem o agride investe contra as instituições democráticas, afronta a Constituição (O STF e a República, 8/12, A2).

Diz a Constituição, em seu artigo 17, ser livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos. Desde que resguardados, contudo, a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana.

Observar o regime democrático, um dos traços que alinham horizontes no dinamismo dos partidos políticos, reclama a observância, entre outros parâmetros, do quanto os romanos prescreviam ao afirmar a regra do *honeste vivere*.

Viver honestamente, mandamento que alguns não observaram. Aqueles referidos como “companheiros injustiçados” em congresso do Partido dos Trabalhadores, aos quais se hipotecou solidariedade.

Quem concluiu que alguns descumpriram o dever de viver honestamente – e concluiu na e pela sua voz enquanto uma de suas porções, o Supremo Tribunal Federal – foi o Estado. Quem o afirmou, no processo judicial conhecido como “mensalão”, foi o Estado brasileiro.

**Aterroriza que o pretexto da defesa dos interesses dos humildes se preste à apropriação mensaleira**

Pois a autoridade do Estado é uma totalidade indivisível, sua organização em funções – legislativa, executiva e jurisdicional – prestando-se unicamente a aprimorar seu funcionamento.

Não há ideias novas em matéria de política e direito. Qualquer uma delas, podemos descontraidamente sustentar, já há de ter sido enunciada, *in illo tempore*, por um grego ou um romano. A afirmação da existência de três partes nos governos vem de Aristóteles, na *Política*. Quando essas partes estiverem em *bom estado*, a Constituição estará, também, em *bom estado*. E as Constituições distinguem-se umas das outras, prossegue Aristóteles, segundo a forma de organização e composição dessas partes. A terceira delas faz justiça. *Bom estado* significa, no contexto da exposição aristotélica, *bem ordenadas*. O sentido do estarem em *bom estado* essas três partes pode ser encontrado, na *Ética a Nicômaco*, na ideia de composição, justa medida, virtude no valor médio. Aristóteles está imediatamente atento, hoje diremos, às funções legislativa, executiva e jurisdicional do Estado.

Por isso causa espanto e estuor, horroriza mesmo o fato de um partido político, reunido em congresso nacional, desagrar “companheiros injustiçados”, inusitada e desabridamente afrontando o Estado. O que vimos foi um partido político investindo não contra outro partido político (por isso são “partidos”), porém contra o próprio Estado. Contra o bom funcionamento do Estado, em benefício do qual deveriam concorrer.

Pois a *auctoritas* do Estado, digo-o outra vez, é uma totalidade indivisível. Isso desejo repetir, visto que os amigos do alheio, os que descumprem a regra do *honeste vivere*, pretendem ocultá-lo, supondo-se capazes de tapar o sol com peneira.

O mais grave está em que essa agressão ao Estado – insista-se neste ponto: o Judiciário é uma face do Estado –, isto é, o mais grave é a circunstância de tal agressão ter sido perpetrada em presença do anterior presidente da República e de quem lhe sucedeu, sem que, ao que consta, nenhum deles se tenha oposto a essa desmedida afronta à própria soberania e ao regime democrático.

O que se pretende? Viver honestamente, dever do cidadão, é regra que vincula não apenas cada um, individualmente, mas também os que institucionalmente representam grupos em que se compõem. Ou acaso supõem, os que falam por esse ou aquele partido, não ser vinculados pelas regras que prescrevem a honestidade? Que loucura é essa que autoriza aos partidários dos condenados pelo Estado enquanto Poder Judiciário investir contra quem os condenou, o próprio Estado?

O homem, disse Paulo Mendes Campos, um dos nossos poetas de verdade, é um gesto que se faz – ou não se faz. A liberdade consiste em afirmarmos o que os do nosso tempo denominam *Estado de Direito*. Defendê-lo, eis o gesto que incumbe aos homens corretos. O Estado de Direito, ainda que apenas formal, em sua expressão possível no modo de produção social que praticamos, será mera ficção se não nos curvamos ao quanto o chamado Poder Judiciário decide em sua derradeira instância, soberanamente.

**CONTINUA**

31 DEZ 2013

## O ESTADO DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

Qual decidiu o Estado brasileiro em sua face judicial, na expressão do Supremo Tribunal Federal. Negá-lo, isso é inconcebível se não pretender, quem o negue, subverter a ordem e apropriar-se da *res publica*. Em termos bem claros, recorrer a uma ditadura excludente da moralidade.

O que na ponta da linha atemoriza, além de horrorizar, é o fato de o pretexto da defesa dos interesses dos humildes prestar-se à apropriação mensaleira. Quem diz que é assim é o Estado brasileiro, por quem representa um dos seus três Poderes, o Judiciário. Tristes tempos. Tempos que prenunciam, no silêncio incontido dos que consentem com afrontas à soberania e, ao regime democrático, a volta ao passado.

Há 50 anos, o pretexto da defesa da democracia justificou violência em nome da defesa das liberdades. Temo, de repente – não mais que de repente, qual diria Vinicius –, que a História se repita não como tragédia, mas como farsa. Desta feita a pretexto, desgraçadamente – embora justificável –, da defesa da moralidade. É inconcebível que um partido político pregue escancaradamente, em benefício de condenados pelo Supremo Tribunal Federal, a desobediência ao Estado.



PROFESSOR TITULAR APOSENTADO  
DA UNIVERSIDADE DE SÃO  
PAULO (USP), EX-MINISTRO DO  
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL  
(APOSENTADO), É MEMBRO DA  
ACADEMIA PAULISTA DE LETRAS

01 JAN 2014

O ESTADO DE S. PAULO

# Tribunais julgam só 50% de crimes contra a administração pública

**Justiça não cumpre a meta do CNJ  
para ações sobre administração pública**

Apesar da emblemática prisão de envolvidos no escândalo do mensalão, a Justiça teve em 2013 um desempenho mais fraco no julgamento dos crimes contra a administração pública e de ações por improbidade administrativa. Em 2012, os tribunais comunicaram ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a análise de 35.997 ações. Já em 2013, o ritmo das cortes ficou no patamar de 25.701 julgamentos em todo o País, envolvendo delitos como corrupção, peculato, desvios e fraudes contra o Tesouro. O Judiciário ficou longe de cumprir a Meta 18, do CNJ, que previa até ontem o julgamento de 114.336 processos que haviam sido distribuídos ao STJ, à Justiça Federal e aos Tribunais de Justiça até 31 de dezembro de 2011. O CNJ identifica pelo menos duas causas para o problema. Uma delas é a estrutura precária dos tribunais. A segunda seria a pressão sobre os juízes para avaliar outros processos.

**GILBERTO MARTINS**

CONSELHEIRO DO CNJ

"Ou os magistrados não deram importância à Meta 18 ou os tribunais não ofereceram estrutura para os juízes"

01 JAN 2014

## O ESTADO DE S. PAULO

**Judiciário.** Meta estabelecida pelo Conselho Nacional de Justiça era o julgamento, até o fim de 2013, de 114,3 mil processos dessa natureza distribuídos ao STJ e às cortes federais e estaduais de todo o País; na média geral, foram analisados 53,97% ou 61,6 mil casos

# Tribunais julgam apenas metade das ações por improbidade e corrupção

**Fausto Macedo**  
**Mateus Coutinho**

O Judiciário brasileiro ficou longe de cumprir a Meta 18, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), relativa ao julgamento de ações sobre crimes contra a administração pública e de improbidade – na média geral, concluiu apenas 53,97% dos processos.

O alvo era o julgamento, até ontem, no fim de 2013, de um acervo de 114.336 processos dessa natureza distribuídos ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), à Justiça Federal e aos Tribunais de Justiça dos Estados até 31 de dezembro de 2011.

Os dados oficiais, reunidos pelo CNJ – órgão de controle e fiscalização do Judiciário –, mostram que foram julgados 61.698 casos. O estoque em aberto é de 52.618 ações. As informações chegam ao conselho diariamente, enviadas pelos próprios tribunais. Algumas cortes são mais lentas na transmissão dos dados. Os números podem ser atualizados, mas isso não deverá repercutir na média porcentual do desempenho.

A Meta 18 foi estabelecida pelo CNJ em novembro de 2012. O controle sobre o alcance desse objetivo é realizado pelo Grupo de Monitoramento do órgão, que, em 2013, incluiu visitas aos tribunais para verificação do cumprimento das medidas.

O quadro do CNJ mostra que apesar de o ano encerrado ontem ter sido marcado pela emblemática prisão de condenados no julgamento do mensalão, a Justiça teve em 2013 um desempenho mais fraco no julgamento dos crimes contra a administração pública e de improbidade. O Supremo Tribunal Federal, onde tramitou o processo do mensalão não está submetido ao controle do CNJ e por isso seu desempenho não foi avaliado na Meta 18.

**Ritmo.** Em 2012, os tribunais comunicaram o CNJ julgamento de 35.997 ações. Já em 2013, o ritmo da toga ficou no patamar dos 25.701 julgamentos em todo o País. As ações são de natureza distinta e visam sanções que podem ter caráter criminal (prisão), e civil (suspensão dos direitos políticos e ressarcimento

do erário). Entre os crimes contra a administração estão corrupção, peculato e desvios.

O CNJ identifica pelo menos duas causas da produção em falta. Uma delas é que tribunais mantêm estruturas precárias de acompanhamento desse tipo de demanda e envio dos dados ao conselho. Outra causa são juízes que se veem pressionados pela necessidade de produzir metas em geral e acabam deixando em segundo plano as ações mais complexas, como as de improbidade.

Com essa redução de ritmo, o País alcançou marca de julgamento dos processos pouco mais da metade da meta estabelecida pelo CNJ.

São Paulo, que tem o maior tribunal estadual do País – 2,4 mil magistrados, 50 mil servidores e 360 desembargadores – e também o maior volume de serviço em curso (20 milhões de ações) ficou muito aquém do pacto do CNJ, órgão de fiscalização e controle do Judiciário.

**CONTINUA**

# 01 JAN 2014

## O ESTADO DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

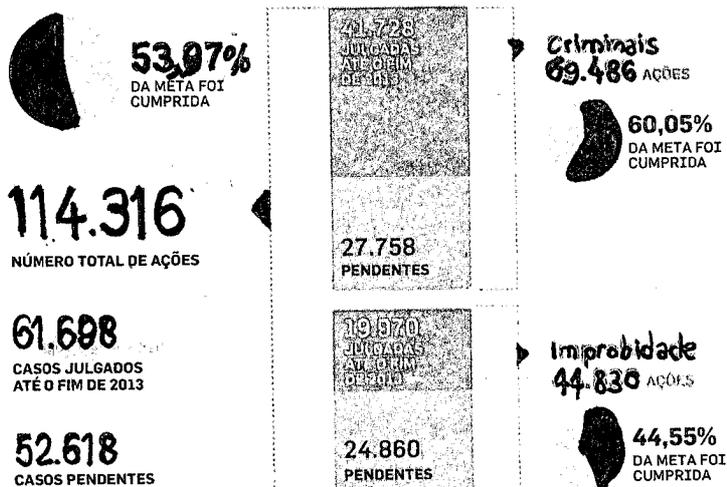
De um volume de 12.228 ações de improbidade e criminais, a Justiça paulista julgou 6.613 causas, ou 54,08%. Ficaram pendentes 5.615 ações. No campo da improbidade, foram julgadas 57,09% das ações – eram 5248 causas, das quais 1868 foram julgadas. Dos crimes contra a administração foram julgados 51,82% dos casos.

O Judiciário do Piauí concluiu 8,33% das demandas. De 852 processos, foram julgados 71. Proporcionalmente é o pior desempenho entre as unidades federativas. Os tribunais estaduais historicamente são os que possuem a maior carga de processos. Além do TJ do Piauí, outro caso crítico é do Tribunal de Justiça da Bahia, com 10,88% – de um passivo com 4.237 processos, 3.776 ficaram em aberto.

Por outro lado, o Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3), que abarca São Paulo e Mato Grosso do Sul, conseguiu julgar 4.828 dos 5.558 processos distribuídos até o final de 2011, atingindo a marca de 86,87% da meta. Além do TRF3, os tribunais regionais federais da 4ª e da 5ª região e os tribunais do Acre, Distrito Federal, Amapá, Sergipe e Rio de Janeiro cumpriram mais de 70% da meta.

### DESEMPENHO

● A Meta 18 do Conselho Nacional de Justiça era que os tribunais julgassem, até ontem, todas as ações por improbidade administrativa e crimes contra a administração pública, distribuídas até 31/12/2011



FONTE: CNJ

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

### CONTINUA

# O 1 JAN 2014

## O ESTADO DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

**Gilberto Martins**, coordenador do Grupo de Monitoramento da Meta 18 do Conselho Nacional de Justiça

## 'Processos ficavam em regra nas prateleiras'

Conselheiro afirma que complexidade impede celeridade na análise dos casos; 'Juiz está habituado a ações mais simples'

O conselheiro Gilberto Martins, que coordena o Grupo de Monitoramento da Meta 18 do Conselho Nacional de Justiça, alertou para o "interesse geral da sociedade".

#### ● Não há critério definido?

Temos que ter consciência de que uma ação de grande repercussão social, onde um gestor público desviou milhões do erário, deixou em estado de calamidade a saúde e a educação e enriqueceu, não pode ter o mesmo ritmo daquela em que o inquilino sofre cobrança. O Judiciário não pode deixar de adotar políticas públicas. O ideal é que todas as ações sejam concluídas em prazo razoável. Mas como o Judiciário é hiperdemandado o que se pretende é que as ações de grande impacto social tenham instrução mais célere, em nome da coletividade e do interesse geral da sociedade. É a política que um tribunal sério deve adotar, por isso a Meta 18.

#### ● Quais as causas?

Em alguns tribunais, ações ficavam em regra nas prateleiras, não por tendência de proteção a acusados por improbidade e condutas criminosas, mas por uma série de fatores. Todo juiz tem que atender a uma cota de produtividade, a carreira é muito exigida. Aí o juiz depara com uma ação de altíssima complexidade, de difícil instrução e um número enorme de investidos que vai levar 2 meses só para dar a sentença. O juiz está habituado a ações mais simples, em um mês ele produz 30 sentenças dessa natureza.

#### ● Como avalia os resultados?

Ou os magistrados não deram importância devida à Meta 18 ou os administradores do tribunal não ofereceram estrutura mínima para que esses juízes pudessem desenvolver o seu trabalho. Vamos recomendar aos tribunais padrão mínimo de condições para o magistrado. Temos que copiar as boas práticas, como a do tribunal de Pernambuco que, no início de 2013, apresentava produtividade muito baixa e criou um grupo de trabalho com vários juízes. Basta boa vontade.

**Coordenador.**  
Gilberto  
Martins  
monitora o  
cumprimento  
da Meta 18



**CONTINUA**

# O ESTADO DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

### TJ paulista poderá ter varas específicas contra crimes

O desembargador José Renato Nalini, novo presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, informou ontem que a corte poderá criar em 2014 varas para atuação específica em processos sobre improbidade e crimes contra a administração pública. “Vamos estimular a prioridade a tais processos, mediante formação de comitês de assessoria técnica para temas específicos. O ideal é que nos adiantemos à cobrança do CNJ, nesse e em outros processos, a fim de que a produtividade do maior tribunal do mundo seja também compatível com sua relevância. Se for o caso, poderemos destinar varas especializadas para tais julgamentos, a depender do número de processos em curso.”

Nalini alerta que “há muitas causas” para o fato de a Justiça paulista não ter concluído a pauta. “Estamos falando de um processo muito complexo. Depende de perícias, de estudos técnicos nem sempre familiares a um profissional de formação essencialmente jurídica. O juiz não é formado em ciência das finanças, nem em contabilidade, nem em estatística. Depois existe o natural escrúpulo do magistrado em não praticar injustiça. A decisão é fruto de serena e madura reflexão, análise dos elementos à luz da contribuição que os profissionais que participaram do processo trouxeram para auxiliar o juiz a formar seu convencimento.”

Ele destacou que “desde que o CNJ estabeleceu essa prioridade, só resta ao TJ-SP tomar providências necessárias ao exato atendimento dessa estratégia”.

Nalini pondera que “ainda que não houvesse metas estabelecidas pelo CNJ, o tribunal de São Paulo adotará estratégias destinadas a atender à crescente demanda, de maneira a solucionar os conflitos de acordo com o preceito do inciso 78 do artigo 5.º da Constituição, a duração razoável do processo”.

Ele anunciou que o tema está na pauta do Conselho Superior da Magistratura para 2014. “É meta prioritária da nova gestão do TJ de São Paulo.” / F.M. e M.C.

01 JAN 2014

#### ● Prioridade

“Vamos estimular a prioridade a tais processos. O ideal é que nos adiantemos à cobrança do CNJ, nesse e em outros processos, a fim de que a produtividade do maior tribunal do mundo seja também compatível com sua relevância”

**José Renato Nalini**

PRESIDENTE DO TJ-SP

01 JAN 2014

# O ESTADO DE S. PAULO

## STF nega liminar e mantém corte de salário acima do teto no Senado

Toffoli recusou liminar de sindicato de funcionários públicos e manteve decisão do TCU sobre corte de remunerações

**Felipe Recondo** / BRASÍLIA

Em nova decisão, o Supremo Tribunal Federal negou mais um pedido feito por servidores do Congresso e do Tribunal de Contas da União para continuarem a receber salário acima do teto definido para o funcionalismo público. Ontem, ao negar o pedido de liminar, o ministro Dias Toffoli manteve a decisão do TCU que determinou ao Senado Federal o corte das remunerações que superam o limite de R\$ 28.059,28, em vigor hoje.

Os servidores alegam nos pedidos feitos ao STF que os valores pagos por horas extras e de exercício de funções comissionadas estão excluídos do teto constitucional. Por isso, poderiam receber acima do limite estabelecido para o funcionalismo. O corte, conforme a argumentação do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (Sindilegis), violaria o princípio da irredutibilidade de salários.

Na sua decisão, Toffoli considerou não haver urgência para a suspensão do corte dos salários, por não ver risco de lesão grave e de difícil reparação aos servidores. “A efetivação da medida não implicará supressão do pagamento de remuneração ou pensão, mas, sim, de parcela que exceda o valor do subsídio mensal, em espécie e atualmente em vigor, dos ministros do Supremo Tribunal Federal, ou seja, R\$ 28.059,28”, afirmou Toffoli na decisão.

**Trâmite.** Nesse caso, acrescentou o ministro do STF, a suspensão do corte poderia causar dano aos cofres públicos, pois o dinheiro recebido pelo servidor, caso a liminar fosse concedida, não poderia depois ser cobrado de volta pela União. “É necessário aguardar o trâmite natural da ação para o exame das teses jurídicas ali debatidas”, disse o ministro.

Em outubro, o ministro Marco Aurélio havia negado um primeiro pedido do Sindilegis para suspender o ato do TCU que determinou o corte dos salários pagos acima do teto a servidores da Câmara dos Deputados.

Marco Aurélio afirmou, naquela decisão, que o tema deveria ser analisado diretamente pelo plenário do STF, não devendo ser atacado por uma liminar. “A adequada interpretação da cláusula constitucional limitativa da remuneração de servidores e empregados” é tema que “possui envergadura maior” e que, portanto, depende da análise dos demais ministros da Corte.

**Julgamento.** Negados os dois pedidos de liminar, resta ao Sindilegis aguardar o julgamento definitivo dos processos com a análise do que estaria incluído no cálculo do teto constitucional. O STF está de recesso e os ministros só retornar ao trabalho no início de fevereiro.

Não há prazo ou estimativa de quando os mandados de segurança que contestam a determinação do TCU sejam incluídos em pauta de julgamento pelo Supremo. Até lá, os servidores não podem receber mais do que os R\$ 28 mil estabelecidos como limite para o funcionalismo público.

02 JAN 2014

# O ESTADO DE S. PAULO

JOSÉ RENATO  
NALINI

## O que esperar da Justiça?

O Judiciário é o grande protagonista da cena estatal neste início do século 21. Todas as questões humanas são agora livremente submetidas à sua apreciação. No cenário micro, as pessoas perderam o receio de ingressar no Fórum, descobriram o acesso à Justiça e a ela recorrem com desenvoltura. No mundo macro, todas as políticas públicas passam pelo Estado-juiz, graças a uma Constituição que subordina a administração pública a princípios judicialmente aferíveis. Qualquer atuação estatal resta jungida à avaliação de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Diante desse comando explícito, ficou superado o óbice à incursão judicial sobre o mérito administrativo. Antes, alguns assuntos residiam na esfera da discricionariedade do administrador. Agora, incumbe ao juiz examinar se o gestor da coisa pública observou estritamente a vontade constituinte. Constatado o desvio, o julgador se arroga na função governativa.

Resultado dessa redescoberta da Justiça foi o excessivo demandismo brasileiro. Tramitam atualmente 93 milhões de processos para 200 milhões de pessoas. Como se todos os habitantes desta Nação estivessem a litigar. A beligerância parece a regra para quem observa o Judiciário desta era. Administrar o crescente número de ações judiciais requer prudente análise do fenômeno. A resposta singela e tradicional é multiplicar as estruturas do Judiciário, com criação de mais unidades, ampliação do quadro de pessoal e urgência na obtenção de orçamento compatível com as necessidades atuais e vindouras.

**Ou se faz do Brasil um imenso tribunal ou se ajusta o Judiciário à contemporaneidade**

Outra leitura implicará prover a Justiça de gestão competente para acelerar a outorga da prestação jurisdicional sem aumentar em demasia as atuais estruturas. Para isso a informatização deve ser otimizada, de maneira a propiciar maiores resultados, a par de capacitação e motivação do funcionalismo a oferecer o melhor de seus préstimos, sem a promessa de inflação do quadro de servidores. O funcionário estimulado se convenceria de que é mais eficaz investir numa carreira prestigiada, com perspectivas de ascensão funcional e de retribuição por desempenho, em lugar da proliferação infinita de cargos e funções mal remuneradas.

As especificidades da Justiça não a isentam de absorver a cultura dominante, em que o ritmo da sociedade não se compadece mais com a lentidão do processo judicial. O modelo de quatro graus de jurisdição impõe ao demandante e ao demandado um suplício que se não confunde com perder o pleito: aguardar durante longos anos que se profira o julgamento definitivo, após as idas e vindas de instâncias intermediárias. Sem falar nas dezenas de oportunidades de reapreciação do mesmo tema, ante o caótico esquema recursal.

A par disso, a Justiça tem de continuar a conviver em harmonia com as várias alternativas de solução de conflito que prescindem da intervenção judicial. Seu papel é sinalizar qual a leitura predominante do ordenamento para que a pacificação resulte de um desenvolvimento da autonomia cidadã. Incentivar a concilia-

ção, a mediação, a negociação, a transação, a celebração de acordos após imersão das partes na realidade que bem conhecem é fundamental para que impere a efetiva justiça no Brasil.

Investir na cultura do diálogo não interessa exclusivamente ao Judiciário, para mero alívio de sua insuportável carga de trabalho. A questão é muito mais séria e abrangente. Entregar todos os interesses ao Judiciário, agora, significa formatar uma cidadania inoperante, incapaz do diálogo, e tornar cada vez mais remota a potencialidade de implementação de uma democracia participativa. Como preparar o cidadão para contribuir na gestão da coisa pública, se seus problemas, até os de menor dimensão, precisam ser decididos no formalismo do Judiciário?

Não interessa à República brasileira inibir o protagonismo dos brasileiros, convertendo-os em membros de uma sociedade tutelada, a depender do Estado-juiz para a resolução de problemas que podem ser enfrentados na madura e saudável discussão dos próprios interessados. A solução negociada é muito mais ética que a decisão judicial. Esta é a mais forte, a mais poderosa, mas também a mais precária das respostas. A parte insatisfeita sempre poderá fazer ressurgir o conflito mal resolvido, pois a decisão nem sempre atinge o mérito e se resume a um aspecto processual, além do sabor frustrante de um julgamento epidérmico. Aquele que não enfrentou o cerne da controvérsia, manteve-se nos aspectos rituais e manteve incólume – ou até agravada – a desinteligência deflagradora da ação judicial.

**CONTINUA**

02 JAN 2014

# O ESTADO DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

Embora a teoria chame de “sujeito processual” a parte em litígio, na verdade o interessado representa um “objeto da vontade do Estado-juiz”. Este é que tarifarà a dor, o prejuízo, a angústia, a liberdade ou o patrimônio de quem recorre ao Judiciário. Iniciada a ação, o interessado não tem vez nem voz direta no processo. Resta-lhe aguardar, pacientemente, o advento da coisa julgada, após labiríntico percurso nos meandros das instâncias.

Promover a paz, evitar os conflitos, é dever de todos. Mas é obrigação precípua da comunidade jurídica. Todos devem contribuir para evitar lides temerárias, para promover a conciliação, para tornar o convívio algo respeitoso, se possível amistoso e saudável.

Postas as alternativas – manter o crescimento e a atual concepção do que deva ser o Judiciário ou proceder a um inadiável *aggiornamento* –, cabe indagar: o que se deve aguardar da Justiça brasileira?

O Judiciário é um Poder da República e se exterioriza em serviço público posto à disposição da população. O erário, que sustenta a máquina, é fruto da arrecadação tributária a todos imposta. Por isso a população titulariza o direito e, mais que isso, o dever de participar das discussões que redesenhem a Justiça. Ou se continua no curso de dilatação dimensional para fazer do Brasil um imenso tribunal, com um juiz em cada esquina, ou se ajusta o passo do Judiciário com a contemporaneidade.

Você, brasileiro, é que decide.



PRESIDENTE DO TRIBUNAL  
DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

03 JAN 2014

# O ESTADO DE S. PAULO

## Presidente do TJ-SP descarta gasto de R\$ 1 bilhão com obra



**Recém-empossado.** Desembargador José Renato Nalini venceu eleição em dezembro

Ao tomar posse, José Nalini disse que não vai concluir projeto de prédio exclusivo para juizes da segunda instância

O desembargador José Renato Nalini, empossado posse ontem na presidência do Tribunal de Justiça de São Paulo, disse que “nem por sonho” sua gestão vai concluir projeto orçado em R\$ 1 bilhão para construção de prédio exclusivo para os magistrados da segunda instância, na capital. Ele aposta na descentralização. “Não se justifica todas as sessões dos 360 desembargadores serem realizadas no centro de São Paulo.”

Nalini esclareceu que foi assinado protocolo de intenções para uma Parceria Público-Privada (PPP), mas tudo depende de conselho gestor para análise dos impactos das obras no centro. “Vou tentar implementar uma outra ideia, a descentralização. Vou tentar levar para as regiões administrativas, desde que haja interesse dos desembargadores. Fica muito mais fácil para o advogado local e para

a parte local. Prioritariamente, as sessões poderão ser realizadas em São José do Rio Preto, Ribeirão Preto e Campinas.”

**Pró-PEC.** A posse ocorreu perante o Órgão Especial do TJ – formado por 25 desembargadores – e do procurador-geral de Justiça em exercício, Álvaro Augusto Fonseca de Arruda, precedida de missa celebrada pelo bispo Fernando Antonio Figueiredo, amigo de Nalini. O presidente do TJ defendeu a ‘PEC do Peluso’, proposta do ex-presidente do Supremo Tribunal Federal, Cezar Peluso, que prevê execução de sentenças a partir da segunda instância. “Nosso sistema é caótico, kafkiano, com mais de 50 possibilidades (*de recursos*), não é possível judicializar tudo, questiúnculas de vizinhos.”

Nalini conclamou a sociedade a rediscutir o papel da toga. “Temos que aumentar o número dos tribunais, os cargos, as estruturas? Ou precisamos tornar a Justiça mais eficiente para que ela produza mais?”

Além de criticar o excesso de ações movidas pelos maiores “clientes” da Justiça, como operadores de telefonia, bancos e, principalmente, o poder público, Nalini disse ser importante que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) cobre metas de produtividade no Judiciário. “É muito mais nefasto o juiz não decidir do que decidir mal. Contra decisão cabe recurso”, afirmou.

O presidente do TJ prometeu economia de papel na corte, inclusive de cartões de Natal e de aniversário. Para Nalini, o Judiciário é “o poder mais antiecológico do País”.

**FAUSTO MACEDO**

### ‘Funções’

“É função da Justiça cobrar dívida de IPTU? Os municípios devem utilizar cartórios de protesto, em vez de atulhar a Justiça”

**José Renato Nalini**

NOVO PRESIDENTE DO TJ-SP

03 JAN 2014

O ESTADO DE S. PAULO  
SÔNIA RACY

**De casa**

José Renato Nalini, que assumiu o comando do TJ-SP – para o biênio 2014-2015 –, quer implantar sistema de home office no tribunal.

Para o novo presidente, um dos maiores vilões da produtividade é o tempo que os funcionários da casa perdem, diariamente, no trânsito.

03 JAN 2014

## O ESTADO DE S. PAULO

### CNJ abre dobro de processos contra juízes

*Mateus Coutinho*

Em 2013, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) instaurou mais que o dobro de processos administrativos disciplinares contra magistrados do que em 2012. Dados divulgados ontem mostram que, no ano passado, foram abertos 24 processos contra juízes e desembargadores. Em 2012, foram 11 ações. Segundo o CNJ, dos 24 processos autuados e distribuídos em 2013, 10 resultaram no afastamento cautelar de 13 magistrados. As penas aplicadas nesse tipo de processo podem ir de advertências à aposentadoria compulsória (o magistrado continua recebendo os vencimentos proporcionais).

Desde sua criação, em 2005, o CNJ aplicou 67 penalidades contra 64 magistrados. Ao todo, o órgão fiscalizador do Judiciário aplicou 44 aposentadorias compulsórias, 11 censuras, seis disponibilidades (afastamento das funções), quatro remoções compulsórias e duas advertências. Além dos processos, em 2013 foram aplicadas 19 punições.

03 JAN 2014

## O ESTADO DE S. PAULO O CNJ e a Lei da Ficha Limpa

**A**o contrário do Supremo Tribunal Federal, que alcançou grande visibilidade política e institucional no processo do mensalão, as demais instâncias e braços especializados do Poder Judiciário não se revelaram tão expeditas no julgamento dos processos de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, nos últimos dois anos.

Em 2013, por exemplo, os tribunais não conseguiram julgar todos os 114.308 processos desse gênero impetrados até 2011. Essa era uma das mais importantes metas – a de número 18 – fixadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Até o dia 23 de dezembro, quando o Poder Judiciário entrou em recesso, apenas 61.672 dessas ações – o equivalente a 53,95% do total – haviam sido concluídas.

Contrariando as expectativas do CNJ, 52.636 ações deixaram de ser julgadas. É um número bastante expressivo. “A Meta 18 era um objetivo e, lamentavelmente, não foi alcançada por uma série de fatores que teremos de avaliar. De qualquer modo, se não tivéssemos essa meta, muitas dessas ações não teriam sido sequer julgadas”, afirma o conselheiro do CNJ Gilberto Valente Martins, encarregado de acompanhar o cumprimento da Meta 18.

Dos 91 tribunais do País, os melhores desempenhos foram alcançados pelos Tribunais Re-

gionais Federais, da 3.<sup>a</sup>, 4.<sup>a</sup> e 5.<sup>a</sup> regiões, que cumpriram 86,8%, 77,9% e 75,3% da Meta 18; respectivamente. O Supremo atingiu 64,7%. Nas Justiças estaduais, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro cumpriu 73,2% da meta e o Tribunal de Justiça de São Paulo, o maior do País em volume de trabalho, apenas 54,08%. As cortes com pior desempenho foram o Tribunal de Justiça do Piauí, que concluiu somente 8,3% dos processos de improbidade administrativa e corrupção que deveria julgar, e o Tribunal de Justiça da Bahia, que cumpriu 10,2% da Meta 18. A Justiça piauiense alegou não ter magistrados e serventários judiciais em 26 de suas 112 comarcas.

Quando o recesso do Judiciário terminar, o CNJ avaliará as medidas e os programas adotados pelos Tribunais de Justiça e pelos Tribunais Regionais Federais que obtiveram o melhor desempenho no cumprimento da Meta 18, com o objetivo de estimular as cortes com pior desempenho a adotá-los. Alguns Tribunais de Justiça, como os do Ceará e da Paraíba, por exemplo, promoveram mutirões para analisar e julgar as ações de improbidade.

Há oito meses, quando começaram as manifestações de protesto em todo o País, o presidente do Supremo e do CNJ, ministro Joaquim Barbosa, enviou ofício aos presidentes de todas as instâncias e braços especializados do Poder Judiciário cobrando maior celeridade no julgamento das ações de im-

probidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública. Para 2014, os conselheiros do CNJ propõem que os tribunais julguem todas as ações desse gênero que deram entrada até 31 de dezembro de 2012.

As sanções penais previstas para os casos de improbidade e crime contra a administração pública vão da aplicação de multa à suspensão dos direitos políticos, passando pela perda de cargo público e pela proibição de contratar com o poder público. Como haverá eleições para o Legislativo e o Executivo, em outubro de 2014, o julgamento dessas ações será decisivo para a aplicação da Lei da Ficha Limpa, uma vez que quem for condenado não poderá disputar o pleito. Segundo essa lei, que entrou em vigor há três anos e meio, os gestores e dirigentes públicos que tiverem seus direitos políticos suspensos, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por atos dolosos de improbidade administrativa que impliquem enriquecimento ilícito e lesão ao patrimônio público, ficam inelegíveis por oito anos.

É importante, assim, que o CNJ reitere a todas as cortes de Justiça o pedido de maior celeridade no julgamento dessas ações, no decorrer de 2014 – especialmente àquelas cujo desempenho ficou muito abaixo da média. Quanto mais tribunais atingirem as metas do CNJ, mais efetiva será a Lei da Ficha Limpa.

04 JAN 2014

# O ESTADO DE S. PAULO Aos 139 anos, 'Estado' preserva defesa da liberdade

Fundado em 4 de janeiro de 1875 por um grupo de republicanos, jornal desconsidera 5 anos sob censura imposta por Getúlio Vargas

**José Maria Mayrink**

São 139 anos de fundação e 134 anos de vida independente. O jornal **O Estado de S. Paulo**, lançado em 4 de janeiro de 1875 com o nome de **A Província de São Paulo**, não conta em sua história os cinco anos que passou sob ocupação da ditadura de Getúlio Vargas, de março de 1940 a dezembro de 1945. Censurado em seis períodos do século passado, o mais longo durante o regime militar, de dezembro de 1968 a janeiro de 1975, o jornal está sob censura há 1.558 dias, por decisão judicial. Está proibido, desde 30 de julho de 2009, de publicar informações sobre a Operação Boi Barrica, de investigação da Polícia Federal a respeito de atividades do empresário Fernando Sarney, filho do senador José Sarney (PMDB-AP), no Maranhão.

Fundado por um grupo de republicanos sem nenhum compromisso partidário, o jornal mudou de nome em 1.º de janeiro de 1890, um mês e meio após a proclamação da República, pela qual havia lutado. "Viva a República", comemorou a primeira página na manhã de 16 de novembro de 1889, numa ousada apresentação gráfica inimaginável pelos padrões da época. A manchete, um brado de vitória, ocupava todo o espaço, sem mais texto nem ilustração, a não ser o desenho do gorro frígio, alegoria da liberdade conquistada.

Em 1888, o ainda **A Província de São Paulo** celebrou a abolição da escravatura, primei-

ra grande causa política abraçada pelo jornal, que enfrentou a oligarquia dos fazendeiros paulistas contrários à libertação dos escravos. Nesse ano, o nome do jornalista Julio Mesquita já aparecia no cabeçalho da primeira página, como gerente da sociedade. Foi ele, o patriarca da família Mesquita, o responsável pelas sucessivas inovações e pela linha editorial que marcaram, desde as primeiras décadas, a história do **Estado**. Buscou entre intelectuais e escritores os seus principais colaboradores. De sua equipe participaram Aluísio de Azevedo, Júlia Lopes de Almeida, Raul Pompeia, Raimundo Correia, Alberto de Oliveira, Monteiro Lobato e Guilherme de Almeida.

Foi Julio Mesquita quem descobriu o talento de Euclides da Cunha, o jovem iniciante enviado ao sertão da Bahia para cobrir a Campanha de Canudos, quando os seguidores de Antônio Conselheiro enfrentaram as tropas do governo da República. "Um jagunço degolado não vale uma xícara de sangue", escreveu o repórter, ao relatar a violência da luta. Euclides da Cunha desenvolveu, mais tarde, suas reportagens nas páginas de *Os Sertões*, uma das mais importantes obras da literatura brasileira.

O jornal surpreendeu a imprensa paulista logo após o lançamento, quando incorporou a venda avulsa ao sistema de assinatura que entregava os exemplares em casa. Foi quando o francês Bernard Gregoire saiu às ruas do centro da cidade, montado em seu cavalo e acom-

panhado de um cachorrinho, com uma buzina nas mãos e um maço de jornais debaixo do braço. **A Província**, que tinha então quatro páginas e uma edição de 2.025 cópias, assustou a concorrência com a novidade. O jornal foi o primeiro a contratar uma agência de notícias – a Havas, atual France Presse – para agilizar a transmissão de notícias internacionais, que chegavam de navio.

O **Estado** sofreu a primeira censura sistemática durante a Primeira Guerra. O governo proibiu a publicação de notícias militares que pudessem prejudicar os aliados que lutavam contra a Alemanha, mas não foi esse o noticiário mais atingido. Os censores mostraram-se mais preocupados em cortar as críticas e informações nacionais consideradas prejudiciais à administração. Durante o conflito, Julio Mesquita comentou em artigos diários, publicados em 2002 no livro *A Guerra*, em quatro volumes, o desenrolar dos combates na Europa. Descrevia a luta e analisava a política dos países envolvidos.

**CONTINUA**

04 JAN 2014

# O ESTADO DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

A censura voltou durante a Revolução de 1924, quando os paulistas se revoltaram contra o regime autoritário do presidente Artur Bernardes. O **Estado** sofreu arbitrariedades dos dois lados – primeiro dos revolucionários e depois das forças federais, quando o governo dominou a situação. Julio Mesquita foi preso e enviado para um quartel no Rio de Janeiro. Na época, seus filhos já trabalhavam com ele – Julio de Mesquita Filho na redação e Francisco Mesquita na administração da empresa. Os dois assumiram **O Estado de S. Paulo** quando o pai morreu, em 1927.

Os Mesquita tiveram notável participação política nas décadas seguintes, quando fizeram do jornal uma trincheira na luta pela democracia. Enfrentaram o governo e aguentaram as consequências. Julio de Mesquita Filho e Francisco Mesquita, que apoiaram Getúlio Vargas na Revolução de 1930, voltaram-se contra ele dois anos depois e engajaram-se na Revolução Constitucionalista de 1932, quando os paulistas cobraram a Constituição prometida pelo presidente. Os dois irmãos não só puseram as páginas do **Estado** a serviço da causa, como também pegaram o fuzil para combater no Vale do Paraíba. Com a derrota do movimento, os dois irmãos foram presos e exilados em Portugal, com a família.

Em 1934, os revolucionários foram anistiados e retornaram ao Brasil. A convite do cunhado Armando de Salles Oliveira, que fora nomeado interventor e depois eleito governador, Julio de Mesquita Filho coordenou a fundação da Universidade de São Paulo (USP). A trégua com o governo federal durou pouco, pois o golpe do Estado Novo, em 1937, instalou nova ditadura e com ela voltou a censura à imprensa. Julio de Mesquita Filho foi preso e solto 17 vezes, até ser de novo enviado para o exílio, em 1939, dessa vez na França. Antes de estourar a Segunda Guerra, ele se mu-

dou para a Argentina, enquanto Armando de Salles Oliveira, também exilado, se transferia para os Estados Unidos.

O jornal tentou resistir à censura até março de 1940, quando soldados da Força Pública, atual Polícia Militar, do interventor Ademar de Barros ocuparam redação e oficinas gráficas, por ordem de Getúlio Vargas. Prepostos do governo dirigiram o **Estado** até dezembro de 1945, pouco mais de um mês após a queda da ditadura. Os Mesquita recuperaram a empresa, que se encontrava em boa situação financeira, e fizeram novos investimentos. Construíram uma sede moderna na Rua Major Quedinho e fundaram, em 1966, o *Jornal da Tarde*, que circulou até 2012.

Julio de Mesquita Filho morreu em julho de 1969, sete meses após a edição do Ato Institucional n.º 5 (AI-5), que mais uma vez impôs censura à imprensa. Os filhos assumiram a direção – Julio de Mesquita Neto no **Estado**, Ruy Mesquita no *Jornal da Tarde* e Luis Carlos Mesquita na *Rádio Eldorado*. Os dois jornais dos Mesquita resistiram. Como se recusaram a fazer autocensura, o governo militar enviou agentes para a redação em 13 de dezembro de 1968, fez censura por telefone nos meses seguintes e tornou a mandar censores para as oficinas gráficas em 1973, no governo Medici. A censura só acabou em 3 de janeiro de 1975, com o general Ernesto Geisel, na véspera da comemoração do centenário do **Estado**.

Foi um período difícil e heroico. Como a censura não permitia deixar espaços em branco, textos e ilustrações cortados eram substituídos por poemas (**Estado**) e receitas de bolos e doces (*Jornal da Tarde*). Nas primeiras semanas, os leitores não entendiam o que estava ocorrendo e elogiaram o apoio dos jornais à cultura e à culinária. Com o aumento da repressão, vários jornalistas da Rua Major Quedinho foram presos e torturados. Tiveram o apoio de Julio Neto e de Ruy Mesquita, que mais de uma vez foram também

intimidados a depor sobre reportagens que burlaram a censura.

Quando Julio Neto morreu, em 1996, Ruy Mesquita, que já dirigia o *Jornal da Tarde*, assumiu a direção do **Estado**. Era diretor de Opinião em maio do ano passado, quando morreu, aos 88 anos de idade e mais de 60 de jornalismo.

A comemoração dos 139 anos de fundação do **Estado** coincide com o aniversário da *Radio Eldorado* (1958) e da *Agência Estado* (1970), do Grupo Estado.

### ● Censura

**1.558**

dias é o período em que o **Estado** está sob censura, impedido de publicar informações sobre atividades do empresário Fernando Sarney investigadas pela Polícia Federal

### ● História

**139**

anos atrás foi fundado o jornal, com o nome **A Província de São Paulo**

**134**

anos é o período de vida independente do **Estado**

05 JAN 2014

## O ESTADO DE S. PAULO

# A vergonha dos presídios

**A** situação do sistema penitenciário brasileiro, que se vem deteriorando há muito, sem que o poder público consiga resolver o problema, chegou a tal ponto que um dos encarregados da questão no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o desembargador Guilherme Calmon, não hesita em sugerir a intervenção federal nos presídios de três Estados. Tendo em vista que as seguidas denúncias sobre a superlotação e as condições subumanas em que vive a maior parte dos presos não surtem efeito, a intervenção talvez seja mesmo indispensável.

Em entrevista ao jornal *O Globo*, Calmon, que é supervisor de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário no CNJ, diz que a intenção do governo de adotar o Regime Diferenciado de Contratações (RDC) para a construção de presídios é um sinal de que ele está preocupado com o problema, o que é positivo. O RDC é mais flexível e deve tornar mais ágil e rápida a criação de novos presídios. Mas a seu ver essa é uma medida paliativa que só deve produzir efeito a longo prazo e, quando isso acontecer, ela já poderá estar defasada.

A situação é grave e por isso exige providências imediatas, mas, diz ele, “o que temos percebido no âmbito federal ou estadual é resistência a ações que solucionem mais rapidamente pontos como condições de insalubridade das unidades, separa-

ção de detentos e concessão de benefícios”. Poderiam ser adotadas para melhorar os serviços prestados dentro dos presídios. “Mas os governos não têm controle do sistema prisional atual”, é a sua conclusão pessimista e preocupante.

Descontrole que não é novidade, já que atestado pelo conhecido domínio que organizações criminosas exercem sobre o sistema penitenciário, a começar pelo Primeiro Comando da Capital (PCC), que surgiu em São Paulo e está se espalhando por outros Estados. Um caso particularmente grave, neste momento, é o do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em São Luís, no Maranhão, onde só não se pode dizer que impeira o caos, porque nele vigora a lei e a ordem da selva, impostas pelos bandidos.

Prova disso são os atos de selvageria ali praticados recentemente - como a decapitação de presos por grupos rivais, durante uma rebelião - e outros que se tornaram rotina, como o abuso sexual de irmãs e esposas de detentos que não têm poder dentro do presídio, durante as visitas íntimas, que disso só têm o nome, pois acontecem no meio das celas, não em espaços especiais, como deveriam. Tais violências foram constatadas pelo juiz auxiliar da presidência do CNJ Douglas Martins.

Para o desembargador Guilherme Calmon, há três Estados “onde já deveria ter havido uma intervenção federal no sistema penitenciário há muito tempo”. O Maranhão, é claro,

mas também Rio Grande do Norte e o Rio Grande do Sul. A situação do Presídio Central de Porto Alegre demonstra que o descalabro do sistema penitenciário atinge Estados pobres e ricos, indistintamente. Depois de uma visita feita dias atrás àquele presídio por representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), seu presidente, Marcus Vinicius Furtado Coelho, resumiu a situação degradante ali encontrada: “É um dos piores presídios que já vi. Presos provisórios são misturados a condenados, facções mandam na cadeia, decidindo inclusive quem tem direito a atendimento médico e jurídico, além de esgotos e fezes correndo pelas paredes dos pavilhões a céu aberto”.

Essa situação, além de injusta e inaceitável, é também uma vergonha para o Brasil, que se pretende cada vez mais um país influente e respeitável no cenário internacional. Ela não diz respeito apenas a setores isolados, mas a toda a população. Como diz o desembargador Calmon, “o problema prisional não é só do detento e de sua família, é da sociedade”.

O problema atingiu tal dimensão e tal gravidade que é de difícil solução e exige esforço conjunto dos governos federal e estaduais. Mas ela não pode mais ser adiada ou disfarçada com meias medidas. A decretação da intervenção sugerida por Calmon, que tem de ser decretada pelo Supremo Tribunal Federal, provocaria um choque salutar e seria, por isso, um bom começo.

05 JAN 2014

## O ESTADO DE S. PAULO

# Crianças são incendiadas em ataques no Maranhão

Bandidos atearam fogo em ônibus e 4 passageiros estão em estado grave; houve ataque a delegacia e um PM foi morto; 7 suspeitos foram presos

A crise no sistema carcerário no Maranhão ganhou as ruas anteontem à noite. Bandidos queimaram cinco ônibus e atacaram uma delegacia. Eles jogaram gasolina e atearam fogo nos coletivos enquanto os passageiros ainda estavam nos veículos. A ação deixou cinco feridos, quatro deles em estado grave. Entre as vítimas estão duas crianças. A polícia deteve sete suspeitos.

Os ataques aconteceram em São Luís e em São João de Ribamar, município vizinho à capital. Em um dos ônibus queimados uma menina de 6 anos teve 90% de seu corpo queimado. Ela está internada no Hospital Municipal Clementino de Moura. A garota estava com sua mãe e com uma irmã de 1 ano e 4 meses, que também ficaram feridas com gravidade pelo fogo. Um outro passageiro, Marcós Rony, também teve de ficar internado no hospital.

A ordem para os ataques partiu de bandidos do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, na capital. Dos detidos, três são suspeitos do ataque à 9ª Delegacia de Polícia, no bairro de São Francisco, em São Luís. Um deles já cumpriu pena em Pedrinhas. Os outros quatro são adolescentes. Eles confessaram o ataque a um ônibus.

A polícia ainda investiga se a execução do policial militar reformado Antônio César Cerejo, ocorrida no bairro do Maracaná, zona rural da capital, tem ligação com a onda de terror promovida pelos membros de duas facções criminosas que lutam pelo controle do tráfico de dro-

gas. Por causa da insegurança, o Sindicato dos Rodoviários de São Luís decidiu que os motoristas e cobradores iam recolher os coletivos a partir das 18h de ontem até as 5 horas de hoje.

Essa nova onda de ataques seria uma reação ao fato de a PM, com o apoio da Força Nacional de Segurança, ter assumido o controle do Presídio de Pedrinhas. A medida foi uma reação do governo aos assassinatos na cadeia. Em 2013, 59 presos foram mortos no complexo, o que seria mais do que o total de mortes na prisão desde 2009. Neste ano, após a chegada da PM, dois detentos foram mortos.

O governo do Maranhão informou que os mandantes dos ataques já foram identificados e que está reforçando o policiamento na capital. Em 2013, aconteceram 807 homicídios em São-Luís.

05 JAN 2014

## O ESTADO DE S. PAULO

### Justiça manda mãe de Joaquim de volta à prisão

A Justiça aceitou ontem o pedido do Ministério Público Estadual (MPE) e decretou a prisão preventiva da psicóloga Natália Mingone Ponte, de 29 anos. Ela é mãe do menino Joaquim Ponte Marques, de 3 anos, que desapareceu de casa em Ribeirão Preto em 5 de novembro e foi encontrado morto cinco dias depois em um rio em Barretos.

Natália foi localizada na casa dos pais, em São Joaquim da Barra, e foi levada para a Cadeia Pública Feminina de Franca. Ela já havia ficado presa por 31 dias e foi solta em 11 de dezembro. O promotor Marcus Túlio Nicolino denunciou Natália e Guilherme Raymo Longo, de 28 anos, pela morte do garoto.

Para o MPE, ela foi omissa ao não evitar a morte do próprio filho. Natália também foi denunciada por homicídio doloso. Ela e o padrasto, que está preso em Barretos, vão aguardar pelo julgamento na cadeia. A prisão preventiva do casal foi assinada pela juíza Lucilene Aparecida Canella de Mello.

Segundo a investigação, Longo teria matado o enteado com uma dose excessiva de insulina e seu corpo teria sido jogado em um córrego perto de casa. Padrasto e mãe negam envolvimento no crime.

05 JAN 2014

## O ESTADO DE S. PAULO

José Miguel Insulza, secretário-geral da Organização dos Estados Americanos (OEA)

# 'Se sentença seguiu as regras, é difícil haver revisão'

Secretário-geral indica ser improvável que OEA questione julgamento do mensalão no STF, como querem condenados

Secretário-geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) desde 2005, o chileno José Miguel Insulza, de 70 anos, diz que a entidade "não é uma terceira instância internacional" à qual podem recorrer os insatisfeitos com decisões de tribunais de seus países, indicando que considera pouco provável o sucesso de eventuais pedidos contra condenações no julgamento do mensalão no Supremo Tribunal Federal.

O ex-ministro José Dirceu e outros réus no processo já declararam que vão recorrer à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da OEA contra a decisão do STF. "Sempre se pode discutir a questão do devido processo. Mas, se foram obedecidas às normas internas do país, se as sentenças foram ditadas com respeito à regras de direito, não creio que haja possibilidade de revisão", ponderou Insulza em entrevista ao *Estado* na sede da OEA, em Washington.

Quase três anos após a crise provocada pela medida cautelar da CIDH que suspendeu as obras da usina de Belo Monte, o Brasil continua sem um embaixador na organização. O secretário-geral disse que faltou "sensibilidade" à secretaria da comissão, que agiu sem ouvir o País.

● O Brasil retirou seu embaixador da OEA em abril de 2011, em protesto contra a medida cautelar que suspendeu a construção da usina de Belo Monte, e até hoje não nomeou um substituto. As relações entre o Brasil e a OEA continuam estremecidas?

Não, creio que as relações são boas e isso está demonstrado em várias coisas. As contribuições estão em dia e as relações políticas são muito claras. O Brasil enviou um ministro conselheiro (*Breno Dias da Costa, embaixador interino*) que tem feito um excelente trabalho. Eu não discuto as razões do Brasil, mas não é o primeiro nem o último país que deixa de nomear um embaixador. O importante são as demonstrações mais substantivas, como a participação do Brasil na Assembleia-Geral que discutiu a reforma do sistema de direitos humanos (*concluída em maio*), a Assembleia-Geral posterior sobre a questão de drogas, na Guatemala, e o apoio constante às iniciativas da organização. Sem dúvida, (*Belo Monte*) foi um tema lamentável pela maneira como ocorreu, com surpresa, e porque houve certa confusão entre o papel da OEA e o de sua Comissão Interamericana de Direitos Humanos. A CIDH é autônoma, e não havia nenhuma orientação de caráter político. O procedimento provavelmente não foi o melhor, mas serviu para abrir um debate em torno do sistema de direitos humanos, que conduziu a um bom resultado.

● Que foi a revisão...

Dos procedimentos. A comissão revisou muitos aspectos de seus procedimentos para assegurar que não haja surpresas: prazos, mecanismos, formas de trabalho. A reforma deu ênfase às soluções amigáveis, à busca de conciliação e a formas mais precisas de ditar as medidas cautelares. O clima em torno da questão de direitos humanos melhorou muito. E o clima entre a OEA e os Estados-membros, também.

● Houve excessos no caso de Belo Monte?

Houve um período em que não tanto a comissão, mas a secretaria da comissão, perdeu um pouco a sensibilidade a respeito dos problemas dos países-membros. Continuou em um esquema de pensamento antigo, pré-democrático, em que todos os Estados eram suspeitos ou considerados culpados antes que seus casos fossem ouvidos. Isso é um erro. Em um sistema democrático, os Estados devem ser ouvidos.

**CONTINUA**

# O ESTADO DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

# 05 JAN 2014

● **Alguns dos condenados no julgamento do mensalão declararam que vão recorrer à CIDH contra a decisão do Supremo. É possível que tenham sucesso?**

É importante entender que o Sistema Interamericano de Direitos Humanos não é uma terceira instância depois da Corte. Não é uma instância internacional à qual qualquer cidadão pode recorrer porque não gostou da decisão do tribunal de seu país. É necessário demonstrar que houve violação de direito fundamental existente em normas internacionais que o país subscreveu. Sempre se pode discutir a questão do devido processo. Mas, se foram obedecidas às normas internas do país, se as sentenças foram ditadas com respeito às regras de direito, não creio que haja possibilidade de revisão. As pessoas recorrem à comissão e dizem que houve violação de direitos humanos, e a secretaria diz que vai analisar a questão. A pessoa volta a seu país e diz que o caso foi aceito pela Comissão de Direitos Humanos, quando houve apenas a disposição de revisar a situação. Em 90% dos casos, as queixas não prosperam. Não estou prejulgando, mas dizendo como as coisas funcionam.

● **Se houve respeito ao processo legal e ao direito de defesa, é difícil que tenham sucesso?**

É muito difícil. Nem todos os casos que chegam à comissão são objetos de decisão. São muitos os que não cumprem os requisitos. A comissão é muito estrita quanto ao cumprimento dos requisitos, especialmente no caso de existência de violação de uma norma de direitos humanos aceita pelo país. Se isso não existe, não há nenhuma possibilidade que prospere.

● **Quanto é difícil é comandar uma entidade que tem diferenças tão grandes entre seus membros?**

Dizem muitas vezes que a riqueza da OEA é a sua diversidade. Há uma potência mundial e países de 80 mil habitantes. Há países pobres e ricos, grandes e pequenos. Certamente é difícil, sobretudo porque todos são países soberanos, que têm seus próprios interesses e tentam, por boas razões, colocar esses interesses como temas prioritários. Além disso, existem disparidades políticas e os países veem as questões de maneira muito distinta. E há muito debate. A OEA tem muita relação com a democracia e os direitos humanos, mas também com a inclusão. É a organização política de todos os Estados independentes da América. Só um não participa, que é Cuba, porque não quer.

● **Por que não?**

As sanções foram levantadas há muito tempo (*imposta em 1962, a suspensão do país foi revogada em 2009*). Cuba ficou muitos anos fora da organização e acho que é difícil para eles dizerem: "Vamos voltar amanhã". É necessário que ocorram outras coisas, incluindo, na relação entre Cuba e os Estados Unidos, o (*fim do*) embargo econômico. A imagem que a OEA já teve, de ser uma peça da política dos EUA, também influencia. Em Cuba, depois de 50 anos falando mal da OEA, é difícil começar a falar bem do dia para a noite. Nós esperamos tranquilos.

● **Em 2013, houve manifestações de rua no Brasil, Chile, Peru. Como viu esse fenômeno novo?**

Creio que foi um produto do crescimento. Tenho um amigo que dizia que, quando crescemos 7%, começam os problemas, porque muitos dizem: "Alguém está ficando com os meus 7%". Nossa região cresceu mais rápido do que a distribuição de riqueza. A demanda, por melhor educação, saúde, segurança pública, éã dos setores que estão saindo da pobreza. E isso motiva muita indignação, especialmente porque em muitas de nossas capitais há formas de vida ostentosas.

## QUEM É

● **O advogado chileno José Miguel Insulza foi eleito secretário-geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) em 2 de maio de 2005 e reeleito em 24 de março de 2010. No início dos anos 1970, Insulza participou ativamente do governo de Salvador Allende. Após o golpe que levou ao poder o general Augusto Pinochet, ficou exilado por 15 anos.**

06 JAN 2014

# O ESTADO DE S. PAULO

## TJ inicia cortes com fim dos cartões de Natal

*Fausto Macedo*

O desembargador José Renato Nalini, novo presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, deu o primeiro passo para o fim da papelada na rotina da Corte. Na sexta-feira, ele decretou o uso exclusivo da comunicação eletrônica – inclusive para cumprimentos e convites de qualquer sorte. Até os cartões de Natal e de aniversário estão vetados no papel.

“Chega de cartões e envelopes”, disse Nalini, que considera o Judiciário o “mais anti ecológico dos Poderes”.

Além da economia que a medida propicia, servidores que se dedicavam à tarefa de produzir cartões pessoais agora poderão sair do desvio de função para cuidar da atividade fim do Judiciário; ou, na definição de Nalini, “produzir decisões para resolver os conflitos humanos”.

O TJ de São Paulo, maior tribunal estadual do País – 55 mil servidores, 360 desembargadores, 2.400 juízes de primeiro grau – não tem um levantamento sobre quanto gasta com a impressão de cartões de festas.

“Somos pobres nesse tipo de apuração, mas é sempre uma economia”, destaca o desembargador, que tomou posse administrativa na Presidência do tribunal na quinta-feira.

O orçamento da Corte é de R\$ 6,8 bilhões para 2014. Desse montante, R\$ 6,5 bilhões são destinados à folha de vencimentos dos magistrados e dos servidores. Sem contar as gratificações e o impacto das 4 mil nomeações feitas no ano passado. “Só posso economizar nas pequenas coisas”, observa Nalini.

Durante uma primeira reunião com os juízes assessores e, depois, reunido com os secretários, Nalini disse que o Judiciário gasta muito papel.

Para dar o exemplo, o magistrado vetou convite escrito até para sua posse solene, na Sala São Paulo, no dia 3 de fevereiro. “Proibi envelopes internos, imprimir ofícios, mandar cartões de felicitações. Agora é tudo por e-mail. É preciso levar a sério a informatização, que está adiantada e é irreversível. Parece pouco, mas, se economizarmos nas pequenas coisas, vamos ter como custear as grandes demandas. Por isso a importância da digitalização dos processos, gradualmente, sem ferir interesse nenhum.”

**Outras medidas.** Na semana passada, Nalini provocou polêmica no meio jurídico ao defender que parte dos servidores do tribunal poderá, em sua gestão, vir a trabalhar em casa durante dois dos cinco dias úteis da semana. Ele argumentou, para defender o sistema de home office, que a mudança poderia levar maior produtividade ao TJ.

Em sua posse, o novo presidente do tribunal descartou o gasto de R\$ 1 bilhão em um edifício no centro de São Paulo para centralizar os gabinetes dos desembargadores, responsáveis por julgamentos de segunda instância. “Nem por sonho”, afirmou Nalini.

06 JAN 2014

# O ESTADO DE S. PAULO

## Prefeito é envolvido em fraude de até R\$ 700 mi

MPF apura transação que levou Mauro Mendes (PSB), de Cuiabá, a ser dono de uma mineradora; juiz que transferiu cotas foi afastado pelo TRT

**Fernando Gallo**

A pedido do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), o Ministério Público Federal em Mato Grosso investiga uma fraude que pode chegar a R\$ 700 milhões e envolve uma empresa do prefeito de Cuiabá, Mauro Mendes (PSB). Ele e um sócio são investigados, em processo sob sigilo, por terem se beneficiado do que o juiz do Trabalho Paulo Roberto Brescovici chamou de “fraude processual” na compra de uma mineradora.

Brescovici considerou nulo o processo de venda de uma empresa que operava em uma área de extração mineral próxima do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães. Na investigação, concluiu-se que o juiz que conduziu a recuperação judicial da mineradora desviou R\$ 185 mil do processo – o magistrado foi afastado do cargo pelo TRT de Mato Grosso.

Luis Aparecido Ferreira Torres, o juiz afastado, permitiu em 2011 a transferência das cotas da mineradora, que então se chamava Minérios Salomão, para uma empresa cuja dona era Jéssica Cristina de Souza, filha de Valdinei Mauro de Souza, sócio do prefeito de Cuiabá. Seis meses após se tornar dona da empresa, Jéssica transferiu 98% das cotas para a Maney Mineradora Casa de Pedra, que pertence a seu pai e a Mendes.

O processo foi marcado por uma série de irregularidades e possíveis “ilícitos penais”, de acordo com Brescovici, o juiz que investigou o caso no âmbito do TRT. Um dos problemas apontados foi a transferência das cotas da mineradora a Jéssica pelo valor de R\$ 1,8 milhão.

Segundo Brescovici, o juiz Ferreira Torres “desconsiderou o potencial econômico das

reservas auríferas e recursos naturais da área de propriedade da empresa que, de acordo com o laudo técnico de f. 610/620, foi fixado em R\$ 723,7 milhões”.

O capital social da mineradora seria posteriormente elevado para R\$ 703,5 milhões.

**Corretor.** Brescovici também descobriu uma autorização dada por Ferreira Torres para que a Caixa Econômica Federal liberasse R\$ 185 mil a título de corretagem para um corretor de imóveis de nome José Faria de Oliveira, sem que ele tenha atuado em nenhum momento no processo de venda da mineradora ou de seus ativos.

Ferreira Torres apresentaria posteriormente um despacho de nomeação do corretor, mas ele não continha a numeração das folhas dos autos, o que mostrava que o suposto documento nunca pertenceu ao processo.

Oliveira havia intermediado a compra de dois flats, vendidos por uma construtora ao juiz. Em depoimento na investigação do TRT, o corretor disse que foi chamado ao gabinete de Ferreira Torres e que ele propôs transferir para seu nome os dois imóveis, sem explicar o motivo. Oliveira recusou a proposta.

Segundo o corretor, o juiz lhe perguntou se ele havia sido procurado por alguém do TRT e orientou Oliveira a dizer que havia recebido os R\$ 185 mil sob suspeita a título de corretagem. Mais uma vez, ele se recusou a atender o pedido de Ferreira Torres e decidiu procurar a corregedoria do tribunal, que a partir daí passou a investigar o caso.

07 JAN 2014

# O ESTADO DE S. PAULO Maranhão: criminosos vão para prisão federal

Estado aceitou oferta do governo e responsáveis por atentados devem seguir para Campo Grande; morre menina queimada em ataque na sexta

Horas depois de ser anunciada a morte da menina Ana Clara Santos Sousa, de 6 anos, uma das cinco vítimas queimadas em um dos ataques a ônibus no Maranhão, o governo do Estado decidiu aceitar a ajuda federal e enviar os mandantes dos atentados para presídios federais. Ao todo, 25 vagas foram colocadas pelo Ministério da Justiça à disposição do Estado.

O governo ainda não decidiu quantos presos serão transferidos. O mais provável é que os chefes das facções envolvidas nos ataques sejam enviados à penitenciária de Campo Grande, em Mato Grosso do Sul. A onda de terror no Maranhão começou depois que o Estado pôs a segurança do Complexo Penitenciário de Pedrinhas sob controle da Polícia Militar. Escutas mostram que foi de lá que partiu a ordem para os atentados.

À tarde, uma onda de boatos sobre novos ataques em São Luís deixou o trânsito da cidade caótico. Antes, a PM havia prendido mais seis acusados dos ataques – agora, são 17 os detidos por causa dos atentados contra a polícia e o transporte público.

Para prender o grupo, a polícia montou uma operação na Vila Sarney, em São Luís. Foi ali que aconteceu o ataque que deixou Ana Clara com 95% do corpo queimado. Segundo a polícia, os bandidos estavam escondidos em um matagal. O bando teria organizado e executado o crime. Um dos detidos, de acordo com os policiais, tem queimaduras pelo corpo.

Ao saber da morte de Ana Clara, Dasico Rodrigues, de 81 anos, seu bisavô, sofreu um enfarte e morreu. A menina estava com a mãe, Juliane Carvalho

## ● No ataque

O governo do Maranhão criticou, em nota, ontem o Conselho Nacional de Justiça e afirmou que o juiz do órgão Douglas Martins diz “inverdades” sobre os presídios do Estado.

Santos, 22, e a irmã, Lorane Beatriz Santos, de 1 ano e 5 meses, quando bandidos entraram no ônibus, jogaram gasolina no veículo e atearam fogo, na sexta-feira. A mãe teve 40% do corpo queimado. Lorane está com queimaduras no braço esquerdo e nas pernas – 20% do corpo foi afetado. Ambas permaneciam internadas ontem.

Além das três, outros dois adultos ficaram feridos no ataque: Abiancy Silva dos Santos, de 35 anos, e Márcio Ronny da Cruz Nunes, de 37. Abiancy está internada com queimadura de segundo grau no braço direito e no abdômen. Nunes está em estado grave. Ele teve 72% do corpo atingido ao tentar salvar as crianças.

Segundo testemunhas e parentes da vítima, Nunes, que é pai de cinco filhos, voltava do trabalho – ele é entregador de frango abatido –, quando o ônibus em que estava foi parado pelos bandidos. Ele teria tido tempo de sair do coletivo antes de os bandidos atearem fogo ao veículo, porém ficou para ajudar Juliane e as filhas.

“A calça que ele vestia estava encharcada de gasolina. Ele me falou que só demorou para sair porque estava tentando salvar as crianças. Uma delas ele retirou do ônibus. Acho que foi a menina de 6 anos”, disse a irmã, Maria da Conceição Nunes, que é cobradora de ônibus.

“Ele sempre cuidou bem dos filhos e acho que, por isso, agiu assim. Se não tivessem as crianças, ele teria saído logo”, afirmou ela.

**Operação.** Ontem, a polícia maranhense montou uma grande operação em São Luís, envolvendo 400 PMs e 150 policiais civis, para tentar conter os atentados. Segundo a PM, a ação também serviu para garantir a segurança para a circulação de ônibus na cidade.

Nos últimos três dias, o Sindicato dos Rodoviários do Maranhão, alegando falta de segurança, impediu a circulação de ônibus das 18 horas às 6 horas. Com isso, a ida ao trabalho ontem não foi fácil. Muitos ônibus passaram nos pontos fora do horário e houve briga entre passageiros para conseguir um lugar.

“Todas as vezes que os ônibus atrasam é uma disputa para quem precisa bater ponto. É uma guerra para embarcar”, disse a doméstica Cláudia Nascimento. Hoje, reunião entre o sindicato, empresários e a prefeitura deve avaliar o retorno da circulação da frota à noite.

08 JAN 2014

## O ESTADO DE S. PAULO Procurador-geral estuda intervenção no Maranhão

Ele analisa documentos sobre violações dos direitos humanos; Planalto não cogita medida contra Roseana  
O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, começou a analisar ontem documentos sobre violação de direitos humanos no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em São Luís, no Maranhão, para um possível pedido de intervenção federal no Estado. Ele já recebeu denúncias de decapitações e violência sexual dentro do sistema penitenciário feitas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e um relatório de defesa apresentado pelo governo maranhense.

Uma intervenção por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), a partir de um pedido de Janot, seria a única possível. Ainda assim, a execução da medida passa pela União, que também pode decretar uma intervenção sem ouvir outros poderes. O Planalto não cogita a medida contra a governadora aliada Roseana Sarney (PMDB), ressaltam assessores. O artigo 34 da Constituição prevê intervenção federal num Estado para assegurar, por exemplo, o "direito da pessoa humana".

Principal nome da oposição a Roseana, o presidente da Embratur, Flávio Dino (PCdoB), observa que não há uma tradição de intervenção nos Estados. Ele espera, porém, que o governo federal apresente ações mais explícitas, por meio do Ministério da Justiça, para

aliviar o problema nos presídios maranhenses. Dino ressaltou que um pedido de intervenção, a partir de um pedido do procurador-geral, é "improvável", mas não impossível. "É difícil (para Janot) ficar omissivo."

Na tarde de ontem, a presidente Dilma Rousseff se reuniu com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, recomendando que ele evite falar sobre o problema, que considera de responsabilidade do governo estadual. A ministra Maria do Rosário, dos Direitos Humanos, divulgou nota para "repudiar" a violência nos presídios do Maranhão. Ela prometeu interromper as férias e marcar reunião do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CD-  
DPH) na quinta-feira.

06 JAN 2014

## BEMPARANÁ

### PAINEL

#### Competência

O ministro Ricardo Lewandowski, do STF, decidiu que cabe ao MP do Rio de Janeiro, e não ao MP Federal, a competência para apurar o acidente com a plataforma P-36 da Petrobras, ocorrido em 2001.

#### Consórcio

Aquele que desistir de um consórcio deve receber a devolução do valor pago em até 60 dias após o encerramento do plano. O entendimento é da Turma de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais do Distrito Federal.

#### Penhora I

Apartamento na praia, utilizado pelo proprietário somente durante o verão, não é bem de família e pode ser penhorado para pagamento de dívida judicial. O entendimento é da 6ª Câmara de Direito Civil do TJ de Santa Catarina.

#### Penhora II

Hospital privado, que presta serviços públicos de saúde, não pode ter os equipamentos penhorados para execução em dívidas trabalhistas. O entendimento é da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais do TST.

#### Músico

A profissão de músico pode ser exercida sem a inscrição na Ordem dos Músicos do Brasil, pois a atividade é protegida pela garantia constitucional da liberdade de expressão. O entendimento é da 3ª Turma do TRF da 4ª Região.

#### IPTU

Imóveis pertencentes a instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos têm imunidade tributária quanto ao IPTU. O entendimento é do STF.

#### Desembargadores

Os juízes federais João Pedro Gebran Neto, Leandro Paulsen e Sebastião Ogê Muniz foram empossados como desembargadores do TRF da 4ª Região.

#### Noiva

O vestido de noiva enquadra-se na categoria de bem durável e, portanto, conforme o Código de Defesa do Consumidor, é de 90 dias o prazo decadencial para reclamação de defeitos aparentes. O entendimento é da Terceira Turma do STJ.

#### Direito Sumular

Súmula nº 418 do TST - A concessão de liminar ou a homologação de acordo constituem faculdade do juiz, inexistindo direito líquido e certo tutelável pela via do mandado de segurança.

08 JAN 2014

## BEMPARANÁ

**Cid Vasques**

### **MP questiona decisão do TJ**

A Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Paraná (MP-PR) entrou com embargo de declaração junto ao Tribunal de Justiça do estado (TJ-PR) para garantir o cumprimento das decisões do Conselho Superior do MP e do Órgão Especial do Colegiado de Procuradores que negaram a renovação da licença do cargo de procurador para Cid Vasques. A licença permite a ele se afastar do MP para ocupar o cargo de secretário da Segurança Pública do governo estadual. Vasques então entrou na Justiça e conseguiu uma liminar que garantiu temporariamente sua permanência na Sesp.

### **MP X Cid Vasques**

A queda de braço entre o Ministério Público do Paraná e o governo do estado terá mais um round. O MP esperou passar as festas de fim de ano para retomar a ofensiva na tarefa de fazer cumprir a decisão do Conselho do MP que não renovou a licença do procurador Cid Vasques para exercer o cargo de secretário da Segurança. O MP informou ontem que entrou com um recurso no Tribunal de Justiça para tentar cassar a liminar que mantém Vasques no Executivo. Por enquanto, a cúpula do governo apenas monitora a situação de Vasques.

08 JAN 2014

## JORNAL DO ÔNIBUS

# MP pede esclarecimentos sobre situação de Cid Vasques

### Justiça deverá esclarecer sobre fim da licença do secretário

O Ministério Público do Paraná (MPPR) entrou na Justiça com um pedido de esclarecimento sobre a situação de Cid Vasques como secretário de Segurança Pública. O Conselho Superior do MP não concedeu a renovação da licença de Vasques, que também é procurador e o Tribunal de Justiça deve deliberar sobre a possibilidade de o secretário continuar na carreira do MP.

A reunião do Conselho teve votação contrária à renovação da licença e Vasques entrou com um pedido de liminar para permanecer no cargo. No entanto, a liminar,



Cid Vasques foi mantido no cargo por uma liminar

de acordo com o entendimento do MP, garantia Vasques no cargo somente até o julgamento do recurso pelo próprio conselho, o que já ocorreu e foi contrária à permanência

de Vasques no governo.

A questão é resultado de uma queda de braço do Gaeco, órgão ligado ao Ministério Público, e Cid Vasques, que determinou o rodízio e implantou

normas para que a polícia possa ceder agentes para auxiliar o Gaeco. O coordenador do grupo, Leonir Batisti, disse não aceitar as regras impostas pela Secretaria de Segurança.